



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

TIAGO ARAÚJO CUNHA

**“EM PLENO CORAÇÃO DA ALDEOTA”: USOS E CONFLITO EM TORNO DA
PRAÇA PORTUGAL**

**FORTALEZA
2016**

TIAGO ARAÚJO CUNHA

“EM PLENO CORAÇÃO DA ALDEOTA”: USOS E CONFLITO EM TORNO DA PRAÇA
PORTUGAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Irllys Alencar Firmo Barreira.

FORTALEZA
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C98" Cunha, Tiago Araújo.
"Em pleno coração da Aldeota" : usos e conflitos em torno da Praça Portugal / Tiago Araújo Cunha. –
2016.
132 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira.

1. Praça Portugal. 2. Aldeota. 3. Conflito. I. Título.

CDD 301

TIAGO ARAÚJO CUNHA

“EM PLENO CORAÇÃO DA ALDEOTA”: USOS E CONFLITO EM TORNO DA PRAÇA
PORTUGAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Irllys Alencar Firmo Barreira.

Aprovada em: 28/07/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Irllys Alencar Firmo Barreira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Igor Monteiro Silva
Universidade Federal do Ceará

Prof.^a Dr.^a Camila Holanda Marinho
Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

AGRADECIMENTOS

Apesar de, na autoria desta dissertação, constar apenas meu nome, este trabalho é resultado da contribuição de muitas pessoas. Agradeço aos jovens frequentadores da Praça Portugal, quando, nos encontros em seu espaço de lazer, estavam dispostos a compartilhar do seu tempo para conversar sobre suas experiências de vida e sobre sua relação com a Praça. Agradeço aos envolvidos nas ações de resistência à obra de intervenção proposta pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, pois sempre me acolheram, estiveram dispostos a compartilhar informações e disponibilizaram materiais que foram fundamentais para esta pesquisa. Agradeço sobretudo a José Otávio, de quem estive mais próximo durante o processo. Agradeço a essas pessoas que fizeram parte desta história da cidade presente nestas páginas.

À Irllys Barreira pela orientação que contribuiu para dar inteligibilidade e consistência às informações coletadas em campo. Sua contribuição foi fundamental não apenas para a produção desta dissertação, como também para a minha formação enquanto sociólogo. Sou muito grato aos anos que estive sob sua orientação no mestrado e no Laboratório de Estudos e Política, Educação e Cultura (LEPEC), durante toda a minha graduação.

Aos professores Camila Holanda e Igor Monteiro, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca de avaliação desta dissertação, o que me deixou muito feliz, pois mais uma vez a vida acadêmica me proporciona esse encontro marcante na minha trajetória, o que sempre permitiu grandes ensinamentos e alegrias.

Aos meus professores do curso de Mestrado em Sociologia da UFC, que permitiram o amadurecimento de reflexões que são a base deste trabalho: Alexandre Vale e George Paulino, os quais foram essenciais para além da relação professor e aluno e contribuíram com a atenção e o carinho que se destina aos bons amigos. A Linda Gondim e Irapuan Peixoto, que participaram do exame de qualificação, não só por suas valiosas contribuições a este trabalho e por afinidade temática, mas por serem grandes incentivadores e fonte de inspiração. A esses professores ficam minha gratidão e admiração.

À Professora Sulamita Vieira, que, apesar de não fazer parte do Programa de Pós-Graduação, sempre esteve presente e representou o rigor acadêmico e a generosidade durante todo o meu processo de formação. Uma gratidão difícil de registrar em palavras.

Aos meus amigos Daniel Ribeiro, Felipe Pinto e João Miguel, que me acompanham desde as primeiras aulas da graduação na sala 8 e que me proporcionam a mesma alegria, irreverência e empolgação acadêmica desde a época em que éramos calouros.

À Genílria Rios, que foi mais que uma colega de laboratório, uma professora e uma amiga que sempre que possível “puxa a minha orelha”, mas que sempre me encheu de amor e confiança. Aos meus colegas de LEPEC que se tornaram grandes amigos, Fabiana Ximenes, Jonas Santos e Saruanna Dias. Como o LEPEC sempre foi um espaço acolhedor que agrega em torno da garrafa de café as melhores companhias, não poderia esquecer da Jô Araújo, que, mesmo tendo sido do laboratório ao lado, sempre está presente nas minhas melhores lembranças com essa turma.

Aos meus amigos que foram meu refúgio na Literatura e que representaram o oásis no meio da minha correria acadêmica: Ana Maria, Bruno Cruz, Caio Flávio, Cherllany Freitas, Felipe Hélio, Jane Ximenes, Juan, Orlando Araújo e Pedro Leno. Principalmente, à minha prima/irmã Cíntia Araújo, não só por ter sido o meu passaporte nesse “oásis literário”, mas também por ser uma das minhas maiores certezas na vida. Um porto seguro. Ao Caio e ao Felipe, eu reforço a minha gratidão pelo amor preciso e desinteressado.

Ao Thiago Augusto por ter sido o meu grande incentivador durante a seleção do mestrado. Aos amigos Emille Mello, Paulo Henrique Melo, Raquel Cerdeira e Thiago Jorge, por terem oxigenado minhas ideias durante o mestrado com muita alegria. À Morgana Costa, meu maior referencial de companheirismo e responsável pelo meu conhecimento acerca do estudo das Ciências Sociais.

Aos meus colegas de mestrado: Breno Mesquita, Gabriela Colares, Gabriela Rebouças, Marcos Levi, Patrícia Silva, Sabino Neto, Stephanie Holanda e Vanessa Araújo, que tornaram esse processo cheio de amor.

À minha família, em especial aos meus pais, Neuma e Evandro, que sempre colocaram a minha educação em primeiro lugar; sobretudo à minha mãe, que sempre foi presente e amiga. Às minhas tias Fátima e Lourdes, que ajudaram na minha educação com muito amor.

À CAPES, por ter me concedido uma bolsa de estudo durante o mestrado.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo a investigação do conflito entre membros do grupo Direitos Urbanos Fortaleza com a Prefeitura Municipal, quando o Prefeito da cidade, em 7 de março de 2014, anunciou uma intervenção na Praça Portugal, localizada no bairro Aldeota, que previa a demolição da área central do logradouro, área que funciona como rotatória na interseção de duas avenidas. Como solução do problema de trânsito da região, a rotatória seria substituída por um cruzamento. A obra passaria do anúncio para a execução imediata, porém, o conflito durou mais de dois anos, entre a data do anúncio ao início da obra, no dia 18 de abril de 2016. Durante esse período, foi realizado um levantamento sistemático de notícias veiculadas nos principais jornais da cidade, bem como o acompanhamento dos fóruns de discussões do grupo que se opunha à obra em sua página no Facebook. Também houve participação em reuniões presenciais do grupo e acompanhamento das ações de protesto na Praça Portugal, mobilizadas pelos opositores da obra. Durante a pesquisa, foi possível perceber como se dão as políticas de planejamento urbano e as tentativas de participação da sociedade civil nas decisões da cidade. O executivo municipal se mostrou, durante todo o processo, fechado ao diálogo, desqualificando a Praça Portugal como espaço de lazer e sociabilidade e usando essa justificativa para a ação demolitória.

Palavras-chaves: Praça Portugal; Aldeota; Conflito.

ABSTRACT

This Master's thesis investigated the conflict between the city administration of Fortaleza, in Brazil, and members of the group Direitos Urbanos Fortaleza, dedicated to "urban rights", amid a project of intervention in Portugal Square, announced by the mayor on March 7, 2014. Located at the neighborhood of Aldeota, the square is made up of a central roundabout and four triangles, at the crossing of two major avenues. The project foresaw the roundabout destruction, to open way for a crossing with traffic lights. The works would be initiated shortly after the announcement; instead, controversy and conflict took place for two years, till April 18, 2016. During this time, the research kept track of newspaper articles on the topic, as well as the discussions on the online group forum opposing the municipal project. I have also taken part in meetings and actions of protest defending Portugal Square. Throughout the research it was perceived and analyzed how policies of urban planning are carried out, and the attempts of political participation of civil society in the decision-making process regarding the city. We conclude that the city administration disqualified Portugal Square as a place of leisure and sociability, and used this discourse to justify the intervention, keeping the process in closed cabinet, with limited space for dialogue.

Keywords: Portugal Square; Aldeota; Conflict.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Foto da Praça Portugal antes da proposta de intervenção	12
Figura 2 – Esboço conceitual da proposta do PAITT	20
Figura 3 – Comparação das vias com e sem canteiro central	21
Figura 4 – Quadrilátero da Aldeota	22
Figura 5 – Planta simplificada	22
Figura 6 – Avenida Dom Luís sem o canteiro central	29
Figura 7 – Grupo pinta faixas de pedestres para dar acesso à Praça Portugal.....	31
Figura 8 – Intervenção artística na Praça Portugal	42
Figura 9 – Votação do Coepa sobre o pedido de tombamento da Praça Portugal.....	47
Figura 10 – Revisão do projeto da Praça Portugal	50
Figura 11 – Planta baixa da Praça Portugal	63
Figura 12 – Imagens da Praça Portugal na década de 1990	68
Figura 13 – Jovens atravessando a via do centro da Praça Portugal à praça da banca.....	74
Figura 14 – Palacete do Plácido, também conhecido como Castelo do Plácido	91
Figura 15 – Mapa da capa da Revista Aldeota, lançada em 20 de fevereiro de 2010	93
Figura 16 – Praça Portugal 1969 – vista do sentido praia/sertão.....	99
Figura 17 – Propaganda do Shopping <i>Center Um</i> no Centro da Cidade	102
Figura 18 – Região central do bairro com alguns equipamentos em destaque	105

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Metodologia	15
1.2	Percurso da dissertação	18
2	TRAMA DO CONFLITO EM TORNO DA INTERVENÇÃO DA PRAÇA PORTUGAL	20
2.1	Intervenção do Ministério Público	25
2.2	Retomada da obra do Binário	28
2.3	Pedido de tombamento da Praça Portugal	32
2.4	Votação do projeto de intervenção na Praça Portugal pela Câmara Municipal	34
2.5	Avaliação do pedido de tombamento da Praça Portugal	37
2.6	Atos de resistência à obra da Praça Portugal em 2015	41
2.7	“Otimismo moderado” - Pedido de tombamento na esfera estadual	44
2.8	Votação do Coepa	46
2.9	Mudança no projeto de intervenção na Praça Portugal	49
2.10	O que a Praça Portugal revelou sobre o bairro Aldeota	52
3	USOS DA PRAÇA PORTUGAL ENQUANTO ESPAÇO DE LAZER	56
3.1	Trabalhos sobre frequentadores da Praça Portugal	59
3.2	A negação de um “rótulo”	61
3.3	A trajetória de ocupação da Praça Portugal	66
3.4	Reocupação da Praça Portugal	70
3.5	O risco potencializado	73
3.6	“De bobeira” na Praça	75
3.7	Sociabilidade	76
3.8	Espaço de iniciação	79
4	O LUXO DA ALDEIA: O BAIRRO ALDEOTA E A PRAÇA PORTUGAL	84
4.1	Aldeota no processo de expansão da cidade	86
4.2	Os deslocamentos da elite econômica local	88
4.3	Aldeota ou “só quer ser Aldeota”? - Compreensão de fronteiras de um bairro	92

4.4	A Praça Portugal.....	97
4.5	A descentralização comercial da cidade	101
4.6	O coração da Aldeota	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS.....	114
	APÊNDICE A – TABELA DE MANIFESTAÇÕES QUE ACONTECERAM NA PRAÇA PORTUGAL DURANTE A PRODUÇÃO DA DISSERTAÇÃO	130

1. INTRODUÇÃO

No dia 7 de março de 2014, o Prefeito de Fortaleza Roberto Cláudio (Pros) anunciou uma intervenção na Praça Portugal, localizada no bairro Aldeota, como parte do Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito (PAITT)¹. A obra do Plano referente à Praça previa a demolição da área central do logradouro, que também funciona como rotatória, para dar espaço a um novo cruzamento em cujo entorno seriam construídas quatro novas praças, uma em cada esquina. A Praça Portugal, ao longo dos anos, exprime em sua volta a mais significativa e rápida transformação urbana de Fortaleza. A acessibilidade do logradouro foi diminuindo de acordo com o aumento da frota de carros na cidade, o que provocou intenso fluxo ao redor do local. A região apresenta grande desenvolvimento comercial e intensa verticalização, impondo novos usos para a impossibilidade de antigos hábitos.

Figura 1 – Foto da Praça Portugal antes da proposta de intervenção



Fonte: Ricardo Andrade².

¹ Lançado no dia 10 de dezembro de 2013, o plano previa estudos e implantação de soluções para pensar e resolver problemas mais urgentes do trânsito de Fortaleza; o projeto contou com a consultoria da empresa McKinsey & Company. As ações apresentavam prazo de realização até dezembro de 2014 (PLANO..., 2013). No dia 21 de março de 2014, participei da apresentação do PAITT feita pela equipe técnica na Universidade de Fortaleza (Unifor). Na apresentação, foi ressaltado pela equipe que o plano adotaria estratégias de curto prazo para a melhora do transporte e trânsito em até 12 meses.

² Disponível em: <http://mapio.net/place/10364688/>. Data do acesso: 20/10/2015.

A reconfiguração da Praça Portugal faz parte da implementação do Binário da Aldeota³, que consiste na transformação das Avenidas Santos Dumont e Dom Luís em vias de mão única, novo cruzamento proposto pela Prefeitura. A justificativa apresentada para a intervenção foi que a substituição da rotatória por um cruzamento provocaria a redução de 45% do tempo de fluidez do trânsito em seu entorno, onde, de acordo com os dados do Plano, circulam cerca de 400 mil pessoas diariamente, o que concentra 30% do fluxo diário de veículos da cidade. De acordo com o Prefeito, o trânsito inviabilizou a acessibilidade de pedestres à Praça Portugal, fato que justificaria o desmembramento desta em quatro novas praças as quais, juntas, possuiriam 10,2 mil metros quadrados. Isso significaria o aumento de 35% da área.

O anúncio da obra gerou muitas manifestações contrárias à proposta apresentada pela prefeitura, sobretudo devido à execução imediata, marcada para acontecer três dias após o anúncio, como também devido ao grande impacto arquitetônico e ambiental que seria causado, sem que se houvesse tempo hábil para uma discussão mais qualificada sobre o assunto. Assim, surgiu uma resistência à obra que não se limitou às relações afetivas desenvolvidas com a Praça⁴, que nesse caso apresentam relevância, mas que também foi orientada a partir de questionamentos acadêmicos: arquitetos e urbanistas criticaram a remoção da área central da Praça e a substituição de uma rotatória por um cruzamento; ambientalistas se manifestaram contra a remoção das árvores, que não estava prevista para acontecer apenas no centro da Praça, como também nos canteiros das duas avenidas do Binário; e historiadores cobraram a preservação de um símbolo do patrimônio histórico da região.

Pode-se observar, durante a pesquisa, que o conflito em torno de decisões urbanas, que atraem o envolvimento da sociedade civil, tem como foco não apenas as consequências, mas também a busca pelo “direito à informação, pela vigência de princípios republicanos na gestão da coisa pública e pela democratização das decisões concernentes aos destinos da cidade, sobretudo no que tange aos investimentos públicos” (GONDIM, 2016, p. 4). Essa compreensão dos motivos que mobilizam os conflitos urbanos apresentados por Gondim é realizada por meio de uma pesquisa sobre o conflito provocado pela construção, na esfera do executivo estadual, sobre o oceanógrafo Acquário Ceará e sobre o movimento social *Quem Dera Ser um Peixe*, que surgiu em oposição à obra. No caso da Praça Portugal, não houve um grupo com um nome específico que fosse associado à causa, mas uma associação de integrantes de outros grupos que se uniram contra a obra proposta pelo executivo municipal.

³ Maiores detalhes sobre o Binário serão apresentados e discutidos no primeiro capítulo.

⁴ Ao longo do trabalho, quando a palavra “praça” estiver escrita em letra maiúscula, trata-se da Praça Portugal.

O caso constitui a característica *sociativa* do *conflito*, conceituado por Simmel (1893), pois é compreendido como uma relação entre indivíduos ou grupos, além de ter entre as suas potencialidades a capacidade de promover a unidade, portanto:

Se toda interação entre homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas [...] O conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes, é um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes (SIMMEL, 1983, p.122).

Entre os integrantes do grupo Direitos Urbanos Fortaleza – DUFor⁵, surgiu uma frente de resistência à obra proposta pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, frente composta por Aderbal Aguiar, Érica Cavalcante, José Otávio, Olga Paiva e Rogeres Tabosa⁶, pessoas com quem tive contato durante a pesquisa. Além desses integrantes, Clélia Monastério e Clélia Lustosa também foram citadas pelo vereador João Alfredo (PSOL) em uma sessão da Câmara Municipal de Fortaleza, na qual o vereador elogiou o mérito dessas pessoas ao citar o nome de cada uma delas, no que chamou de “movimento de resistência cidadã”. Na ocasião, o vereador ressaltou a importância da memória nos debates em relação à Praça Portugal, os quais não podem ser esquecidos: “é muito recente para que as pessoas desconheçam que houve na cidade de Fortaleza” (NOVA, 2015).

O Grupo Direitos Urbanos Fortaleza (DUFort) foi organizado em 2014, embora a data não seja precisa, por alunos do centro acadêmico do curso de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará. A ideia foi inspirada na experiência de Recife, que possuiu um grupo similar. Em Fortaleza, a proposta surge junto ao movimento de resistência às obras planejadas para receber a Copa das Confederações em Fortaleza, conhecido como o “Não vai ter copa”.

O grupo passou a ter uma maior projeção na cidade devido ao conflito sobre a construção do viaduto no Parque do Cocó⁷, durante a mesma gestão que planejou a intervenção

⁵ A definição do grupo na página dos Direitos Urbanos Fortaleza, no Facebook: “Grupo suprapartidário inspirado nos vários fóruns de mesmo nome (já existentes). Feito para discutir não só os problemas de Fortaleza, mas também em busca de novas proposições e boas ideias para o espaço urbano da nossa cidade. Tem como mote principal o tema do direito à cidade, com todas as suas áreas como meio ambiente equilibrado, direito a moradia, mobilidade urbana, acessibilidade, justiça social, dentre outros”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/DireitosUrbanosFortal/>. Data do Acesso: 08 de julho de 2016.

⁶ Aderbal Aguiar é funcionário público aposentado e fundador do grupo “Náutico Urgente”, que luta pela preservação do prédio. Érica Cavalcante e José Otávio são arquitetos, Olga Paiva é aposentada e já foi do IPHAN e Rogeres Tabosa é publicitário.

⁷ Iniciada em julho de 2013, a obra do viaduto do Cocó gerou polêmica desde que foi anunciada pela Prefeitura de Fortaleza, sobretudo devido ao desmatamento de parte do Parque. A obra gerou inúmeros protestos e manifestantes acamparam no Parque e promoveram uma agenda de debates com especialistas nas áreas de conhecimento envolvidas com a temática. Após uma longa disputa judicial, a Prefeitura conseguiu autorização para concluir a obra. Os manifestantes que estavam acampados foram removidos por ordem judicial. Houve confronto com a polícia, o que em seguida gerou relatos, entre os manifestantes, de abuso de poder.

na Praça Portugal, quando foi promovido um concurso de projetos alternativos ao apresentado pelo executivo municipal. A intenção do concurso era sensibilizar o prefeito a adotar outras decisões. José Otávio⁸, que até então não participava ativamente do Grupo, entrou como participante do concurso e seu projeto foi o que mais gerou repercussão, ganhou projeção local nos meios de comunicação e o autor passou a ser convidado para falar sobre mobilidade urbana, arborização e outros assuntos em alguns cursos de arquitetura da cidade. Após o concurso, José Otávio passou a ser um dos organizadores dos fóruns de discussões do DUFort no *Facebook* e também passou a organizar seminários, assembleias presenciais e ações de intervenção urbana; por isso, é constantemente associado à imagem de liderança de acordo com participantes do grupo e meios de comunicação.

Embora essa frente de resistência popular à obra da Praça Portugal, citada pelo vereador João Alfredo, estivesse referida, de acordo com os meios de comunicação, como parte do Direitos Urbanos Fortaleza, José Otávio ressalta que este grupo apresenta discussões bem mais abrangentes e que as pessoas as quais se mobilizaram não podem representar a sua complexidade. Sobre o assunto, comenta:

Não se criou uma identidade desse grupo. Embora dificulte a identificação, talvez seja melhor nem criar. Não criando esse grupo, você fica dando visibilidade contínua [para] grupos que vão permanecer [como Direitos Urbanos Fortaleza, por exemplo] e não só pra um grupo específico de um determinado assunto que tem data de validade, um objetivo prático. (Entrevista com José Otávio, em 29/06/2016).

O Direitos Urbanos Fortaleza se tornou um dos pontos de observação deste trabalho, pois evidenciou o debate sobre a Praça Portugal, ao mobilizar e divulgar ações de resistências, além de ser a interseção entre atores mais atuantes da sociedade civil envolvidos no conflito. Portanto, esta pesquisa tem como objeto de análise o conflito entre os membros do DUFor e o Executivo Municipal, quando este, em 2014, anunciou uma reforma na Praça Portugal. Assim, a investigação considerou como norte a compreensão do uso do espaço urbano entre os envolvidos.

1.1 Metodologia

Durante a pesquisa foi feito um levantamento de exemplares dos principais jornais fortalezenses, do dia do anúncio da obra ao início dela, ou seja, do dia 07 de março de 2014 a 18 de abril de 2016. Outra fonte de informação se deu pela minha participação na página do

⁸ Considerando que José Otávio foi meu interlocutor nesta pesquisa, acho relevante traçar seu perfil. Atualmente com 27 anos, é formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará. Possui Pós-graduação em Projeto Bioclimático Sustentável pela Unifor (Universidade de Fortaleza) e é mestrando em Planejamento Regional e Urbano na Universidade de Aveiro, em Portugal.

grupo Direitos Urbanos Fortaleza no *Facebook*, que facilitou a minha interação com os membros mais atuantes do conflito, permitiu-me um acesso aos textos produzidos por seus integrantes sobre o assunto (declarações da relação afetiva com a Praça, material com propostas alternativas à apresentada pela prefeitura) e me proporcionou o acesso a uma agenda de ações de protesto promovidas não só pelo grupo, mas também por outros coletivos que usaram o espaço como meio de divulgação. Minha observação, porém, não se limitou ao meio virtual, pois, como ressalta Gondim (2016), “as potencialidades da comunicação online não implicam a perda da importância da base territorial, que é um dos elementos definidores dos conflitos, da sociabilidade e das identidades coletivas” (p. 6).

Nesse sentido, participei de encontros promovidos pelo grupo na Praça Portugal. Por meio de conversas informais realizadas com os manifestantes, eu esclarecia dúvidas sobre as informações que eram postadas na página do *Facebook* e nos meios de comunicação e participava de discussões mais técnicas sobre o assunto. A diversidade geracional dos participantes permitia, por meio das conversas, escutar histórias sobre o bairro Aldeota ocorridas em várias épocas, como também sobre os diferentes usos da Praça; tais experiências foram pertinentes para a compreensão da relação estabelecida entre o logradouro e o bairro e importantes sobretudo devido à escassez de bibliografia que contextualize historicamente o bairro na cidade de Fortaleza.

É importante ressaltar que Fortaleza está na quinta posição no ranking das cidades mais desiguais do mundo de acordo com o relatório das Nações Unidas *State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide* (UN-HABITAT, 2013). O bairro Aldeota, cujo desenvolvimento está “intimamente ligado às classes dominantes do Estado e às respectivas fortunas” (DIOGÉNES, 2005, p. 42), possui 42.367 moradores, que representam 1,7% da população de Fortaleza (CENSO/2010). Com um alto IDH, de 0,867 (SDE/2014)⁹, é o quinto bairro mais rico da cidade, em que a renda pessoal média é de R\$ 2.901,57 (IPECE, 2012)¹⁰. A Secretaria Executiva Regional (SER) II¹¹, para efeito de cartografia, delimita oficialmente o bairro da Aldeota¹² como um retângulo de aproximadamente 3,88 km² (FORTALEZA, 2013).

⁹A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SDE) de Fortaleza concluiu em 2014 o estudo sobre a situação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por bairro, com base no Censo 2010. A classificação do IDH apresenta a variação de 0 a 1, assim, quanto mais próximo de 1, melhor o grau de desenvolvimento humano.

¹⁰As informações são orientadas pelo censo de 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00.

¹¹A partir de 1997, na gestão do Prefeito Juray Magalhães (PMDB – CE), a administração executiva do município passou a ser dividida em Secretarias Executivas Regionais (SERs), que ao todo são sete. Não encontrei documentos que justifiquem os critérios de divisão. Atualmente Fortaleza tem 119 bairros, divididos em sete regionais.

¹²Ao Norte, a Rua Pereira Filgueira e a Av. Dom Luís; ao Sul, as ruas Padre Valdevino e Beni de Carvalho; ao Leste, a Rua Frei Mansueto e a Via Férrea Parangaba-Mucuripe e, a Oeste, a Rua João Cordeiro.

Em Fortaleza, já existem alguns bairros problematizados de acordo com inquietações sociológicas¹³. Tal levantamento permitiu a constatação da importância de possíveis contribuições do estudo sobre a Aldeota para a compreensão da cidade de Fortaleza. Também foi possível perceber a falta de trabalhos que contextualizem e reúnam a análise da construção do bairro que é considerado o *locus* da elite econômica local. O que existe atualmente são fragmentos da história do bairro dissolvidos como pano de fundo em obras de historiadores e urbanistas. Portanto, foi preciso condensar tais fragmentos ao acrescentar análises sociológicas, além de investigar novos indícios para a compreensão, objetivando, assim, contribuir também para a historiografia dos bairros de Fortaleza. Dessa forma, para uma definição genérica de bairro, compreende-se que:

Os bairros são as regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional. O observador neles “penetra” mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam. Sempre identificáveis a partir do lado interno, são também usados para referência externa quando visíveis de fora. (LYNCH, 1997, p.52)

Ao me apropriar da contextualização histórica do bairro, fui ganhando a confiança dos participantes das ações de resistência na Praça, principalmente entre os mais velhos que, de uma maneira saudosista, gostavam de perceber a minha compreensão sobre a expansão urbana de Fortaleza e a ocupação do lado leste da cidade, onde está situada a Praça Portugal. Os frequentadores mais assíduos dos encontros, em sua maioria, eram moradores da região próxima à Praça. As conversas aconteciam de maneira descontraída e aos poucos fui sendo reconhecido nos encontros promovidos na Praça ou em audiências públicas promovidas pelo legislativo municipal.

Ao perceber o interesse dos participantes dos encontros sobre a memória do bairro Aldeota, passei a investigar trechos em que a Aldeota é citada na Literatura Cearense, uma vez que a Literatura é uma “‘representação da sociedade’ em que outras pessoas nos falam sobre todas essas situações, lugares e épocas que não conhecemos em primeira mão, mas sobre quais gostaríamos de saber” (BECKER, 2009, p. 18).

Como em todo trabalho de campo, é sempre bom contar com um pouco de sorte. No meio da minha aventura em busca da Aldeota na Literatura local, o Professor Sânzio de Azevedo, especialista em Literatura Cearense, lança o livro *Aldeota* (2015), da Coleção Pajeú¹⁴.

¹³ Entre os trabalhos, destaco: (PAIVA, 2007); (PAULINO, 2008); (BEZERRA, 2008); (SÁ, 2010); (COSTA, 2011) e (MATTOS, 2012). A contribuição desses trabalhos em relação a minha dissertação será mais bem detalhada nos próximos passos desta pesquisa.

¹⁴ Coleção de livros sobre os bairros de Fortaleza, financiada pela Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor).

Em sua fala de lançamento, ao comentar o convite para escrever o livro, discorreu sobre suas inquietações ao ter que escrever algo que não fosse Literatura. Em meio as suas lembranças de morador do bairro, quando criança, achou mais pertinente apresentar a Aldeota existente na literatura local, fazendo um levantamento das obras que de alguma forma fizeram alusão ao bairro. Entre romances, livros de memórias, poemas, contos e crônicas, o autor reuniu 16 textos que fazem referências ao bairro. Aproprio-me desse levantamento como material de aproximação de campo, pois “o fluxo das narrativas urbanas é como uma fonte catalisadora de dados” que indicam os caminhos para revelar o cotidiano da cidade (BARREIRA, 2013, p. 19).

Compreendo narrativa como o conjunto de discursos, imagens e representações que objetivam a construção da identidade do bairro muitas vezes incorporada por seus moradores, negociada por seus investidores e almejada por seus apreciadores, que assumem a forma do *narrador* de Benjamin (1986), na intenção de realizar um intercâmbio de experiências. De acordo com o autor, o bom narrador é primordialmente um bom ouvinte. Assim, eu circulava nas rodas de conversas dos encontros promovidos na Praça com informações sobre a Aldeota contida na literatura local que instigavam a memória e conseqüentemente a fala dos participantes.

1.2 Percurso da dissertação

Apresento o ordenamento metodológico da divisão da pesquisa em capítulos. *Trama do conflito em torno da intervenção da Praça Portugal* (Capítulo 2) é um capítulo mais descritivo, em que apresento detalhadamente o processo do conflito que se estendeu por mais de dois anos, entre o anúncio de intervenção na Praça Portugal e o início da obra. Por meio dele, é possível analisar como funcionaram as políticas de planejamento urbano do executivo municipal e trazer à tona a discussão sobre a preservação do patrimônio e do meio ambiente na cidade de Fortaleza. Durante esse processo, a partir de falas dos representantes da Prefeitura, pude perceber certo saudosismo em relação a uma feirinha que acontecia na Praça Portugal na década de 1970/1980. Percebi, porém, um silêncio sobre ocupações mais recentes, como se não fossem legítimas, pois, quando lembradas, eram constantemente marginalizadas, o que abriu espaço para a discussão do próximo capítulo.

O capítulo 3, *Usos da Praça Portugal enquanto espaço de lazer*, surge quando percebo que, durante todo o conflito ocasionado pela reforma da Praça Portugal na atual gestão municipal de Fortaleza, a única forma reconhecida de apropriação para o lazer foram as feirinhas que aconteciam no local durante a década de 1970 e 1980, sob o argumento de que apenas nesse período, quando o trânsito em seu entorno não era intenso, a Praça foi frequentada.

Assim, o prefeito justifica a demolição da área central e a construção de quatro novas praças, o que devolveria à população um espaço mais acessível. Retomo, então, meus diários de campo produzidos para uma pesquisa de iniciação científica sobre a sociabilidade juvenil na Praça Portugal de 2009 a 2010¹⁵ e verifico que justamente esse uso mais recente do logradouro não apareceu no discurso da Prefeitura durante todo o processo do conflito. Além dos meus diários de campo, fiz um levantamento bibliográfico de pesquisas que igualmente fizeram campo na Praça, reconstruindo a história mais recente do local enquanto espaço de lazer e expondo a contradição no discurso da Prefeitura que viabiliza um tipo de uso em detrimento do outro, no caso, as feirinhas em detrimento de outras atividades.

Por fim, no capítulo 4, *“O luxo da Aldeia”*: *O bairro Aldeota e a Praça Portugal*, abordo as transformações urbanas em torno da Praça Portugal que permitiram o argumento do Prefeito de que o espaço é apenas uma rotatória, o que infringiu – quando o líder do executivo municipal marcou a obra sem antes submeter o projeto à aprovação –, o Artigo 196 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, o qual diz que qualquer alteração em praças deve ser submetida à Câmara Municipal. Portanto, abordo o processo de expansão do lado leste da cidade, que possui como marco a ocupação do bairro Aldeota por uma elite econômica local, conferindo-lhe o título de “bairro nobre”. Durante o processo de descentralização da cidade, o bairro assume certa centralidade ao atrair shoppings para a região, além da intensa verticalização por meio da especulação imobiliária, sem o planejamento adequado, que intensificou o fluxo de trânsito na região. Ao apresentar o objetivo de solucionar esse problema, o Prefeito propôs a demolição da área central da Praça Portugal. O capítulo elucida a compreensão de como surge o problema e contextualiza a Praça na história do bairro. Devido à centralidade que o bairro assume na cidade de Fortaleza, faço um levantamento das manifestações que aconteceram na Praça Portugal entre os anos de 2014 até o primeiro semestre de 2016, as quais conferiram outra característica ao logradouro: espaço de contestação.

¹⁵ O nome do projeto de pesquisa era *Fortaleza: narrativas e práticas de sociabilidade*, coordenado pela Professora Irllys Barreira.

2. TRAMA DO CONFLITO EM TORNO DA INTERVENÇÃO DA PRAÇA PORTUGAL

No dia 07 de março de 2014, foi apresentado pela Prefeitura de Fortaleza o Plano de Ação Imediata de Transporte e Trânsito (PAITT)¹⁶. Uma das ações do Plano, que ganhou destaque nos principais jornais da cidade, foi a implementação do binário da Aldeota, que previa a remoção de 202 árvores e a demolição da área central da Praça Portugal para dar lugar a um cruzamento (202 ÁRVORES..., 2014).

Figura 2 – Esboço conceitual da proposta do PAITT



Fonte: (FORTALEZA, 2014).

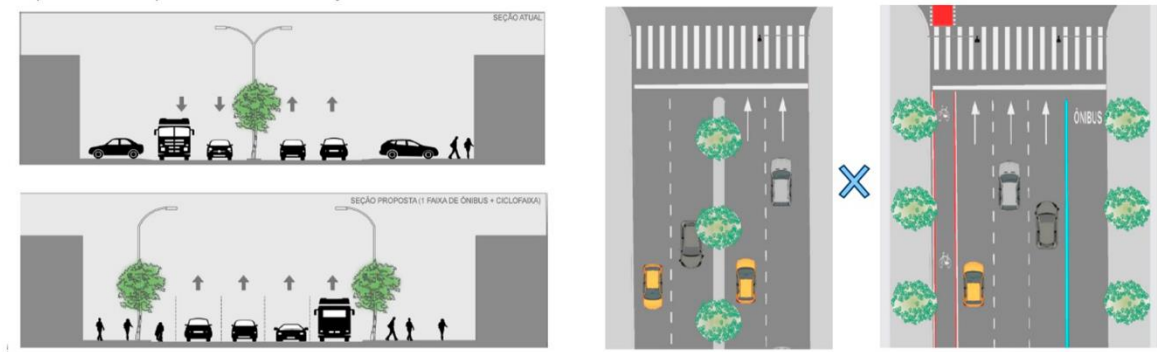
A implementação do binário da Aldeota consiste em transformar as Avenidas Santos Dumont e Dom Luís em sentido único. A primeira no sentido Centro-praia até a Via Expressa. A segunda avenida, que possui em um dos seus cruzamentos a Praça Portugal, no sentido inverso, da Avenida Engenheiro Santana Júnior até o seu fim na Rua Tibúrcio Cavalcante. Para isso, a Prefeitura de Fortaleza considera necessário retirar as árvores do canteiro central das duas avenidas e demolir a área circular da Praça Portugal.

Além da mudança nos sentidos das vias, foi anunciada a criação da faixa exclusiva para ônibus, com semáforos sincronizados para garantir prioridade de fluidez ao transporte público

¹⁶ Lançado no dia 10 de dezembro de 2013, o plano prevê estudos e implantação de soluções para pensar e resolver problemas mais urgentes do trânsito de Fortaleza, contando com a consultoria da empresa McKinsey & Company. Ações com prazo de realização até dezembro de 2014 (PLANO..., 2013). No dia 21 de março de 2014, participei da apresentação da PAITT pela equipe técnica na Universidade de Fortaleza (Unifor). Na apresentação, foi ressaltado pela equipe que o plano iria adotar estratégias de curto prazo para a melhoria do transporte e do trânsito em até 12 meses.

e coletivo; a criação de ciclofaixa; a readequação da iluminação pública; a reorganização do tráfego nas vias laterais; a regularização das calçadas e a retirada dos estacionamentos irregulares, como benefícios integrados à obra do binário. A figura a seguir permite a comparação entre o cenário das avenidas antes e depois da implementação do binário:

Figura 3 – Comparação das vias com e sem canteiro central



Fonte: (FORTALEZA, 2014, p.40-43), com edição do autor.

De acordo com a equipe do PAITT, a permanência do canteiro central inviabilizaria a implementação das melhorias que o binário poderia proporcionar, como a criação de ciclofaixas, pois 1,8 metros na largura das avenidas estão destinados à faixa exclusiva para ciclista, em que metade dela advém da remoção do canteiro. De acordo com o plano, esse espaço no centro da avenida, além inviabilizar a livre troca entre as três faixas destinadas aos veículos particulares, permite que os pedestres utilizem o canteiro para realizar travessias irregulares, ou seja, atravessar fora da faixa de pedestre (FORTALEZA, 2014).

Tais intervenções trariam benefícios diretos a uma área da cidade apresentada pela equipe do PAITT como “Quadrilátero da Aldeota” que é delimitado da seguinte forma: Ao Norte, a Rua Canuto de Aguiar; ao Sul a Rua Paulo Nery; ao Leste, a Rua Júlio Azevedo e, a Oeste, a Rua Silva Paulet (FORTALEZA, 2014, p. 32). Assim, o Quadrilátero extrapola os limites cartográficos do bairro Aldeota. Ao Norte, avança sobre parte do bairro Meireles e, ao Leste, abrange uma considerável área da Varjota e parte do Papicu. Todos os bairros são pertencentes à Regional II, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 4 – Quadrilátero da Aldeota

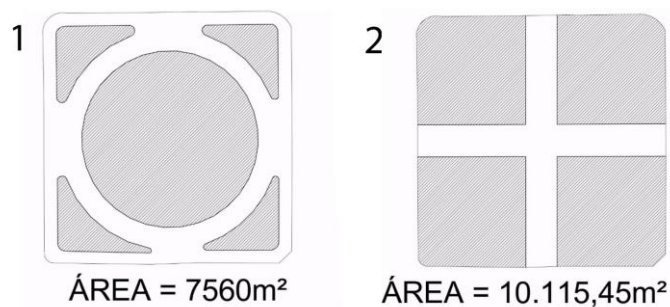


Fonte: Google Maps (2016), com edição do autor.

De acordo com a equipe do PAITT, dentro dos limites do bairro existem 5 shoppings, 20 torres comerciais (escritórios/consultórios), 2 hospitais, 45 estacionamentos privados e 1220 vagas de zona azul (FORTALEZA, 2014).

É importante ressaltar que a obra prevê a criação de quatro novas praças nas esquinas do novo cruzamento, mas essas “praças” já existem e fazem parte da planta original da Praça Portugal. O que a obra prevê, na verdade, é a ampliação de tais “praças”, o que foi usado no discurso da Prefeitura como “criação”, talvez para influenciar, na população, a ideia de troca vantajosa. Na imagem a seguir, é possível observar duas plantas simplificadas, em que cada uma informa o tamanho de sua respectiva área. A de número 1 representa a configuração original da Praça e a de número 2, a proposta apresentada pela Prefeitura de Fortaleza, como pode ser visualizada na Figura 5¹⁷:

Figura 5 - Planta simplificada



Fonte: Direitos Urbanos Fortaleza, com edição do autor.

¹⁷As plantas simplificadas fazem parte do material produzido por integrantes do Direitos Urbanos Fortaleza, editadas pelo autor para atender aos interesses da pesquisa.

A justificativa apresentada pela equipe do PAITT para a substituição de uma rotatória por um cruzamento é a de que provocaria uma redução de 45% do tempo de fluidez do trânsito na região, onde circulam cerca de 400 mil pessoas por dia e onde se concentra aproximadamente 30% do fluxo diário de veículos de Fortaleza. Essa não era a única hipótese sugerida pela equipe técnica do PAITT, mas, entre elas, o Prefeito justificou a sua escolha:

Tinha três hipóteses para a Praça Portugal; em uma delas, a gente mantinha a praça como é hoje e faria um túnel na Avenida Dom Luís, e na segunda hipótese um túnel na Avenida Desembargador Moreira. Nessas duas alternativas, a gente tem um bom resultado de redução de tempo de veículo naquele cruzamento, mas um grande dano à cidade, porque se cria 160 metros de túnel, e a área ficaria degradada”, justificou o prefeito Roberto Cláudio.

A terceira hipótese, que vai se transformar na obra do projeto, “[...] tem ganho de velocidade e fluidez menores que o túnel, mas com ganhos maiores para a cidade, que é tirar a Praça Portugal do modelo de rotatória e transformar em quatro praças retangulares no cruzamento”, completou (CINCO..., 2014).

A reforma da Praça Portugal começou a ser anunciada pela atual gestão no segundo semestre de 2013, embora tenha sido dito primeiramente que seria construída uma galeria subterrânea para acesso de pedestres à área central, ao que depois se acrescentou à proposta a criação de um túnel para veículos que passaria por baixo da Praça. É preciso fazer uma retrospectiva para compreender como a população foi obtendo acesso às informações sobre a obra.

Dessa forma, no dia 31 de julho de 2013, foi confirmada pela Secretaria de Turismo de Fortaleza (Setfor) a reforma da Praça, objetivando melhorias no trânsito da região como parte do projeto “Cidade do Futuro”¹⁸. Nesse momento, apenas as galerias para pedestres estavam contempladas na obra. O recurso estaria incluso em um “pacote de intervenções na cidade”, que faz parte do investimento de R\$ 333 milhões no setor turístico de Fortaleza, dos quais apenas 10% estão previstos como gasto direto pela prefeitura. O restante faz parte de um financiamento cedido pela Cooperação Andina de Fomento (CAF). Não houve explicação dos detalhes sobre o financiamento, uma vez que a explicação foi substituída por certa ênfase ao fato de Fortaleza ter sido a única cidade no Brasil a ser contemplada, como pode ser percebido no trecho da notícia a seguir:

De acordo com a Sefor, apenas cinco cidades da América Latina receberão apoio do CAF. No Brasil, apenas Fortaleza foi contemplada. O contrato será assinado em novembro, contudo, o secretário de turismo da capital, Salmito Filho, e o prefeito Roberto Cláudio asseguraram [que] será apenas uma formalidade, pois o acordo já foi aprovado, informou o secretário (PRAÇA..., 2013).

¹⁸ Projeto anunciado em julho de 2013 que previa o investimento de R\$ 333 milhões da Corporação Andina de Fomento (CAF).

No dia 10 de novembro de 2013, mês em que ficou agendada a assinatura do contrato de financiamento cedido pela CAF à Prefeitura de Fortaleza, foi lançado o PAITT. No momento, o secretário de turismo reafirmou a construção das galerias subterrâneas, para viabilizar o acesso de fortalezenses e turistas com segurança à área central da Praça, declarando que a intenção da Sefor é transformar o lugar em um “ponto de visitação”, como explica João Luiz Ramalho Filho (engenheiro da Sefor): “Terá uma via próxima à praça um pequeno túnel para o acesso das pessoas ao centro da praça, já que é quase impossível atravessar por conta do grande fluxo de carros” (PROJETO..., 2013). A novidade dessa ocasião sobre a obra foi o anúncio da construção de um túnel, embora o sentido de onde ficaria no projeto ainda não estivesse definido, pois poderia ser construído tanto na Avenida Dom Luís, como na Avenida Desembargador Moreira.

Não é difícil de imaginar a polêmica que surgiu meses depois, com a notícia do dia 07 de março de 2014, quando a Prefeitura anunciou a demolição da área central da Praça Portugal, principal característica do logradouro. Principalmente, devido à discrepância das intervenções anunciadas anteriormente, que previam a viabilização de acesso seguro aos pedestres à área central do espaço, além da promoção da Praça como um ponto de visitação turístico.

O anúncio de demolição da área central da Praça Portugal trouxe a Aldeota para o centro das discussões sobre a cidade. O binário no bairro não é nenhuma novidade nas discussões de trânsito e planejamento de Fortaleza. A ex-prefeita Luizianne Lins afirmou que o projeto era de autoria do seu governo e que “enquanto os arquitetos, urbanistas, engenheiros não dessem uma solução de não derrubar as árvores, ela não ia executar o projeto, ao contrário do seu sucessor” (LUIZIANNE..., 2014).

O momento em que as discussões poderiam centralizar-se em ideias, para solucionar o problema por meio de propostas que evitassem a descaracterização da Praça e a desarborização da região, é substituído por questionamentos que tomam a cidade devido ao imediatismo da execução de uma proposta que não foi debatida com a sociedade. O início da obra foi -previsto para às 23h do dia 10 de março de 2014 (segunda-feira), três dias após o anúncio feito à população, que vinha acreditando nas propostas anteriores de garantia do acesso e da preservação da área circular da Praça.

Aproximadamente 100 pessoas se reuniram em um protesto na Praça Portugal, na tarde do dia 9 de março de 2014 (domingo), um dia antes da data anunciada para o início da obra no local (GRUPO..., 2014a). O protesto reivindicou uma cidade onde os pedestres e a preservação ambiental sejam priorizados. Assim, de acordo com os manifestantes, a descaracterização de um logradouro para dar lugar a um cruzamento, além de não ser uma solução eficiente para

resolver congestionamentos, prioriza o carro e não respeita as questões ambientais, sobretudo porque, até o momento do protesto, a Prefeitura não apresentou a estratégia de remoção das árvores nem um estudo dos locais para o replantio. De acordo com ambientalistas presentes na manifestação, o estudo e preparo deve ser realizado com bastante antecedência, o que evidencia a ausência de tempo hábil, portanto, entre o tempo de anúncio e o início da obra. Exibindo cartazes com mensagens de protesto, os manifestantes ocuparam a via, parando o fluxo de veículos em torno da Praça, por alguns minutos. Durante o protesto, houve ainda um “abraço coletivo” na Praça.

2.1 Intervenção do Ministério Público

No dia do início da obra do binário, o Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE) recomendou a sua suspensão para que o projeto fosse apresentado à comunidade e apreciado pelas Promotorias de Justiça e a do Meio Ambiente e Planejamento Urbano de Fortaleza (MP-CE..., 2014). Na mesma tarde, um grupo de manifestantes ocupou a Praça para um evento, mobilizado pelo Facebook, chamado de “Virada Cultural Verde”. Mais de 200 pessoas confirmaram a presença no evento, marcado para acontecer às 20h (VIRADA..., 2014). Pude perceber, durante a concentração, a busca sem êxito de alguns manifestantes entre si por detalhes sobre o procedimento de remoção das árvores, pois, até a data marcada para o início da obra, os detalhes sobre o replantio não foram noticiados.

Como a recomendação do MP-CE não foi atendida pela Prefeitura, uma liminar paralisou a ação, quando operários e máquinas já estavam prontos para iniciar os trabalhos no bairro Aldeota. A decisão liminar foi expedida pelo juiz Manoel de Jesus Silva Rosa, da 8ª Vara Civil. Os operários e a equipe do PAITT já estavam concentrados na Avenida Dom Luís, aproximadamente abaixo do viaduto da Via Expressa, quando o documento foi entregue pela oficial de justiça Mariana Soares aos engenheiros responsáveis. Logo em seguida, os operários deixaram o local. A decisão foi aplaudida por alguns manifestantes presentes que logo retornaram para a “Virada Cultural Verde”, que continuou em ritmo de comemoração.

No momento, havia três vereadores de oposição à atual gestão: Ronivaldo Maia, Deodato Ramalho (ambos do PT) e João Alfredo (PSOL), que acompanharam a ação da oficial de justiça, quando o primeiro falou à imprensa sobre a arbitrariedade da obra, uma vez que antes do seu início deveria ter sido aprovada pela Câmara Municipal (JUSTIÇA..., 2014); (LIMINAR..., 2014). A arbitrariedade a que o vereador se refere é o descumprimento do Artigo 196 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, que diz:

Art. 196. As praças públicas da cidade e seus respectivos equipamentos devem ser preservados em sua forma original, zelados e fiscalizados pelo poder público que os assistirá de modo permanente e cuidadoso.

§ 1º Nos prédios e praças construídas pelo poder público poderão ser colocadas obras de arte, de artistas plásticos cearenses, de valor proporcional à construção realizada.

§ 2º Qualquer alteração do projeto arquitetônico ou de denominação das praças será submetida à apreciação da Câmara Municipal (FORTALEZA, 2006).

A oposição considerou que o Prefeito Roberto Cláudio descumpriu o Artigo 196, ao anunciar a demolição da Praça Portugal sem submeter o projeto à avaliação da Câmara Municipal de Fortaleza. Embora o descumprimento da Lei Orgânica do Município pareça claro para a oposição, entre os manifestantes, durante toda a concentração, ficou expresso o receio de que a resistência não traria nenhum resultado. A sensação foi influenciada por outras experiências de embate contra o atual executivo municipal, como a mobilização de oposição à obra do viaduto do Cocó.

Depois da noite conturbada em torno da obra do binário da Aldeota, o Prefeito, logo cedo, estava em uma emissora de televisão local para conceder uma entrevista. No momento, afirmou que ainda não tinha tomado conhecimento do conteúdo da liminar que impediu o início da obra na noite anterior, mas não deixou de comentar sobre:

Ela [a decisão judicial] é inócua porque nós só podemos fazer obra lá se for através de uma lei. Eu tenho que saber o conteúdo dela ainda. Pelo que vocês disseram, lembrando que eu não vi ainda, soube por vocês da imprensa, é que essa liminar é sobre a Praça Portugal. Se for de fato, a gente só vai poder fazer uma intervenção mediante uma lei para Câmara. Sabemos disso. Já iremos fazer. Não há novidade nisso. As ações do binário continuam como começaram há alguns dias e vão continuar porque nada têm a ver especificamente com a intervenção da Praça Portugal, disse (ROBERTO..., 2014a).

O comentário do Prefeito leva a crer que houve uma falha de comunicação que transmitiu a ideia de que a remoção do canteiro central é uma etapa diferente da prevista para acontecer com a Praça e de que a etapa respeitaria os trâmites legais, enquanto aquela obra não precisa de aprovação da Câmara Municipal, por isso considera inócua a liminar expedida na noite anterior. Embora o projeto da Praça Portugal ainda não tenha sido apresentado à população, o que se apresentou até então foi um esboço conceitual. Durante a entrevista, o Prefeito cobrou que as críticas sejam técnicas e de conteúdo.

“Até agora, eu não ouvi nenhum elemento técnico, nenhuma crítica de conteúdo ao projeto. Tem uma questão em relação ao afeto que é uma coisa importante para a cidade, da relação afetiva que a cidade teve, principalmente de uma geração, com a praça, que alguns momentos foi frequentada e tinha festas” (NÃO..., 2014).

O Prefeito diz estar aberto ao diálogo, apesar de afirmar estar convicto de que escolheu a melhor solução, e reivindica críticas técnicas. Assim, Roberto Cláudio apresenta uma agenda

de momentos de diálogo sobre o assunto, que contempla almoço com urbanista (12/03/2014), participação do grupo de trabalho em discussão na câmara (12/03/2014) e encontro com a colônia portuguesa (14/03/2014). Até então, não foi agendada nenhuma audiência pública, como foi sugerido pelo Ministério Público do Estado do Ceará, o que efetivamente contemplaria um espaço para o diálogo mais direto com a sociedade.

Enquanto o Prefeito participava da entrevista, o vereador Guilherme Sampaio (PT) solicitou à Câmara Municipal de Fortaleza (CMFor) uma audiência pública para discutir o projeto de intervenção do Prefeito no bairro Aldeota. “Se a sociedade não se manifestar, vai se consolidar uma cultura que se faz o que quer, sem discutir com ninguém e delegando a Câmara um papel secundário”, incita a participação popular o vereador (CÂMARA..., 2014).

Já o vereador Evaldo Lima, líder do Partido na Câmara, rebateu as críticas ao afirmar que a demolição da área central da Praça Portugal é só um detalhe se comparado aos benefícios que vai proporcionar à cidade e disse “As pessoas se apegam a detalhes e não prestam atenção na importância da mudança”, declara o vereador, que complementa alegando que a interpretação da oposição, sobre o artigo 196 da Lei Orgânica do Município, é muito “limitada” (DINIZ, 2014). Após muita discussão na CMFor, a solicitação do vereador Guilherme Sampaio é, por fim, aprovada.

Durante a mesma manhã, a Praça Portugal também foi assunto na Assembleia Legislativa. O pronunciamento do deputado Lula Moraes (PCdoB) acalorou o debate na casa ao levantar os seguintes questionamentos: “Dizer que não pode ser destruída por ser um símbolo urbanístico da cidade? Eu não posso aceitar isso. Por causa das árvores? Tira-se uma e planta-se outra. Defender a praça como algo a ser indispensável está ultrapassando os limites. Para mim, a Praça Portugal é um entulho”. O deputado Roberto Mesquita (PV), na ocasião, lembrou que a edição de dezembro da revista publicada na Assembleia Legislativa teve como capa a Praça Portugal por sua relevância urbanística (CARDOSO, 2014).

No dia 11 de março de 2014, a Praça Portugal esteve no centro na discussão política de Fortaleza. Seja na entrevista concedida pelo prefeito, seja na câmara ou na assembleia, o assunto centralizava as discussões desde o pronunciamento feito pelo gestor e, nas ruas e nas redes sociais, não era diferente. A fala do deputado Lula Moraes foi uma das mais emblemáticas, talvez o início, de uma possível estratégia de desvalorização do logradouro em resposta as manifestações de “pró-permanência” da Praça. De acordo com José Otávio (arquiteto e integrante do DUfort):

[...] foi iniciada uma campanha de desmoralização e descaracterização do local organizada pela própria Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o intuito de facilitar a aceitação e desacreditar os críticos da obra.

Durante esse momento, o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio Bezerra, gravou um vídeo em que anunciava que a Praça Portugal não era uma praça, mas sim uma rotatória e que não teria valor histórico por ser muito “nova”, tendo apenas 45 anos de idade, quase a mesma idade que o gestor. Além dele, vereadores e deputados da base aliada da prefeitura também tomaram essa atitude (BRAGA, 2015, p.4).

A jornalista Kézya Diniz escreveu, ironizando o assunto, em sua coluna sobre política: **“A praça não é praça.** O detalhe é que, segundo a Prefeitura de Fortaleza, apesar do nome, não é mais uma praça. Isso mesmo. A Praça Portugal é, oficialmente, uma ‘rotatória’” (2014). Não legitimar o logradouro enquanto praça justificaria o descumprimento do artigo 196 da Lei Orgânica do Município e então, de fato, tornaria “inócua” a liminar que impediu o início da obra.

2.2 Retomada da obra do Binário

Na noite do mesmo dia em que a Câmara Municipal aprovou uma audiência para discutir a intervenção na Praça Portugal, a Prefeitura decidiu retomar a retirada do canteiro central da Avenida Dom Luís, por interpretar que a liminar que interrompeu o início da obra na noite anterior fazia referência apenas à intervenção no logradouro. Como o prefeito explicou, naquela manhã, há distinção nas etapas do processo de implementação do binário, pois a etapa que prevê a intervenção da Praça estava marcada para iniciar apenas no dia 31 de maio, depois de passar por todos os trâmites legais. Portanto, não se viu impedido de retomar a retirada do canteiro central, etapa distinta à que prevê demolição da área central da Praça. Mais uma vez, no entanto, a obra foi interrompida, às 23h, quando estava prevista para seguir até às 5h da manhã.

Dessa vez, quem interrompeu a obra foi Martinho Olavo, procurador da Superintendência do Meio Ambiente do Ceará (Semace), que foi ao local averiguar a licença ambiental da obra. Sem a licença, o procurador autárquico solicitou a paralisação do serviço, argumentando que a retirada dos canteiros prejudicaria as árvores. O pedido não foi acatado e o procurador deu voz de prisão ao responsável pela obra. O mestre de obra foi levado para o 2ª Distrito Policial, localizado no Meireles, para prestar esclarecimentos. O engenheiro responsável, Franklin Costa Lima, afirmou que:

“Os trabalhos iam retirar o canteiro do meio para que a avenida fique preparada para funcionar em um só sentido. Tive que parar o serviço. Tem ambientalista dizendo que eu vou derrubar alguma árvore, mas isso não faz parte do contrato. Minha obrigação é retirar o meio fio. As árvores vão ser retiradas em outro momento” (RETIRADA..., 2014).

A obra, contudo, continuou horas após ter sido interrompida e os canteiros foram retirados, como pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 6: Avenida Dom Luís sem o canteiro central



Fonte: EVILÁZIO BEZERRA (ANJOS; PAIVA, 2014).

No dia seguinte ao ocorrido (12/03/2014), a Semace lançou uma nota afirmando que a licença ambiental da referida obra é de responsabilidade da Superintendência Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma). Ainda, na mesma nota, a superintendência afirmou que o procurador que interrompeu o início da obra não possuía autorização da instituição para tratar do assunto, sobretudo, porque estava de licença desde 06 de março de 2013 (RETIRADA..., 2014). Sobre a nota, o procurador reforçou que interferiu na obra sem a autorização da Semace, “mas pelo dever funcional que exerce e o obriga ‘a cessar qualquer ato atentatório à legalidade da administração, bem como da qualidade ambiental’” (ANJOS; PAIVA, 2014).

O juiz Demétrio Saker Neto, titular da 10ª Vara da Fazenda Pública, manteve a liminar concedida, no dia 10 março, pelo juiz plantonista Manoel de Jesus da Silva Rosa, que impede qualquer intervenção na Praça Portugal. Portanto, a obra permanece suspensa até a apreciação da Câmara dos Vereadores, sujeita a multa diária de R\$ 10 mil reais, caso haja descumprimento da medida. A Prefeitura informou que a ordem será acatada e seguiu com a remoção do canteiro central, já que a decisão tratou apenas do logradouro (ANJOS; PAIVA, 2014).

O Ministério Público do Estado do Ceará (MP – CE) solicitou à Prefeitura de Fortaleza, no dia 13 de março de 2014, o Plano e a cópia da licença ambiental que respaldasse as

intervenções urbanísticas e ambientais propostas pela equipe do PAITT, para que fossem apreciados pelo órgão antes da reunião agendada com o secretário João Pupo (Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos – SCSP) na manhã do dia 21 de março de 2014. De acordo com o MP – CE, o pedido não foi atendido. No dia 20 de março de 2014, sete dias após a solicitação feita à Prefeitura, um dia antes da reunião com o secretário da SCSP, o órgão entrou com uma Ação Civil Pública que impediu qualquer obra prevista pelo PAITT, como a implementação do binário da Aldeota e a remoção dos canteiros e árvores, até que fosse apresentada a licença ambiental (MINISTÉRIO..., 2014a). Antes disso, apenas as intervenções na Praça estavam impedidas de serem realizadas. Durante a reunião do dia 21 de março, decidiu-se que:

As ações para a implantação do binário nas Avenidas Dom Luís e Santos Dumont, no Bairro Aldeota, em Fortaleza, estão suspensas até que a Prefeitura de Fortaleza apresente ao Ministério Público do Ceará (MP-CE) todas as licenças ambientais, bem como o projeto definitivo onde constem o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (Rima). De acordo com o promotor de Justiça, Francisco de Oliveira Filho a Prefeitura também deverá apresentar um projeto para a reposição das árvores retiradas dos canteiros das duas avenidas. “A reposição das árvores nas avenidas deve ser detalhada, como a definição das espécies mais apropriadas para as duas áreas”, explica o promotor.

Esses compromissos serão formalizados em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) sobre o Plano de Ação Imediata de Trânsito e Transporte de Fortaleza (PAITT) a ser firmado nesta segunda-feira (24). O TAC será assinado pela coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ecologia, Meio Ambiente, Paisagismo e Patrimônio Histórico (Caomace), Socorro Brilhante, e o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio. O documento vai tratar sobre todas as obras previstas no Plano, como a fixação do sentido único nas avenidas Santos Dumont e Dom Luiz, a eliminação dos canteiros centrais, a remoção das árvores e as intervenções na Praça Portugal (PREFEITURA., 2014a).

A Ação do MP-CE confirma a suspeita/acusação dos participantes das manifestações que ocorreram na Praça Portugal, o “Abraço coletivo” e a “Virada Cultural Verde”, que aconteceram nos dias 09 e 10 de março de 2014, respectivamente. Muitos participantes desconfiavam, alguns até denunciavam durante a concentração, que a Prefeitura não estava apresentando um cuidado adequado em relação à avaliação do impacto ambiental. Nos dois momentos, pude escutar explicações técnicas entre os participantes que justificavam a denúncia, pois, de acordo com eles, o preparo da transplantação seria visível, mas o tempo entre o anúncio e início da obra tornou o procedimento inexecutável. Caso a obra não tivesse sido interrompida, as árvores já teriam sido removidas no dia 10 de março. Somente no dia 03 de abril, a Prefeitura obteve a licença ambiental.

A Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma) emitiu, no dia 03 de março de 2014, a licença ambiental exigida pelo MP–CE para a retomada de retirada das árvores

prevista na implementação do binário da Aldeota. O comentário de Luís Alberto Sabóia, coordenador do PAITT, sobre o replantio das árvores, foi publicado da seguinte forma:

A retirada e replantio das árvores será feita por equipes da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb). “Não há mais nenhum empecilho. Agora é preparar as equipes para o transplante”, afirma Sabóia. [...]

Ainda segundo Luís Alberto Sabóia, o trabalho de transplante das árvores deve durar a de duas a três semanas. As 202 árvores serão levadas para outros locais porque, segundo o coordenador, a maioria possui raízes extensas para serem relocadas nas calçadas das avenidas. A Prefeitura estuda replantar as espécies na Avenida Deputado Paulino Rocha, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, no entorno de Unidades de Pronto Atendimento. As mais sensíveis devem ser replantadas no Horto Municipal (PREFEITURA., 2014b).

Na ocasião, sobre a Praça Portugal, o coordenador do PAITT afirmou que o projeto está sendo desenvolvido por técnicos da Secretária Municipal de Infraestrutura (Seinf), seguindo os critérios de priorização do transporte público e acessibilidade, dessa forma evitando passarelas ou túneis, para em seguida ser apreciado pela Câmara Municipal no início de maio. Antes que a Câmara se manifestasse sobre o assunto, um grupo de ativistas, na noite do dia 10, apresentou aos técnicos da Seinf, em forma de protesto, uma solução alternativa que atende as premissas sugeridas pelo PAITT. Sem túnel nem passarela, o grupo garantiu a acessibilidade ao logradouro ao pintar uma faixa de pedestre, contra o argumento que justifica a demolição pela falta de acessibilidade. O ato conquistou a adesão de alguns condutores e pedestres, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 7: Grupo pinta faixas de pedestre para dar acesso à Praça Portugal.



Grupo que pintou a faixa



Na manhã seguinte

Fonte: Jornal O Povo (ATIVISTAS, 2014).

2.3 Pedido de tombamento da Praça Portugal

O vereador João Alfredo (Psol) enviou um ofício, no dia 20 de março de 2014, solicitando à Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor) o tombamento da Praça Portugal¹⁹. O pedido visou à preservação da área circular da Praça, para que se evitasse a ação proposta pela equipe do PAITT. Em resposta, a Secultfor informou, no dia 15 de abril, “que a Coordenadoria de Patrimônio Histórico e Cultural está iniciando os estudos acerca da relevância histórica e cultural, paisagística, ambiental e arquitetônica, referente à viabilidade de tombamento” (PREFEITURA..., 2014c).

O tombamento foi o caminho encontrado pelos que são contra a obra na Praça para evitar a ação, pois o executivo municipal seguia confiante que o projeto seria aprovado na Câmara, uma vez que possuem a maioria de votos da casa. Objetivando reforçar o pedido de tombamento, um grupo de arquitetos conseguiu reunir 350 assinaturas em um abaixo-assinado, entregue à Secultfor no dia 12 de maio (GRUPO..., 2014b). No dia 20 do mesmo mês, o Ministério Público do Ceará (MP–CE) recomendou à Prefeitura de Fortaleza o tombamento. Pode-se dizer que a recomendação está amparada na compreensão ambiental de que a noção patrimonial adquiriu no Brasil, nos anos de 1970 e 1980, associados à qualidade de vida (ARANTES, 2006), pois sobre o documento a promotora de justiça comentou que:

[...] faz-se necessário em face do relevante valor histórico da Praça Portugal e por esta compor o acervo cultural e arquitetônico de Fortaleza. Conforme o texto da recomendação, são atribuições constitucionais e legais do Ministério Público da tutela dos direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos ou indisponíveis. Ademais, **o artigo 225 e seguintes da Constituição Federal de 1988 prevê a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente sadio e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida**, impondo ao Poder Público e à coletividade (MINISTÉRIO..., 2014b, grifo do autor).

Decorridos 76 dias desde o anúncio da Prefeitura de Fortaleza sobre a implementação do binário da Aldeota, que acarretaria na demolição da área central da Praça Portugal, o Prefeito Roberto Cláudio (Pros) enviou o projeto à Câmara Municipal (20/05/2014), porém sem detalhes importantes, inclusive, sem os orçamentos. Na sessão seguinte, em regime de urgência, os vereadores aprovaram a tramitação do Projeto de Lei Complementar, que previa a alteração na

¹⁹ O pedido de tombamento pode ser feito por qualquer cidadão ou pelo próprio município. É atribuição da Secretaria de Cultura receber a solicitação e abrir o processo administrativo para análise. O pedido deve cumprir uma exigência de documentos, como endereço do bem que se pretende tomar, pode conter documentos como fotografia, plantas, mapas, justificativa do pedido, entre outras exigências burocráticas. Após o deferimento do pedido, um processo é aberto e já garante o tomo provisório do imóvel, evitando qualquer alteração, enquanto a comissão responsável analisa a solicitação. Caso o pedido seja aceito, inicia-se um estudo aprofundado sobre o imóvel que pode durar até um ano, para em seguida o conselho entrar em um consenso sobre o parecer, que pode ser favorável ou não ao tombamento.

estrutura arquitetônica da Praça Portugal. Foi formada uma Comissão Especial com nove parlamentares²⁰ para avaliar o mérito e a legalidade da proposta da Prefeitura (GALHARDI, 2014b). Os vereadores Guilherme Sampaio (PT) e João Alfredo do (Psol) anunciaram uma audiência pública para discutir o assunto na tarde do dia 2 de junho.

Na manhã do dia 22 de maio de 2014, o Ministério Público do Estado do Ceará (MP-CE) se reuniu com um grupo composto por representantes do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB – CE), consulado português, integrantes do grupo Direitos Urbanos Fortaleza, organizadores dos abaixo-assinados e produtores do curta-metragem “A praça pede passagem”. A reunião foi a oportunidade de o grupo apresentar documentos que confrontavam as propostas da Prefeitura. A comissão saiu da reunião com a promessa de que em breve teria um posicionamento sobre o tombamento judicial do logradouro. Na ocasião, Socorro Brilhante, promotora do MP-CE, questionou como a Comissão Especial, formada pela Câmara Municipal, apreciaria um projeto sem o orçamento (ANJOS, 2014c). Porém, isso não impediu que o a comissão, no dia 28 de maio, desse parecer favorável à proposta da Prefeitura (GALHARDI, 2014b).

A comissão especial da Câmara Municipal, responsável para analisar o Projeto de Lei Complementar do Poder Executivo que trata das obras do PAITT, em especial a intervenção da Praça Portugal, após sessão conturbada (28/05/2014), aprovou a ação apresentada pela Prefeitura:

Após muito bate-boca, os opositoristas Guilherme Sampaio (PT) e João Alfredo (Psol) deixaram a reunião da comissão sem votar. Os outros sete membros do grupo, todos aliados do prefeito Roberto Cláudio (Pros), votaram favoráveis ao projeto – que autoriza demolição da praça e sua substituição por um cruzamento e quatro espaços de convivência (COMISSÃO..., 2014).

O motivo de tanto “bate-boca” foi o pedido de vista da oposição. O pedido trata de um recurso no qual o requerente vê a necessidade de examinar melhor o projeto, adiando, assim, a votação. O pedido foi negado, contudo, sob o argumento de que o recurso solicitado não se aplicaria a projetos em regime de caráter de urgência. Com o parecer favorável da Comissão Especial, a votação plenária do projeto ficou agendada para o dia 3 de junho 2014. No dia anterior a data que foi marcada a votação (02/06), já estava prevista uma audiência pública, na Câmara Municipal, para discutir as intervenções na Praça Portugal.

²⁰ A Comissão presidida pelo vereador Márcio Cruz (PROS) foi composta pelos demais vereadores: Carlos Mesquita (PMDB), Didi Mangueira (PDT), Evaldo Lima (PCdoB), Gelson Ferras (PRB), Guilherme Sampaio (PT), João Alfredo (Psol), Magaly Marques (PMDB) e Mairton Félix (DEM).

2.4 Votação do projeto de intervenção na Praça Portugal pela Câmara Municipal

No mesmo dia em que a Comissão Especial da Câmara Municipal de Fortaleza deu parecer favorável ao Projeto de Lei Complementar do Poder Executivo sobre a obra que previa a descaracterização da Praça Portugal (28/05/2014), o pedido de tombamento do logradouro fora negado pela Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor), sob a justificativa de que a reforma ampara os bens de natureza imaterial do logradouro.

A forma como opera a distinção feita pela Secultfor entre patrimônio material e imaterial foi questionada por meio da crítica de estudos sobre questões patrimoniais. Para Diatahy Menezes, a diferença entre os tipos de patrimônio é um pragmatismo que decorre de um legado positivista pautada em uma lógica binária, de acordo com o autor, o “imaterial não teria existência real senão imbricado em veículos ou suportes que o tornem objetivado, que forneça a sua concretude” (2000, p.78). Nesse sentido, a disputa patrimonial em torno da Praça Portugal parte da compreensão sobre o resultado do projeto de intervenção do logradouro, já que para a oposição, a demolição da área central significaria a própria destruição, como por várias vezes também havia sido noticiada nos jornais da cidade.

A oposição reagiu à leitura da Secultfor sobre o caso, além salientar que a decisão competia ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza (Comphic) (SEULTFOR..., 2014). Os vereadores Guilherme Sampaio (PT) e João Alfredo (Psol) entraram com um recurso na Secultfor, solicitando a reavaliação do pedido de tombamento. O recurso foi entregue ao presidente do Comphic e ao secretário de cultura do município, Magela Lima (RECURSO..., 2014).

Contrário à compreensão da Secultfor, o MP-CE interpretou que a obra proposta pelo PAITT atentava contra o patrimônio material e imaterial da cidade. Esta compreensão era orientada pelo artigo 216 da Constituição Federal:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Assim, no dia 29 de maio, o MP-CE ajuizou uma Ação Civil Pública para o tombamento da Praça Portugal, assinada pelos promotores de justiça Raimundo Batista de Oliveira e José

Francisco de Oliveira Filho. A ação requeria à Justiça que fosse declarado por sentença o valor cultural da Praça e que fosse publicado na Imprensa Oficial e registrado no Livro de Tombo e Averbação do Cartório de Registro de Imóveis. A ação implicava também que a Prefeitura fosse obrigada a garantir o acesso seguro à Praça, seja por meio de passarelas ou de galerias subterrâneas, “para o Ministério Público é indiscutível a vinculação simbólica que a Praça Portugal mantém com a cidade de Fortaleza” (LIMINAR..., 2014a).

Além da ação do MP – CE, no dia (29/05/2014) o vereador Guilherme Sampaio (PT) entrou com um pedido de emenda para alterar o Projeto de Lei referente à obra na Praça Portugal. A emenda propunha que a Prefeitura deveria realizar um “concurso nacional de ideias” que tivesse ampla divulgação para atrair profissionais da Arquitetura e Engenharia, sob o desafio de manter a forma e a localização original da Praça. O vereador e presidente da Câmara Walter Cavalcante (PMDB), ao comentar sobre a Audiência Pública, disse que caso fosse apresentada alguma emenda, a votação do projeto seria adiada, fato que acabou ocorrendo. A votação, então prevista para acontecer no dia 03, foi adiada para o dia 05 de junho de 2014.

A menos de uma semana para completar três meses do anúncio das obras do PAITT, foi realizada, no dia 02 de junho de 2014, a primeira Audiência Pública da Câmara Municipal de Fortaleza para tratar do assunto. Quando nesta data, de acordo com as pretensões da Prefeitura, a obra já estaria finalizada, pois a entrega da obra estava prevista para o dia 31 de maio de 2014.

Apesar de ter sido um momento relevante para escutar as propostas alternativas apresentadas pela sociedade civil, além da oportunidade de ouvir seus questionamentos, críticas ou elogios, poucos vereadores compareceram. A ausência de vereadores foi notada e comentada pelos presentes. Muitos saíram incrédulos com essa audiência, pois interpretaram como sinal de que o projeto já estava garantido pela base aliada independente de qualquer consequência para a cidade. Sobre essa ausência de vereadores na audiência, o jornalista Érico Firmo fez um texto de crítica cujo título foi “Desprezo pela cidade”:

Absurda e inacreditável a quase completa ausência da base aliada do prefeito Roberto Cláudio (Pros) na audiência pública que debateu as mudanças na Praça Portugal. A proposta mexe com espaços extremamente importantes para Fortaleza. O debate mobiliza parcela significativa da opinião pública, gera divergências e protestos. O evento leva importantes pensadores do urbanismo cearense, além do secretário da área, para o Poder Legislativo. E os parlamentares que efetivamente decidirão o assunto fingem que não é com eles. Com as exceções do presidente da Câmara, Walter Cavalcante (PMDB), do líder do prefeito, Evaldo Lima (PCdoB) e do vereador Carlos Mesquita (PMDB), os governistas deram de ombros para o debate com a sociedade. Hoje, votarão como manada, conforme as ordens que vierem do gabinete do Palácio do Bispo, alheios a argumentos importantes. Definitivamente, não foi para isso que foram eleitos. Não será de surpreender se o despreparo resultar em uma série de absurdos ditos a partir da tribuna.

Lamentavelmente, a atitude chega a ser corriqueira há muitos anos, não só em Fortaleza. O Poder Legislativo assume postura de se dissociar do mundo real, com desprezo pelo pensamento que está para além dela, por mais pertinente ou qualificado que seja. Na discussão, pode-se concordar ou discordar, evidentemente. O debate se faz de pluralidade de opiniões.

Inaceitável é o alheamento. Uma alienação voluntária, conveniente aos interesses imediatos, mas arriscada para a legitimidade do poder. Quando os protestos estouram, fazem-se de surpresos (FIRMO, 2014).

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPE – CE) se manifestou mais uma vez por meio de uma liminar com caráter de urgência, impedindo a Prefeitura Municipal de Fortaleza de realizar qualquer intervenção na Praça Portugal. A liminar foi concedida no dia 03 de junho, pelo juiz Demetrio Saker Neto, da 10ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza, concedida para a Ação Civil Pública proposta pela promotoria MP – CE no dia 29 de maio, que havia solicitado o pedido de tombamento da Praça ao Município (LIMINAR..., 2014b). Apesar de todo esforço, o projeto foi aprovado na Câmara no dia 05 de junho de 2014. Dos 37 vereadores presentes, um se absteve, 29 votaram a favor e 07 foram contrários (VEREADORES..., 2014).

Com essa vitória, o Prefeito cumpriu a exigência do Artigo 196 Lei Orgânica do Município, que exige que a obra seja aprovada pela Câmara Municipal, apesar de ainda estarem em curso os pedidos de tombamento, feitos pelos vereadores de oposição, além do pedido expedido pelo Ministério Público (GALHARDI, 2014c). Após a aprovação, o Prefeito informou que iria recorrer contra a liminar da Justiça que impedia o início da obra, enquanto isso, garantiu que o projeto da Praça seria publicado oficialmente e ainda na primeira quinzena de junho, estaria em processo de licitação, no intuito de iniciar a obra em setembro (OBRA..., 2014).

A considerável diferença no resultado da votação de um assunto tão polêmico que assumiu a centralidade das discussões políticas da cidade, mobilizando a sociedade civil, o Ministério Público, Sindicato dos Docentes das Universidades Federais do Estado do Ceará (ADUFC), pesquisadores, ambientalistas, Instituto Brasileiro de Arquitetura do Ceará (IAB-CE), grupos de arquitetos que criaram projetos alternativos entre outros que se manifestaram individualmente nas redes sociais, deixou os envolvidos ainda mais incrédulos com a possibilidade de estabelecer diálogo com a atual gestão municipal.

A acusação de falta de diálogo e transparência, dos movimentos contrários a intervenção na Praça, à Prefeitura de Fortaleza, trouxe certo desgaste e constrangimentos para a gestão municipal. Coincidentemente, o projeto foi aprovado no dia mundial do Meio Ambiente e antes da votação houve uma solenidade na casa para homenagear o procurador da república Oscar Filho, o historiador Adauto Leitão e a ambientalista Geovana Cartaxo pelo trabalho que os homenageados desempenharam em defesa do meio ambiente. Os três aproveitaram a

oportunidade para criticar as ações da Prefeitura de Fortaleza em relação às obras na Praça Portugal e no Parque do Cocó. Os homenageados criticaram o resultado de uma votação que ainda não havia acontecido, marcada para acontecer horas depois, expondo as fragilidades da avaliação do legislativo municipal.

Em meio às acusações da falta de diálogo do executivo com a sociedade civil, o prefeito Roberto Cláudio participou, no dia 18 de junho de 2014, de um almoço, que acontecia mensalmente, promovido pela Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza, para esclarecer questões relacionadas à reforma da Praça Portugal e ao Centro de Fortaleza. Além de vários empresários, estavam presentes Honório Pinheiro, presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Ceará (FCDL), e Freitas Cordeiro, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fortaleza (CDL de Fortaleza). Na ocasião, o Prefeito lembrou que a proposta do binário da Aldeota era da gestão do prefeito Antônio Cambraia (1993 a 1996) e, com o objetivo de melhorar o projeto, contratou a empresa McKinsey & Company, que de acordo com o Prefeito, era reconhecida internacionalmente por prestar consultoria na área de mobilidade urbana, para desenvolver as propostas do PAITT. O tempo da obra deveria durar de 16 a 18 meses e custaria um valor estimado em 15 milhões de Reais (ROBERTO..., 2014b).

2.5 Avaliação do pedido de tombamento da Praça Portugal

O Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico-Cultural (Comphic)²¹ se reuniu, no dia 20 de junho, em resposta a um recurso solicitado pelos vereadores Guilherme Sampaio (PT) e João Alfredo (Psol), quando o pedido de tombamento fora negado pela Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (Secultfor) sem antes passar pela apreciação do Comphic²². Usando a prerrogativa de presidente do colegiado, o secretário da Secultfor, Magela Lima, convidou representantes da Prefeitura de Fortaleza para fazer a fala de abertura da reunião. Fez-se uma apresentação do PAITT e da parte da obra que já fora realizada no binário da Aldeota; do projeto conceitual da reconfiguração da Praça Portugal e do processo legislativo de aprovação do projeto na Câmara Municipal. Quem também reforçou o discurso da gestão

²¹ O Conselho é composto pelas seguintes entidades: Secretaria da Cultura de Fortaleza (Secultfor), Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma), Secretaria do Turismo de Fortaleza (Setfor), Secretaria Estadual da Cultura, Secretaria do Turismo (Setur), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Câmara Municipal de Fortaleza, Procuradoria Geral do Município (PGM), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade de Fortaleza (Unifor), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Estudo Histórico, Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) e Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (Anpuh).

²² O vereador João Alfredo entrou com o pedido de tombamento da Praça Portugal no dia 20 de março de 2014, o pedido foi negado no dia 28 de maio de 2014 e juntamente com o vereador Guilherme Sampaio recorreram da decisão.

municipal, durante a reunião, foi o Secretário de turismo do Estado, Salmito Filho, que representou a Secretaria Estadual da Cultura (SETUR) no conselho. Outro que esteve presente para apoiar a Prefeitura de Fortaleza foi o vereador Evaldo Lima (PcdoB), que provocou reações de desaprovação ao declarar que as atribuições sobre a Praça diziam respeito à Câmara Municipal, que já havia votado pela alteração do logradouro (COUTINHO; LEITÃO, 2014). A fala do vereador foi compreendida por muitos que estavam presentes como uma tentativa de deslegitimar o Conselho, além de considerarem a interferência do municipal abusiva. O encontro durou três horas e além do debate houve troca de acusações entre conselheiros, gestores municipais e representantes da sociedade civil.

De acordo com alguns membros do Conselho, a decisão da Secultfor quebra o fluxograma do processo de tombamento elaborado pelo Comphic, que submete a sua análise sobre todos os pedidos de tombamento na esfera municipal. João Paulo Vieira Neto, representante do Instituto de Memória do Povo Cearense (Imopec), acusa o secretário Magela Lima de querer impedir que o Conselho acate a solicitação de tombamento, pois seus interesses seriam “outros” que não a preservação do patrimônio, afirmou. O Secretário dá sua versão sobre a compreensão do fluxograma do Secretário da seguinte forma:

Conforme ele, a Lei de Tombamento (nº 9347/2008), só torna obrigatória a consulta após a execução do recurso contra a resposta de indeferimento. “Quando chega um pedido, a Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural aprecia se é pertinente ou não. E a Secretaria entendeu que não era”, afirmou. Na avaliação da Coordenação, a Praça Portugal tem importância imaterial, como espaço de encontro. No entendimento do órgão, essa condição continuará a ser contemplada mesmo com o desmembramento do espaço (OLIVEIRA, 2014).

A interpretação que o Secretário fez da lei é possível, mas o que estava em questão era o fato de que o fluxograma decidido em maio pelo Comphic não tinha sido respeitado. A postura de Magela Lima, secretário da Secultfor, inviabilizou a discussão. Tumultuou a reunião com declarações e posturas provocativas. Uma das declarações do Secretário foi em resposta à consideração do arquiteto e urbanista Augusto Paiva, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), de que nenhuma ação do PAITT prevista para a Aldeota, apresentada durante a reunião, teria fundamentação técnico-científica. Sobre essa crítica, entre outras, que cobravam um estudo mais elaborado sobre as ações propostas pela Prefeitura à cidade, Magela respondeu “que não aceita a ditadura dos intelectuais”, declaração rechaçada pelos presentes, sobretudo pelos representantes acadêmicos (UFC, UECE, UNIFOR e AMPHUR) que o indagaram: “quem está na pele de ditadura?” (COUTINHO; LEITÃO, 2014).

A declaração do Secretário da Secultfor estava ligada a necessidade apontada por Arantes (2006), em sua análise sobre o patrimônio ambiental urbano, de fortalecer a integração entre a

“conservação” e o “planejamento urbano”, orientados no seu “modo de gestão” pelo que as demais ciências sociais podem contribuir no processo;

Não só por que se trata da gestão de bens que participam diretamente da formação de modos de vida e da construção de sentidos de identidade e de pertencimento, como também porque no terreno do real em que essas políticas e programas são postos em marcha – quando o são – não é obviamente homogêneo e, tampouco, apresenta formas de estruturação que sejam sociológicas e politicamente como as demandadas pelas negociações com o Estado (p.433).

O descompasso da aproximação, entre a gestão municipal e a participação popular que cobrava uma maior reflexividade e esclarecimento nas decisões urbanas, gerou um dos momentos mais tensos da reunião. A arquiteta Erika Cavalcante, mobilizadora dos eventos “Praça Portugal, viva”, cobrou resposta da Secultfor sobre o pedido de tombamento protocolado por ela, que continha anexado um abaixo-assinado com 2300 assinaturas. Magela Lima não respondeu por considerar que o assunto não estava em pauta. A postura do secretário mais uma vez tumultuou a reunião, sobre o momento foi dito:

A democracia também passou longe nas intervenções durante a reunião; não foi permitida a manifestação cidadã na discussão. O Secretário de Cultura que presidia a mesa tolheu qualquer fala que não fosse dos convidados oficiais, resumindo ao Vereador João Alfredo a leitura do seu protesto contra o indeferimento do pedido de tombamento. Representantes do grupo “A Praça Pede Passagem” não puderam expor o trabalho artístico o que frustrou o produtor Rui Caminha que é filho da arquiteta Maria Clara Nogueira Dias que projetou a Praça Portugal (COUTINHO; LEITÃO, 2014).

Sem espaço para fala, a arquiteta Érika Cavalcante insistiu no assunto questionando se a Secultfor não ocultaria do COMPHIC o seu pedido de tombamento, de acordo com a arquiteta “com forte apelo popular”. O Secretário permaneceu em silêncio. A postura do Secretário contradisse o discurso da gestão. No almoço promovido pela Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza (AJE-Fortaleza), o Prefeito falara da importância do diálogo, afirmando que “o exercício de informar é a melhor prevenção para evitar problemas” (ROBERTO..., 2014b). Diante de vários questionamentos, o Conselho votou a favor do pedido de vista ao processo, com previsão para durar 15 dias, acatado por 10 das 16 entidades²³.

²³ Lista das entidades e seu respectivo voto para o pedido de vista do processo: As 16 entidades que compõem do Conselho e seus votos pela análise do processo de pedido de tombamento são os seguintes: Secretaria da Cultura de Fortaleza (Secultfor): não; Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (Seuma): sim; Secretaria do Turismo de Fortaleza (Setfor): não; Secretaria Estadual da Cultura: não; Secretaria do Turismo (Setur): não; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): sim; Câmara Municipal de Fortaleza: sim; Procuradoria Geral do Município (PGM): não; Universidade Federal do Ceará (UFC): sim; Universidade Estadual do Ceará (Uece): sim- Universidade de Fortaleza (Unifor): não; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan): sim; Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB): sim; Estudo Histórico: sim; Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB): sim e Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (Anpuh): sim.

No dia 03 de junho de 2014, o Comphic voltou a se reunir para a votação sobre o pedido de abertura do processo de tombamento da Praça Portugal. O resultado foi empatado e o desempate ficou a cargo do titular da Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor), Magela Lima. Assim, a Comphic negou o pedido de tombamento, tendo o voto da Organização dos Advogados do Brasil (OAB) como decisivo na disputa, como por ser observado na lista dos votos:

Pelo NÃO tombamento:

Alênio Carlos Noronha Alencar – Coordenador de Patrimônio Histórico e Cultural (Secultfor)

Águeda Muniz – Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente

João Salmito Filho – Secretaria de Turismo de Fortaleza

Miguel Rocha Nasser Hissa – Procuradoria-Geral do Município

Francisco Fábio Oliveira de Souza – Secretaria da Cultura do Estado do Ceará

Pedro Bruno Amorim e Vasconcelos – OAB-CE

Maria do Socorro Araújo Câmara – Secretaria de Turismo do Ceará

Elpídio Nogueira Moreira – Câmara Municipal de Fortaleza

E, SIM, pelo tombamento:

Maria Clélia Lustosa da Costa – Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará

Ivone Cordeiro Barbosa – Universidade Federal do Ceará

Euler Sobreira Muniz – Universidade de Fortaleza

Altamar da Costa Muniz – Universidade Estadual do Ceará

José Ramiro Teles Beserra – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Augusto César Chagas Paiva – Instituto dos Arquitetos do Brasil

Carlos Josué de Assis – Associação dos Geógrafos do Brasil

Ana Paula Gomes Bezerra – Associação Nacional dos Profissionais Universitários de História (CONSELHO..., 2014).

De certa forma, já se esperava que os representantes dos órgãos sob a influência do executivo, seja ele municipal ou estadual, votaria contra a abertura do processo de tombamento. Como da mesma forma poderia se prever que os órgãos mais próximos do estudo e preservação do patrimônio não iriam se opor à abertura de um processo que possuiu como primeira etapa a pesquisa, um estudo aprofundado sobre as questões que envolviam os critérios de tombamento. Aprovar a abertura do processo de tombamento não significava que a Praça seria expressamente tombada. O voto decisivo não foi o de desempate, porque até esse era previsível, o voto “surpresa”, nesse caso, foi o da OAB.

No dia 17 de setembro foi suspensa a liminar, concedida no dia 03 de junho, que impedia a Prefeitura de Fortaleza de realizar as obras na Praça Portugal. Assim, a Prefeitura estipulou uma previsão de começar a obra em novembro, pois o projeto ainda não estava concluído e só em seguida poderia ser submetido ao processo licitatório (LIMINAR..., 2014c). Porém, em outubro, próximo ao prazo estipulado para o início da obra, a Prefeitura decidiu adiar para o início do ano de 2015, prevendo um longo processo licitatório e cedendo à pressão dos

empresários locais, pois a obra traria transtorno na região no período natalino e prejudicaria os negócios da região.

Outra pressão que os empresários da região fizeram à Prefeitura diz respeito à regulamentação dos estacionamentos para padronização das calçadas. Com o binário da Aldeota era previsto que seria proibido o rebaixamento do passeio para servir de estacionamento, assim os clientes não poderiam mais estacionar em frente aos estabelecimentos e isso traria preocupação a quem faz negócios na região. Enquanto a reforma da Praça Portugal esteve impedida pela justiça, durante quase todo o ano, o binário esteve praticamente todo o tempo livre para ser implementado em sua plenitude, mas não aconteceu. Talvez sensível a essas questões, o Ministério Público Estadual do Ceará (MPE-CE) ajuizou uma ação civil pública, no dia 06 de novembro, solicitando que todas as etapas do binário fossem concluídas antes do início da demolição prevista na reforma da Praça Portugal.

2.6 Atos de resistência à obra da Praça Portugal em 2015

Com a obra de intervenção da Praça Portugal agendada para começar no início de 2015, em janeiro, intensificaram-se as ações de resistência à proposta da Prefeitura de Fortaleza sobre o logradouro, ações articuladas em fóruns de discussões mediados pela internet. Uma dessas ações foi realizada por um grupo de aproximadamente 5 pessoas que resolveu tomar banho de sol em trajes de banho no gramado da Praça. O ato ganhou destaque em jornais locais, tendo ficado conhecido como “um flagrante inusitado” (GRUPO..., 2015).

O banho de sol ilustrou a problematização levantada nos espaços de discussões do Direitos Urbanos Fortaleza sobre o uso dos espaços da cidade, sobretudo quando a falta desse uso foi tomada como justificativa para a descaracterização da Praça. Outras manifestações surgiam de discussões mais abrangentes sobre a cidade, como a do projeto “Fortaleza: icnografia do esplendor e do esquecimento”, que produziu uma foto de um casal nu na Praça Portugal (que pode ser conferida a seguir):

Figura 8 – Intervenção artística na Praça Portugal



Fonte: Reis Amora (2015).

O projeto foi idealizado por um coletivo de artistas que tinha como pretensão a discussão sobre a história e memória da cidade. A proposta consistia em registrar diferentes construções da cidade que datam do século XVIII até a década de 1950, tendo como primeiro registro o da Praça Portugal²⁴. O fotógrafo Régis Amora justificou sua escolha com:

O fato de a praça ser demolida em breve nos causou inquietação de fazer logo o registro lá. Enquanto a praça ainda estava de pé. [...] A imagem foi um ato político, antes de tudo, de procurar levantar a discussão para a situação da Praça, que logo deixará de existir. Vivemos numa sociedade tão doente que, para muitos, o espaço não passa de uma rotatória. O ato do beijo, dos corpos nus, sem amarras, é muito representativo para o que desejamos para esta cidade: amor, explica (CASAL..., 2015).

No caso da Praça Portugal, não foi possível localizar um coletivo de resistência, afinal várias manifestações foram surgindo espontaneamente de grupos distintos. Até mesmo o coletivo Direitos Urbanos Fortaleza não centralizava todas as ações, embora a página do grupo

²⁴ O coletivo é composto pelo casal de bailarinos Wilemara e Fauller, além dos fotógrafos Régis Amora e Marília Oliveira e Cia Dita. A proposta pretende fazer o diálogo de imagens com textos e vídeos pautados em pesquisas históricas, além da Praça outros espaços já foram escolhidos para o registro como a Santa Casa de Misericórdia, Passeio Público, Centro de Turismo.

na internet funcionasse constantemente como espaço de mobilização e divulgação das ações de protesto contra a proposta do PAITT ao logradouro, porém as manifestações surgiam de coletivos distintos da sociedade que se sentiam implicados pelo caso.

O esvaziamento dos espaços públicos urbanos veio à tona e outras manifestações surgiram em resposta a essa situação de Fortaleza, evidenciando que o caso da Praça Portugal não era isolado no que diz respeito à “falta de uso” dos locais públicos enquanto espaços de lazer. Atos começaram a surgir propondo ocupação das praças em Fortaleza, como o promovido pela Associação dos Produtores de Disco do Ceará (Prodisc), que realizou o “Domingo na Praça” (11/01/2015). O encontro cultural aconteceu na Praça dos Leões (Centro), com shows durante a noite. No sábado que antecedeu o dia, o grupo “Amigos da Praça” promoveu a quarta edição do evento “Praça Portugal, viva”, com uma feira de troca de brinquedos e livros no local (ATOS..., 2015).

Surgiu entre os membros do grupo Direitos Urbanos Fortaleza a ideia de fazer um evento na Praça Portugal que promovesse a ocupação do espaço público, além de mostrar a potencialidade do logradouro enquanto espaço de lazer, sobretudo pelo sucesso de eventos em espaços privados que estavam acontecendo na cidade, como o *Food Park* Iguatemi. Esse evento foi denominado por seus organizadores como “Lá Fora”, por ser realizado no estacionamento do shopping, e teve como objetivo:

“[...] incluir Fortaleza no calendário deste ramo que virou febre no sudeste do país com a invasão de grandes nomes da gastronomia em *food trucks*, vendendo a um preço justo, pratos e receitas que antes só se concebiam vender dentro de restaurantes”, explica o responsável pelo evento, Alex Façanha. De acordo com Façanha, a proposta do Lá Fora é reunir as pessoas para comer ao ar livre, com boa música e em um ambiente informal e familiar (IGUATEMI..., 2014).

Em busca de uma crítica criativa à proposta do evento “Lá Fora”, um evento que, na prática, não deixa de ser dentro de um shopping, o título do evento realizado na Praça Portugal foi uma paródia, como a própria definição contida na página do evento em uma rede social dizia: “O Aí Dentu – Lá na Praça é um movimento que surge em resposta à valorização de eventos nos espaços privados que muitas vezes segregam parte da população e ainda dificultam a interação das pessoas com a cidade. Enquanto isso, muitos espaços públicos estão ociosos” (EVENTO..., 2015). A expressão “Aí Dentro”, além de remeter a uma oposição direta ao “Lá Fora”, é também uma expressão popular típica do Ceará utilizada para responder a qualquer provocação.

2.7 “Otimismo moderado” - Pedido de tombamento na esfera estadual

O ano de 2015, além de ter começado com criativos protestos sobre questões que envolviam a Praça Portugal, também trouxe novo fôlego na luta contra a alteração da configuração original do logradouro proposta pelo PAITT, no que o vereador João Alfredo chamou de “otimismo moderado” (PREFEITURA..., 2015). A estratégia foi a de entrar com um novo pedido de tombamento da Praça, dessa vez na esfera estadual. O vereador João Alfredo, no dia 26 de janeiro, articulou um encontro que reuniu grupos interessados no tombamento, com o recém-nomeado secretário da Cultura do Estado, no caso, o vereador Guilherme Sampaio (PT)²⁵, que outrora esteve ao lado dos manifestos contra a proposta da gestão municipal.

Enquanto isso, o processo de licitação fora adiado por conter erro em seu edital, que, de acordo com o Prefeito, foram “erros burocráticos” (ERRO..., 2015). Tais erros se tratavam do não cumprimento de exigências do CAF, como por exemplo, abrir o processo para concorrência internacional. O Prefeito e o secretário de Turismo do Município receberam na Câmara Municipal (10/03/2015) Victor Ricco, diretor do CAF no Brasil. Na ocasião a Prefeitura recebeu uma doação de R\$ 1,5 milhão para financiar estudos técnicos para a implementação de um corredor de ônibus exclusivo de transporte público na Avenida Washington Soares (PREFEITO..., 2015). Aproveitando a visita do diretor do CAF, o vereador João Alfredo entregou um conjunto de documentos, entre os quais uma compilação de pareceres sobre a manutenção da configuração original da Praça, com o objetivo de sensibilizar o investidor (VISANDO..., 2015).

No dia 08 de abril de 2015, o Conselho Estadual de Preservação Cultural (COEPA) abriu o debate sobre o pedido de tombamento da Praça Portugal no âmbito estadual. Na ocasião o secretário estadual da cultura, Guilherme Sampaio, afirmou que pessoalmente segue contra, porém não exercerá influência sobre a decisão do Conselho, dizendo que: “Não haverá qualquer ingerência do secretário sobre o relatório técnico, de responsabilidade dos servidores da secretaria”. E acrescentou: ‘Como não haverá nenhum tipo de ingerência do secretário junto

²⁵É importante ressaltar o contexto que precede a posse de Guilherme Sampaio à Secretaria da Cultura do Estado. O vereador foi líder da bancada da ex-prefeita Luizianne Lins (PT) na Câmara Municipal. Após a prefeita petista e o então Governador Cid Gomes romperem, ambos lançaram candidatos à Prefeitura de Fortaleza nas eleições de 2012. Roberto Claudio, candidato apoiado pelo então Governador venceu as eleições e desde então Guilherme Sampaio passou a atuar na oposição ao então Prefeito, inclusive nas obras que diziam respeito à Praça Portugal, como já foi discutido. Nas eleições ao Governo Estadual de 2014, o então governador Cid Gomes lançou seu apoio à candidatura de Camilo Santana do PT. Guilherme, que trabalhou na campanha do candidato petista ao Governo do Estado, após sua vitória, assume a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, portanto agora como situação na esfera estadual, o Secretário volta a tratar diretamente do tombamento da Praça Portugal protocolado no dia 27 de janeiro de 2015, pelo vereador João Alfredo.

a nenhum conselheiro” (FREIRE, 2015). Lembrou ainda que seu papel era de presidir e só em caso de empate, como aconteceu do âmbito municipal, que se manifestaria por meio do voto de minerva.

O Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (Coepa) primeiro se reuniu, no dia 08 de abril de 2015, com os interessados no pedido de tombamento, e vinte dias depois se reuniu para ouvir os argumentos da gestão municipal sobre a obra de intervenção na Praça Portugal, para em seguida decidir sobre a aceitação ou não do pedido. Caso fosse aceito, a Praça seria provisoriamente tombada até a decisão final do Conselho. Tal decisão era prescindida de um estudo aprofundado sobre o caso que poderia durar até um ano para ser concluído e o resultado poderia ser favorável ou não.

O representante da Procuradoria-Geral do Município, Miguel Hissa, enviado do Prefeito à reunião do Coepa para representar o executivo municipal, posicionou-se contra o tombamento da Praça Portugal. Ressaltou que a decisão não caberia ao Estado, sob o argumento de que o logradouro dizia respeito exclusivamente à cidade de Fortaleza, apesar de na esfera municipal o pedido de tombamento já ter sido negado. Durante a reunião, o arquiteto Liberal de Castro, conselheiro do Coepa, manifestou insatisfação pela ausência de técnicos da Prefeitura que por meio de estudos justificassem a descaracterização arquitetônica da Praça (SEVERO, 2015).

No dia 27 de maio de 2015, representantes da Secult tornaram a se reunir com os conselheiros da Coepa para discutir sobre o pedido de tombamento da Praça Portugal. Um parecer para dar suporte à decisão foi elaborado e apresentado na ocasião pela Coordenadoria de Patrimônio Histórico-Cultural (Copahc), cujo laudo tinha sido contrário ao pedido. A Copahc era vinculada à Secult e tinha como uma de suas atribuições elaborar relatórios referentes a qualquer pedido de tombamento. A conselheira Márcia Miranda, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-CE), solicitou um pedido de vista do relatório, alegando que o documento fora apresentado somente no momento da deliberação. Pedido atendido, a votação foi adiada para o dia 17 de junho de 2015.

Apesar do requerimento de vistas ter sido aceito, a decisão não foi unânime. Conselheiros como Geová Lemos (Instituto do Ceará), o arquiteto Euler Sobreira (Unifor) e João Bosco (Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL), durante a discussão, se mostraram contrários ao pedido de tombamento e a favor das intervenções na Praça Portugal. Na ocasião, a conselheira que solicitou o requerimento afirmou que o IAB-CE não aceitaria as modificações na praça, sobretudo no desenho circular, por considerar um símbolo incontestável. “Com a implantação dessa proposta, o que se observará será a fragmentação de um espaço outrora

integrador na paisagem urbana e a conseqüente descaracterização de um dos poucos redutos bucólicos da cidade” (DECISÃO..., 2015), afirmou a arquiteta durante a reunião.

Durante o período entre o pedido de vistas e a votação final sobre o início dos estudos para aprovação ou não do tombamento da Praça Portugal, interessados na preservação do logradouro mobilizaram a realização de atividades no local, com a intenção de pressionar e sensibilizar os representantes do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural (Coepa) a votarem favorável ao tombamento. No dia 14 de junho, foi realizada uma ação coletiva agregando algumas atividades de resistência à obra, atividades estas que vinham acontecendo desde o seu anúncio pela gestão municipal.

O evento foi anunciado como “Ato de Amor à Praça Portugal” e contou com a participação do “Coletivo Branquelas Produções”²⁶, que realizou uma aula pública de zumba, além de mais uma edição dos projetos “Aí Dentu – Lá na Praça” e o “Praça Portugal, Viva”. Uma oficina de cadernos artesanais foi ofertada e ministrada pela artista Fernanda Meireles durante o evento. O ato catalisou não só uma diversidade de atividades como também agregou apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Consulado de Portugal em Fortaleza, Associação dos Ciclistas Urbanos de Fortaleza (Ciclovida) e o grupo Direitos Urbanos|Fortaleza, além dos envolvidos no projeto “Praça Portugal, viva”.

2.8 Votação do Coepa

O governador do Estado do Ceará mudou a composição do Coepa um dia antes da votação sobre o pedido de tombamento da Praça Portugal. Camilo Santana (PT) mudou quatro representantes de órgãos que compõem o Conselho e nomeou seis novos conselheiros. Foram substituídos os representantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), Associação de Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE).

A mudança do conselheiro que representa a OAB-Ce foi a que gerou mais indignação entre os que defendiam o tombamento da Praça Portugal. Lucas Guerra, secretário adjunto da Comissão de Direitos Culturais da Ordem, foi substituído, no Conselho, por Pedro Bruno Amorim. Esse, que além de não integrar a Comissão da Ordem, como seu antecessor, já havia votado anteriormente contra o pedido de tombamento da Praça no Conselho Municipal de

²⁶ O Coletivo Branquelas Produções foi idealizado por Alana Campos e Clara Machado e ficou conhecido na cidade, principalmente, pelo trabalho que desenvolve com Kizomba (dança africana) que tem como objetivo, de, pelo menos, uma vez por mês, ocupar com a dança um espaço público de Fortaleza.

Patrimônio Histórico e Cultural (Comphic), ou seja, no Conselho equivalente ao Coepa, porém no âmbito municipal.

A alteração do Conselho na véspera da votação, sem nenhuma justificativa, foi considerada pelos que defendem o tombamento da Praça Portugal como “manobra” para garantir os interesses do executivo municipal. Tal situação gerou desconfiança, já que estas alterações não são comuns. Até então, nos últimos dois anos, apenas um membro do Conselho havia sido substituído. Uma das falas sobre o assunto que veio ao público foi a do vereador João Alfredo (PSOL), requerente do pedido, que disse: “Com essa mudança, o governo deixa claro que [...] fez um jogo de poder, feito para derrubar qualquer possibilidade de estudo de tombamento da praça. Para garantir a destruição”. No dia da votação (17/05/2015), manifestantes compareceram à reunião do Conselho com faixas interpelando as instituições que julgavam contra o pedido de tombamento, como podem ser visualizadas na imagem a seguir:

Figura 9 – Votação do Coepa sobre o pedido de tombamento da Praça Portugal



Fonte: Ecos da cidade²⁷

Após a votação, com exceção do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que se absteve, pôde-se perceber que as faixas dos manifestantes interpelavam exatamente as instituições de classe e ensino que votaram contra o pedido de tombamento. Com 12 votos contrários e sete a favor, foi rejeitado a abertura do processo de tombamento da Praça Portugal pelo Conselho Estadual de Patrimônio Cultural do Ceará (Coepa)²⁸, assim a Prefeitura de Fortaleza ficou livre para iniciar a intervenção no logradouro.

²⁷ Disponível em: <http://joaoalfredopsol.com.br/2015/06/conselho-arquiva-pedido-de-tombamento-da-praca-portugal/>. Data do acesso: 17 junho 2015.

²⁸ As instituições do Coepa que votaram a favor foram: Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal do Ceará (UFC), Instituto de Arquitetura do Brasil (IAB-CE), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Procuradoria-Geral da Justiça (PGJ), além dos acadêmicos Liberal de Castro e

Sobre o resultado, o professor Liberal de Castro declarou não ter se surpreendido com mais uma experiência negativa em Fortaleza. Uma experiência considerada pelo jornalista Graciano Coutinho como uma “manobra casuística com tons autoritários, configurando um comportamento nada adequado”, referindo-se principalmente sobre a mudança dos membros do Conselho (COUTINHO, 2015). A defesa sobre a mudança veio por meio do deputado Elmano Freitas (PT), que comentou na sessão plenária, no dia da votação, sobre as modificações feitas no conselho às vésperas da reunião. Segundo o deputado, não houve nenhuma mudança entre os membros que representam o Governo do Estado e as próprias instituições que haviam decidido mudar seus representantes. Ainda ressaltou que era favorável a abertura do processo de tombamento, porém respeitava a decisão do Conselho.

A mudança realizada no Coepa pelo Governador Camilo Santana foi interpretada pela oposição como uma manobra para atender aos interesses do Prefeito Roberto Cláudio. Essa interpretação se fundamentou no fato de os dois políticos terem recebido, em suas respectivas campanhas, um apadrinhamento político, do antigo governador Cid Comes. Em defesa dessa aliança política, e rebatendo as críticas que o executivo municipal, que só estaria “olhando para as áreas nobres da cidade”, *Ciro Gomes*²⁹ disse publicamente que “O Roberto Cláudio já é o maior prefeito que Fortaleza teve!” (LIMA, 2015), mas sua declaração não evitou que novos manifestos de oposição surgissem na cidade.

Um grupo de mais de 60 professores dos cursos Arquitetura e Urbanismo de diversas instituições de ensino superior de Fortaleza publicou (23/06/2015) um “Manifesto em defesa da Praça Portugal”³⁰, que expressava a preocupação pela forma como as decisões estavam sendo tomadas na cidade; segundo os professores, o Poder Público negligenciava o envolvimento dos movimentos organizados da sociedade civil em torno das questões urbanas.

Um dia após a votação que havia negado o pedido de abertura do processo de tombamento da Praça Portugal, o Prefeito anunciou a previsão de começar a obra em setembro, porém o coletivo “Massa Crítica” reabriu o debate e dividiu opiniões na cidade sobre o assunto.

Diatáhy de Menezes. As entidades que votaram contra foram: Universidade de Fortaleza (Unifor), Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará (Aprece), Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará (OAB-CE), Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Regional do Cariri (Urca), Coordenadoria de Patrimônio Histórico-Cultural da Secult (Copahc), Secretaria do Turismo (Setur), Secretaria das Cidades (Secidades), Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE). O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará (CREA-CE) e o Instituto do Ceará (IC) se abstiveram da votação e estiveram ausentes Procuradoria da República no Estado do Ceará (PRE) e a Secretaria da Infraestrutura do Estado (Seinfra).

²⁹ *Ciro Gomes* é ex-governador e ex-prefeito de Fortaleza, além de ser irmão do ex-governador Cid Gomes e integrante dessa aliança política entre a prefeitura da capital e o governo do estado.

³⁰ Disponível em: <https://semmuros.wordpress.com/2015/06/23/manifesto-em-defesa-da-praca-portugal/>. Data do acesso: 24 junho 2015.

Na noite do domingo, 6 de setembro de 2015, integrantes do coletivo pintaram a Praça com tintas coloridas e picharam frases de protesto, além de tornar a fazer uma faixa de pedestre, dessa vez colorida, para dar acesso à Praça. Horas após o ato, o Coletivo lançou uma nota que continha o seguinte trecho: “Na praça, que a Prefeitura quer matar, brotou algo inesperado. Numa intervenção urbana, dezenas de pessoas a transformaram em algo mais vivo: uma gigantesca flor. Será ela esmagada pelos carros? Morrerá mais um símbolo de resistência?” (ARAÚJO, 2015).

Criminalizando a ação dos ativistas na Praça Portugal, um Secretário da Prefeitura concedeu entrevista no logradouro a uma emissora de TV. local. O trecho da entrevista, no qual o Secretário afirmava que os ativistas tinham provocado danos ao patrimônio público com atos de vandalismo e ressaltava que era dever da Prefeitura preservar e defender o patrimônio público, foi copilado pelo “Massa Crítica”. O Coletivo produziu um vídeo³¹ contendo tal trecho, que se encerra com o seguinte questionamento: “Pintar a Praça é vandalismo, mas demolir é progresso?”. O ato dividiu opiniões até mesmo entre os que fizeram oposição durante todo o processo de resistência à obra, pois alguns reprovaram o ato, fato que reforçou ainda mais a especificidade do movimento contra a obra, que não conseguiu formar um coletivo/grupo específico de resistência à proposta da Prefeitura.

2.9 Mudança no projeto de intervenção na Praça Portugal

Livre dos processos de tombamento, a obra ainda permaneceria no papel no ano de 2015, embora várias datas tenham sido anunciadas desde o início até o final do ano. O empréstimo de R\$ 15 milhões, cedido pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) à Prefeitura de Fortaleza, só pôde ser liberado com a autorização do Ministério da Fazenda, depois de já ter sido aprovado no Senado, porém os atuais senadores do Estado do Ceará fizeram oposição ao governo municipal e estadual. Em outubro, ainda sem aprovação do recurso, o Prefeito passou a considerar a possibilidade de preservar a área circular da Praça, comenta:

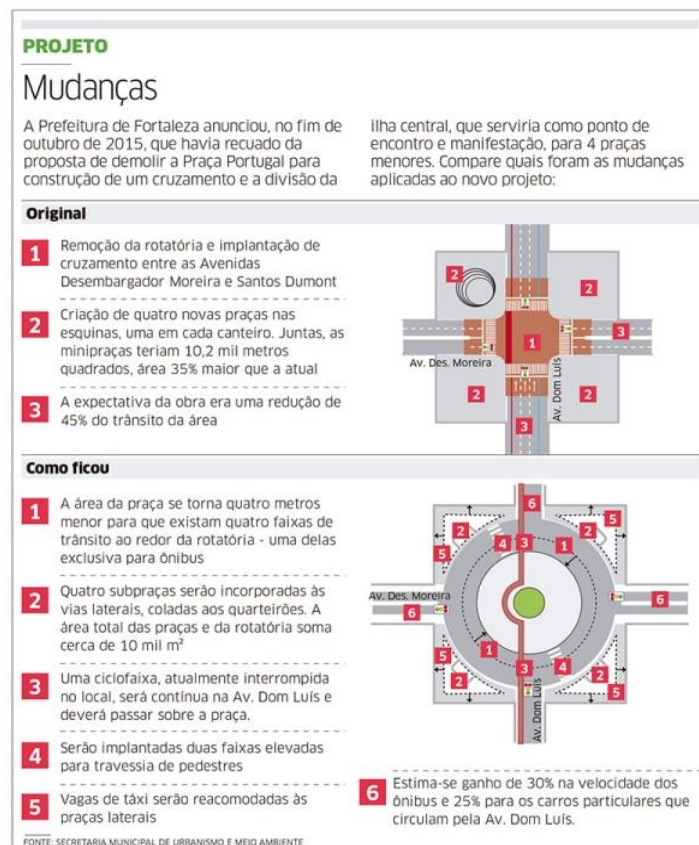
Nós estamos estudando alternativa que não abre mão da ideia original, mas é uma ideia alternativa que preserva o formato circular da Praça Portugal e mesmo assim cria aí uma melhoria para a mobilidade”, disse Roberto Cláudio na entrevista. O motivo da mudança de planos, segundo o prefeito, foi falta de recursos. “Não, não houve recuo. Houve uma circunstância que é uma contingência, um problema. Nós temos o projeto original que custa em torno de R\$ 18 milhões, o problema é que o dinheiro do

³¹ O vídeo foi disponibilizado na página do Coletivo no Facebook no dia 8 de setembro de 2015 e pode ser acessado por meio do link: <https://www.facebook.com/MassaCriticaFortaleza/videos/1221984857827071/>. Data do acesso: 16 de junho 2016.

financiamento não sairá esse ano, só, possivelmente, no próximo ano”, afirmou o prefeito (PREFEITO, 2015).

Em novembro, a Prefeitura apresentou um novo projeto de reestruturação da Praça Portugal. A nova proposta mantinha a estrutura circular no centro da Praça, embora seu diâmetro tivesse reduzido em 4 metros. Um resumo do projeto pode ser observado na imagem a seguir:

Figura 10 – Revisão do projeto da Praça Portugal.



Fonte: Diário do Nordeste (PREVISÃO..., 2016).

A mudança na proposta repercutiu no legislativo municipal; enquanto vereadores da base aliada saudaram o Prefeito pelo novo projeto na sessão da Câmara Municipal (05/11/2015), a oposição criticou o desenrolar do processo. O vereador Deodato Ramalho (PT) classificou a mudança como um “recuo” e demonstração da “falta de planejamento” da gestão municipal. O vereador ainda acrescentou que o líder do executivo municipal “parece agir por capricho” (DINIZ, 2015). Outro vereador a se manifestar foi João Alfredo (Psol), ressaltando que o mérito da permanência da área central da Praça Portugal se devia aos movimentos sociais que haviam se posicionado contra ao projeto inicial proposto pelo executivo municipal, além de lembrar a importância da memória dos debates acerca da obra. A obra foi anunciada para o início de

janeiro; como o novo projeto não contava com o financiamento internacional, a nova licitação seria feita na modalidade simples, diferente da anterior, que abria concorrência para empresas internacionais.

Sem aprovação do financiamento e sem dinheiro para executar a obra, a Prefeitura de Fortaleza buscou uma parceria com a iniciativa privada para “adotar” a Praça a quem assumisse o custo da obra e a manutenção do logradouro. A parceria seria possível de ser realizada tanto pela sociedade civil como por empresas. Isso foi possível por meio do Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes da Prefeitura, lançado em 2013. Enquanto a Prefeitura buscava essa parceria, um novo debate surgiu no Legislativo Municipal.

Segundo o líder do Governo na câmara, o vereador Evaldo Lima (PCdoB), não havia necessidade de o novo projeto passar por votação, pois o projeto de lei número 144/2014 aprovado anteriormente servia para o novo projeto. De acordo com o vereador, o impacto arquitetônico desse seria bem menor, portanto, disse: “Se pode mais, pode menos”. O argumento do líder do Governo não convenceu a oposição. De acordo com o vereador João Alfredo (Psol), se existia um novo projeto ou qualquer alteração do aprovado, deveria haver uma nova apreciação da casa, além de chamar a atenção para a mudança de compreensão da gestão sobre a Praça Portugal, comentou:

“Anteriormente a praça não era reconhecida, era chamada de rotatória, que não tinha uso e ainda atrapalhava o trânsito. Agora esse discurso muda: a Prefeitura reconhece a forma como está o local e quer requalificar”. De acordo com ele, Roberto Cláudio mais uma vez toma uma decisão sem participação da população, apresentando o projeto em reunião com entidades e pessoas “escolhidas a dedo” (NOVO..., 2016).

O Centro de Apoio Operacional de Proteção à Ecologia, Meio Ambiente, Urbanismo, Paisagismo e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (CAOMACE), órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público, por meio de sua coordenadora Jacqueline Faustino, notificou a Prefeitura de Fortaleza (09/03/2016). O ofício foi encaminhado à Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), solicitando em um prazo de 48 horas informações sobre o processo, anunciado em fevereiro por Águeda Muniz, secretária da SEUMA, que havia selecionado empresas privadas como “adotantes” da Praça Portugal, assumindo o custo da obra previsto de 5 milhões de reais. A notificação exigia esclarecimento sobre o processo de seleção das empresas, a natureza da relação jurídica estabelecida entre as empresas e o Poder Público, especificação da responsabilidade dos atos de cada empresa no consórcio, exigiu ainda uma cópia digitalizada do novo projeto e cobrou a aprovação do Poder Legislativo para o novo projeto.

Alguns dias após a notificação do Ministério Público (MP-CE), começou a tramitar na Câmara Municipal o projeto de lei para a execução do novo projeto de intervenção da Praça Portugal. Uma audiência pública foi realizada (22/03/2016), tendo a Praça Portugal como uma das pautas, porém o projeto não foi apresentado pela secretária da SEUMA Águeda Muniz. A Secretária afirmou que o projeto já seria apreciado pelo legislativo municipal com votação marcada para o dia 7 de abril de 2016.

A Câmara aprovou o novo projeto com 22 votos favoráveis em primeira discussão. Após a aprovação, a Prefeitura divulgou que as empresas C. Rolim Engenharia, Marquise, Mercúrio e Fugita seriam as “adotantes” da Praça, responsáveis pela reforma e manutenção do logradouro. A reforma custaria entre quatro a cinco milhões de reais e a Prefeitura, em contrapartida, investiria na iluminação.

2.10 O que a Praça Portugal revelou sobre o bairro Aldeota

A intervenção na Praça Portugal trouxe à tona a discussão sobre os processos de decisão para as intervenções espaciais da cidade. Porém, dentro e fora dessas discussões o que se pôde perceber foram produções de narrativas, no sentido empregado por Benjamin (1985). Nos atos de resistência que aconteceram na Praça durante o processo, foi possível perceber uma arqueologia de histórias de diferentes tempos e usos do logradouro, sobretudo pela diversidade geracional que esses encontros proporcionaram.

Fora desses encontros proporcionados pelo trabalho de campo, tive a oportunidade de escutar várias opiniões sobre o caso, afinal, por mais de dois anos o assunto foi noticiado nos principais jornais da cidade. Nessas conversas “menos pretensiosas”, longe das lembranças afetivas, foi possível escutar com mais frequência quem apoiava a intervenção na Praça. Assim, narrativas foram apreendidas por meio da proposta de Irllys Barreira (2013) de pensá-las como representações da cidade.

Ao contrário do que houve em torno da polêmica envolvendo a obra do viaduto do Cocó, no caso da Praça não houve uma mobilização de apoio à gestão municipal por parte da sociedade civil, como foi o “Viaduto Sim”, movimento mobilizado para apoiar a obra. Portanto, poucas falas da população vieram à tona publicamente em prol da obra. As opiniões mais adversas sobre o assunto ficaram registradas nos espaços reservados aos comentários dos leitores nos portais de notícias *online* e em fóruns de discussões nas redes sociais mediadas pela internet, logo que a notícia foi publicada.

O que se pôde observar foi o consenso sobre o problema de trânsito na região. O dissenso consistiu nos motivos e a forma adotada pela Prefeitura para solucionar a fluidez do

tráfego. Houve quem demonstrasse não se preocupar com as consequências da obra sob a promessa de melhorias no trânsito. Outros consideraram a crítica ao projeto uma questão partidária, porém houve quem criticasse a obra sem deixar de elogiar o Prefeito, discordando apenas da intervenção na Praça, remetendo a ideia de que seu argumento não se limitava a uma oposição partidária; e ainda houve quem reprovasse veementemente a obra, afirmando que o problema da região não era a Praça, e que um cruzamento diminuiria ainda mais a fluidez do trânsito.

As reações sobre a obra do binário da Aldeota trouxeram à tona outros problemas na cidade, despertando a população para situações mais urgentes, e cobrando uma atuação maior da Prefeitura nas áreas periféricas da cidade, que revelavam insatisfação quando consideravam que a região nobre era priorizada pelo executivo municipal. Contra esse tipo de consideração e em defesa da obra, um participante dos fóruns de debate mediado pela internet rebateu outro integrante que havia afirmado que Roberto Cláudio só se preocupava com os “bairros nobres”, com a seguinte resposta: “Talvez se sua inteligência permitisse você pensaria que a maioria da periferia trabalha em áreas nobres, como esta. Os maiores beneficiados serão justamente essas pessoas, que poderão contar com transporte mais rápido e eficiente”.

Apesar da vasta possibilidade de lazer que o bairro Aldeota proporciona, não é acessível a todos. Para “as pessoas da periferia” a região se limita a ser o “local de trabalho”, como permite pensar o comentário a fala citada anteriormente. Talvez por isso a maioria desconheça ou não reconheça como legítimo o uso feito da Praça Portugal como um espaço de lazer das juventudes que residem em bairros periféricos e na região metropolitana de Fortaleza, assunto que será tratado no capítulo 3 deste trabalho.

Durante os encontros de resistência à obra que aconteceram na Praça Portugal, pude perceber, por meio de conversas com os participantes, três tipos de desconfiança: a de que a obra não “sairia do papel” por falta de dinheiro; a de que a obra não seria realizada conforme havia sido apresentada; e, por fim, a de que a substituição da rotatória por mais um semáforo não seria eficaz na redução de congestionamentos.

Somada a desconfiança, existe o desconhecimento sobre os usos feitos do espaço, quando justificam que a Praça só foi frequentada por emos e gays, desconsiderando o histórico da diversidade de frequentadores e as formas de socialização. O anúncio da obra, sobretudo por seu caráter de urgência, mobilizou opiniões que não se limitavam a eficiência da intervenção ou a forma mais adequada para solucionar o problema. A descaracterização da Praça Portugal motivou a população a pensar em outros espaços, como no caso da rotatória da Avenida Aguanambi. Revelou-se um sentimento de insatisfação com a sensação de que a gestão

municipal priorizava a promoção de melhorias em áreas consideradas “nobres”, ou seja, “pros lados das Aldeotas”.

O bairro Aldeota, um dos bairros mais ricos da cidade, serve de sinônimo para a expressão “zona nobre”, não é nenhuma novidade no meu cotidiano, mas em situação de pesquisa, quando meus olhares e escutas estiveram mais voltados para o bairro, o estranhamento causado pela expressão foi inevitável. A expressão é recorrente em falas que reclamam da estrutura urbana da cidade, que trazem implícita uma indignação específica à desigualdade social de Fortaleza. Específica no sentido de que a desigualdade se expressa em diferentes formas, mas aqui eu me refiro a promovida pela estruturação urbana. Como uma situação que chamou minha atenção sobre o assunto, quando dentro de um ônibus, parado em um engarrafamento no bairro Parangaba (periferia de Fortaleza), escutei uma mulher proliferar sua indignação: “Se esse engarrafamento fosse nas Aldeotas o prefeito já tinha resolvido. Só resolve os problemas deles, os pobres que se lasquem”.

Curioso foi perceber quando a comparação das “Aldeotas” ao resto da cidade funciona em contexto totalmente oposto ao da indignação, mas sim no de conformidade. Mais uma vez dentro de um ônibus, escuto a conversa entre um passageiro e o cobrador, quando ambos observam espantados, pela janela, o alagamento provocado pela chuva na Avenida José Bastos, o passageiro comenta: “Hoje a cidade está toda alagada, até pelas Aldeotas estão tudo debaixo d’água”, ou seja, se “nas Aldeotas” está tudo alagado, por que na Avenida José Bastos não haveria de estar? Em outra situação, presenciei dois vizinhos conversando sobre a lama que escorre pelas ruas do meu bairro e um deles justificou: “Se até nas ruas das Aldeotas a gente anda e vê lama na rua, imagine aqui”. Os usos da pluralização do bairro Aldeota ecoaram como um alerta durante a pesquisa, mesmo nos momentos mais banais do meu cotidiano.

Nessas falas, o bairro Aldeota parece atuar como um referencial de comparação de qualidade entre os espaços de Fortaleza. O que se tem na Aldeota é motivo de reivindicação para os demais bairros da capital; e o que não se tem, é como se não pudesse ser cobrado ao resto da cidade. Nesse sentido, o bairro atua não só como elemento comparativo da cidade, mas também como a Fortaleza idealizada por parte da população. Assim, não é estranho que o “Quadrilátero da Aldeota” abranja outros bairros, como provavelmente não seria estranho se fosse chamado de “Quadrilátero das Aldeotas”.

A obra começou no dia 18 de abril de 2016, mais de dois anos após o seu anúncio inicial, porém deixou dois questionamentos que serão abordados nos capítulos seguintes, a partir de uma declaração do Prefeito Roberto Cláudio, que afirmou que a Praça Portugal não era uma praça, mas sim uma rotatória de carro, complementou: “você não vê ninguém sentado, tomando

um suco, comendo um sanduíche ou simplesmente refletindo”³². Durante todo o processo o Prefeito insistiu em afirmar que a Praça só teve uso na feirinha dos anos 1970/1980, portanto levanto uma questão desse processo para responder nos capítulos a seguir: Que tipo de uso do espaço público foi legitimado e reconhecido durante o processo de intervenção urbanística da Praça Portugal? Assim, o próximo capítulo trata da trajetória dos tipos de usos realizados na Praça ao longo de sua história, sobretudo os que não tiveram o reconhecimento no discurso da Prefeitura, ou seja, os usos mais recentes do espaço por jovens no final da década de 1990 e a primeira década do ano 2000.

³² Declaração disponível no vídeo em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/praca-portugal-nao-e-uma-praca-mas-uma-rotatoria-diz-roberto-claudio-veja-video-1.842533>. Acesso: 07 maio 2016.

3. USOS DA PRAÇA PORTUGAL ENQUANTO ESPAÇO DE LAZER

“Fortaleza não cheira antiguidade, nem é grave e sisuda como as cidades forradas de azulejos. Filha de portugueses, entretanto não possui sobradões lusitanos. É leve, alegre, clara. As manhãs gritam, de tanta luz. As tardes são rápidas e, de noite, sempre há comícios de estrelas no céu limpo e azul”. (Jáder de Carvalho, 2003).

Sábado, final de tarde em Fortaleza, após uma visita à casa de um amigo, que mora na Rua Vicente Linhares, a alguns quarteirões da Praça Portugal, resolvi ir caminhando pela Av. Desembargador Moreira até a Praça³³. Enquanto caminhava, acelerei meus passos até ficar próximo a um grupo de seis rapazes com idades entre 14 a 17 anos; não me arrisco a apontar com qual grupo juvenil³⁴ (PAIS, 1996), entre os distintos que frequentam a Praça, eles se identificam.

Optei por seguir o grupo. Mesmo estando a alguns quarteirões do destino, não me restava dúvida, enquanto observador, de que caminhávamos rumo ao mesmo lugar. O que para mim já era certo se confirmou quando passou em direção à Praça um ônibus da linha Parangaba – Náutico (que sai do Terminal da Parangaba e passa pela Praça³⁵) e, alguns jovens, com a metade do corpo para fora, pela janela, aos gritos, comunicaram-se com os rapazes, gritando: “Ei, viado, o Rafael não veio com vocês?” Um dos garotos que estava fora do ônibus respondeu: “Se o macho é teu, liga pra ele!” – enquanto os outros faziam gestos obscenos com as mãos ou seguravam o sexo em direção ao ônibus. As formas de tratamento eram pejorativas, mas ditas e trocadas de maneira não agressiva, seguidas de sorrisos e gargalhadas entre os que se comunicavam.

Não só o comportamento dos jovens despertou a minha atenção, como também o de outras pessoas (transeuntes, moradores ou empregados da região), quando se deparavam com

³³ Trecho retirado do diário de campo do dia 21 de março de 2009, iniciado aproximadamente às 16h. Atividade de pesquisa *Fortaleza: narrativas e práticas de sociabilidade* coordenada pela professora Irllys Barreira, onde participei com bolsista de iniciação científica. Retomo esse diário de campo para apresentar os diferentes momentos de uso do logradouro como espaço de lazer.

³⁴ A compreensão de grupo juvenil neste trabalho é a desenvolvida por Machado Pais (1996), que atenta ao fato de os jovens estarem cotidianamente ligados às práticas de sociabilidade e de lazer que os inscrevem em um quadro de relações sociais. “Por outras palavras, as imagens que os grupos de jovens formam de si mesmos e dos outros parecem orientar as relações que se estabelecem entre esses grupos” (p.93). No caso da Praça Portugal, os grupos se identificam ou se reconhecem não apenas por meio de seus adereços estéticos, como roupas, calçados, *piercing*, corte e cor de cabelo, mas também, por meio de consumos culturais, como determinado estilo de música, quadrinhos, filmes, literatura. As práticas esportivas também podem configurar grupos, como *skate*, *surf*, basquete entre outros, que possuem sua própria indumentária estética. Por meio da maneira como se vestem é possível perceber cada grupo, mas o consumo cultural é mais preciso sobretudo por meio da linguagem (gírias), no qual se verbera com mais clareza a identificação de cada grupo entre as interações de seus integrantes.

³⁵ O transporte realizado por ônibus em Fortaleza proporciona ao usuário a opção de deslocamento por meio da integração física e tarifária de Terminais de Integração. Essa integração pode ser feita entre bairro-terminal e linhas que integram o terminal ao centro da Cidade ou ainda a outro terminal. O Terminal da Parangaba localizado em um bairro da periferia de Fortaleza é um dos sete terminais de integração (FORTALEZA, 2010).

eles; com suas correntes e roupas pretas, alguns sem camiseta, com acessórios de couro e metal, não chamavam atenção apenas por seu visual, mas também por suas gargalhadas, gritos e pulos. Agrediam-se fisicamente, chutavam garrafas, sacos e caixas de lixo que encontravam pela frente. Tudo era feito em tom de brincadeira, pois as agressões físicas (chutes e tapas) eram seguidas de gargalhadas tanto por parte do agressor, como do agredido e, dificilmente, passariam despercebidos pelo mais distraído transeunte. Eram nítidos os olhares de desconfiança/receio lançados aos jovens, como se esperassem deles alguma agressão a qualquer momento.

Não sei se, envolvidos por tanta euforia e agitação, estavam alheios aos olhares das pessoas que cruzavam por eles durante o percurso, de aproximadamente nove quarteirões até a Praça, principalmente no momento que passavam pela calçada do Shopping Open Mall³⁶. Os seguranças mudaram a sua postura; se antes estavam de costas para a rua, olhando para dentro do shopping, ao perceberem a aproximação dos jovens, viraram-se de frente para rua, dando as costas para o local antes observado. Se a postura anterior visava garantir a segurança dos clientes, tal mudança de direção do olhar remeteu-me à ideia de alerta à aproximação do grupo, demonstrando a intenção de evitar qualquer aproximação dos jovens³⁷. Em todo o percurso, sem dúvida, foi no Open Mall que eles visivelmente geraram mais incômodo. Segui observando até a Praça Portugal, onde já havia um grande número de jovens, e esse grupo se juntou a outros espalhados pelo lugar. Com o decorrer das horas, no início da noite, o número de frequentadores aumentou e a movimentação não parou, como era comum nas noites de sábado, fato que se firmou na rotina do final de semana no bairro Aldeota no final do anos 1990 e na primeira década dos anos 2000.

Na minha primeira visita à Praça Portugal, pude perceber, a partir da heterogeneidade de jovens que estavam no local, o motivo de tantas narrativas feitas pelos meus colegas de faculdade que moravam nas proximidades da Praça, já que alguns frequentavam o local esporadicamente. De uma forma engraçada, narravam o que viam e viviam por lá e, nas nossas rodas de conversas, achando tudo interessante, surpreendi-me, principalmente, pela diversidade

³⁶ O lugar que é o shopping hoje era uma vila composta por oito casas construídas na década de 1950, na Desembargador Moreira. Nessa época, já existia o projeto para a construção da Praça Portugal, que foi construída próxima ao local. No começo dos anos 1970, na antiga vila, uma das casas foi alugada para fins comerciais. A vila residencial da década de 1950 se tornou o Shopping Jardim Open Mall, que reúne hoje uma variedade de lojas e restaurantes (OPEN MALL, 2012).

³⁷ A sensibilidade de atentar para a postura dos seguranças foi orientada pela pesquisa de Rogério Proença Leite (2002) em espaços enobrecidos, onde o autor chama atenção que nesses espaços, muitas vezes, a atenção da segurança está mais voltada para evitar os indesejados.

de grupos juvenis urbanos³⁸ que frequentavam aquele espaço e, totalmente alheio ao assunto antes de visitá-la, eu não conseguia nem visualizar com clareza onde se localizava a tal Praça na cidade³⁹. A partir de então, surgiu a minha curiosidade por ela, principalmente quando tomei conhecimento de que os jovens frequentadores não eram apenas os moradores do bairro Aldeota, mas vinham dos mais diversos bairros da cidade e região metropolitana de Fortaleza.

Motivado pela curiosidade em descobrir de quais bairros vinham os frequentadores da Praça, perguntei a um dos jovens que observei durante o percurso até o local, onde ele morava. Eles pareciam vir de tão perto, ao ponto de virem caminhando, mas atravessavam locais onde aparentemente não eram bem-vindos até chegarem ao seu destino, como se fossem invasores. A minha pergunta pode ter sido efusiva, pois além do barulho que os jovens faziam entre si e ao encontrarem com amigos no local, tive que gritar – “De que bairro vocês são?” – antes de perdê-los em meio aos outros, um deles respondeu, gritando: “Nós somos das Quadras”, seguido de vaías de seus companheiros e de outros frequentadores⁴⁰. Os moradores das Quadras seriam o outro dentro do mesmo?

Quando estive em Jaguaribe, interior do Ceará, descobri que na cidade existe um bairro chamado Aldeota, próximo ao local onde eu me encontrava. Perguntei, então, a uma senhora onde começava o bairro. Ela apontou com o indicador, tomando como referencial um carro que estava parado em frente a uma casa, e disse que naquela rua começava o bairro Aldeota. Eu indaguei: Por que Aldeota? Ela sorriu como se achasse a minha pergunta ingênua e disse: “É igual à Fortaleza. Só mora gentona”, e acrescentou que lá não morava pobre⁴¹. A Aldeota, no Ceará, é mais do que o nome de um bairro, é um lugar de “gentona”, e o sorriso da senhora representou “a noção auto evidente [como] designação de uma unidade urbana” (CORDEIRO; COSTA, 2006, p.72). Existem, porém, pobres no bairro Aldeota de Fortaleza. É relevante compreender como o diferente da noção “auto evidente” da Aldeota resiste no bairro.

³⁸ Inicialmente, os grupos citados pelos colegas eram *os otakus, rpgistas, e emos*. Descreverei os grupos com mais detalhes no tópico “Estudos sobre a Praça Portugal”, mas adianto que analisar as especificidades de cada grupo não se configura como objetivo desta pesquisa.

³⁹ Sou morador da Vila Manoel Sátiro, bairro localizado na Regional V. Estudei durante toda a minha adolescência próximo a minha casa, portanto não tinha uma noção clara de outros espaços da cidade que não fossem os bairros próximos a minha residência.

⁴⁰ As Quadras referidas pelo garoto é o Conjunto Habitacional São Vicente de Paulo, também conhecido como Comunidade do Santa Cecília, por ser próximo ao Colégio Santa Cecília. A comunidade surge por volta de 1956, quando os primeiros moradores se fixaram local (SILVA, 1992). Localiza-se entre a Avenida Virgílio Távora, e as ruas Beni de Carvalho, General Tertuliano e Vicente Leite, no bairro Aldeota. A comunidade será abordada com mais detalhes em outro momento do trabalho.

⁴¹ Estive em Jaguaribe, cidade a 243,29 km de Fortaleza, em Junho de 2012, fazendo trabalho de campo sobre o cenário político local. No estado do Ceará, existem, além da Aldeota de Fortaleza, mais dois bairros chamados Aldeota, reconhecidos pelo IBGE, nas cidades de Brejo Santo e Ipu. Não sei se em tais cidades esses bairros são considerados “nobres”, como ocorre em Fortaleza e Jaguaribe. O bairro de Jaguaribe não é reconhecido pelo IBGE, reafirmando ainda mais que o seu nome é de reconhecimento popular.

3.1 Trabalhos sobre frequentadores da Praça Portugal

Durante a pesquisa, fiz um levantamento de trabalhos que, de alguma forma, possuísem alguma relação com a Praça Portugal. Por meio de amigos do curso, descobri que uma colega do departamento fazia uma pesquisa na Praça sobre os jovens *otakus*. O termo é utilizado para identificar os jovens apreciadores da cultura japonesa, sobretudo a pop, como revistas em quadrinhos, desenhos animados, filmes, músicas etc. O termo possui conotação pejorativa no Japão. Sua tradução literal significa “em sua casa”. No Japão, é utilizado para designar pessoas fanáticas ou antissociais por construírem suas relações por meio da internet. No Brasil, o termo foi ressignificado, e não possui uma conotação pejorativa (SIQUEIRA, 2009, p.8).

O meu interesse nesse tópico não foi estudar os grupos isoladamente nem fazer uma descrição detalhada da especificidade de cada um, mas, sim, apontá-los como frequentadores da Praça e compreender como faziam a ressignificação do espaço por meio do uso, a sua relação com o local e como acontecia a convivência entre eles. No decorrer do meu trabalho, fui descobrindo outras pesquisas que descrevo seguindo a ordem cronológica de suas publicações, a seguir.

A pesquisa de Paula Mesquita (2006) tomou como objeto de estudo o jogo de RPG (*Role Playing Game*) com o interesse de analisar a prática de contar histórias feitas pelos jogadores. Os jogadores de RPG, jogo de interpretações de papéis, são conhecidos como rpgistas. Os participantes reúnem-se para interpretar personagens, em uma história narrada por um dos integrantes, denominado de “mestre” ou “narrador”. Trata-se de um jogo de tabuleiro, e os rumos das narrativas são decididos nos dados. Existem diferentes tipos de RPG, cujas temáticas podem variar da fantasia épica medieval (muitas vezes baseados nos contos de Tolkien, como *O Senhor dos Anéis*) a jogos de super-heróis, passando por cenários futuristas (seja ficção fantástica, como Guerra nas Estrelas, ou ficção científica) e vários outros gêneros. Uma partida (o encontro) de RPG pode durar mais de 8 horas e, por se tratar de um jogo de tabuleiro, as mesas das praças de alimentação dos shoppings em torno da Praça Portugal eram tomadas para a realização das partidas. As partidas estão inseridas em campanhas que podem durar anos e estão associadas aos temas/elementos da história e aos personagens/jogadores.

Mesquita (2006) também acompanhou os jogadores em partidas, em um espaço reservado para eles no Dragão do Mar. Como a Praça Portugal era local inviável à realização das partidas, por conta da grande quantidade de gente, do barulho que dificultava a concentração e a falta de mesas, o local era utilizado mais como um ponto de encontro do que como local de realização de partidas. Por isso, a pesquisa apenas perpassa a Praça, afinal, o foco da pesquisa

era as partidas que geralmente aconteciam em outros lugares. A pesquisa se deteve em dois aspectos centrais: a forma como são elaboradas as redes de sociabilidade dos jovens jogadores e a análise do imaginário dos mesmos, por meio dos heróis e mitos narrados, atentando, assim, para o processo de criação das personagens. (p.10-11). O início da “saga” da pesquisadora entre os dois mundos, “rpgístico e o acadêmico” (p.15), apenas começa na Praça Portugal. A Praça foi o “portal” entre os mundos pelo qual a pesquisadora transitou.

A pesquisa de Bruno Lima: “*Lágrimas e Sangue: O emocore como estilo de vida*” (2007), trata de um estudo sobre como a música e seus bens culturais atuam no indivíduo. Tomando como recorte o *emocore*, o autor discute sobre a sua influência no comportamento e nos hábitos de consumo do seu público.

O *emocore* é a abreviação de *emotional hardcore* (*hardcore* emocional). A especificidade de seu estilo são as letras das músicas com temas mais introspectivos e intimistas do que o *hardcore*. Suas canções geralmente estão relacionadas a frustrações e desilusões amorosas. Os vocais são uma alternância de sussurros e gritos, induzindo ao ouvinte a sensação de angústia e dor. Os *emos*, como ficaram conhecidos os apreciadores desse gênero musical, apareceram em várias cidades do mundo no início dos anos 2000 (LIMA, 2007, p.62). O que marca o estilo de vestir-se como *emo* é a utilização de cores predominantemente escuras, mas é comum ver peças ou detalhes em cores fortes. Entre os acessórios, predominam os *piercings*, pulseiras e colares de contas esféricas, geralmente de plástico colorido. Cintos com detalhes xadrez ou de rebite, calças coladas ao corpo e camisetas de malha curta. Entre os *emos*, existe uma valorização estética pelo corpo magro, pele branca e pelos cabelos lisos. É comum ver jovens maquiados com pó branco no rosto e lápis escuro contornando os olhos. Nos cabelos, talvez o ponto forte de caracterização *emo*, predominam cortes com franjas caídas sobre os olhos, além das características estéticas: São consideradas pessoas extremamente sensíveis, com facilidade em se emocionar com coisas consideradas banais por outros, como chorar ouvindo músicas sentimentais, por exemplo. São encarados como depressivos, suicidas em potencial e vistos de forma generalistas, como homossexuais (LIMA, 2007, p.78).

A pesquisa de Lima (2007) aponta a Praça Portugal como o lugar preferido dos *emos* em Fortaleza, pois no local se sentem livres para expressarem seu estilo de vida (p.82).

Outro estudo de um grupo juvenil urbano, que também frequenta a Praça Portugal, foi pesquisado por João Paulo Cavalcante, sua dissertação foi intitulada: “*Conexão entre o mundo online e a vida “off-line”*: Otakus e cultura de consumo na era da internet” (2008). Tal pesquisa analisa o impacto da internet na propagação da “subcultura *Otaku*” (p.9). De acordo com o autor, para os *Otakus* de Fortaleza, a Praça Portugal, em termos de funcionalidade, pode ser comparada com *Akihabara* (Centro comercial de Tóquio identificado como a Meca dos *Otakus*) (p.16), além de considerar o local como o “epicentro urbano da cultura *Otaku*” (p.112) em Fortaleza.

Em 2009, Ana Raquel Siqueira apresentou a pesquisa “*A resignificação da cultura pop japonesa em Fortaleza: sentidos e significados de ser um otaku*”. A autora, no decorrer do

trabalho, aponta os pontos de encontro na cidade do grupo que se propôs a estudar, entre eles: Praça Portugal, Shoppings Aldeota e Avenida, além da Super Amostra Nacional de Animes, o SANA. Onde, de acordo com a pesquisadora, acontece o encontro dos *Otakus* de forma mais intensa e visível, “o ápice da sociabilidade de um *otaku*” (SIQUEIRA, 2009, p.9) em Fortaleza. Siqueira aborda a ressignificação da cultura japonesa feita pelos jovens nesses espaços.

“*Praça Portugal – Um laço entre Portugal e o Ceará*” é um livro lançado pela historiadora Ângela Barros Leal, em 2009. Tal obra é iniciativa do Conselho das Câmaras Portuguesas de Comércio no Brasil. Em 2007, no Rio de Janeiro, Fortaleza foi escolhida para sediar, em 2009, o *V Encontro Empresarial de Negócios na Língua Portuguesa*. De acordo com Rômulo Alexandre Soares (representante do Conselho em Fortaleza durante a publicação do livro), a Praça Portugal é o ícone do vínculo entre o Encontro Empresarial e a cidade de Fortaleza. O livro discorre sobre “a saga” da migração portuguesa no Ceará, tomando a Praça Portugal como o símbolo da relação entre a Cidade e Portugal, localizando a Praça no processo de urbanização de Fortaleza.

O primeiro trabalho que tive acesso e que perpassa pela Praça Portugal foi o artigo “*Praça Portugal entre o material e o virtual: Espaços para vivências políticas*”, publicado em 2008, de Ana Cesaltina Marques. Sua pesquisa tomou corpo como dissertação em 2010, com o título “*A Praça Portugal como lugar: Negociações de sentidos em encontros presenciais e mediados pelo computador*”.

Em seu artigo, Marques (2008) faz a análise da migração das relações que, de acordo com a autora, aconteceram entre os grupos juvenis frequentadores da Praça Portugal para o *ciberespaço*. A pesquisa observa como as noções de território e espaços públicos migram para o *ciberespaço*, e esclarece a constituição (no *ciberespaço*) do que foi denominado no trabalho como “uma nova arena para o político” (p.2). O político em seu trabalho é entendido pelo exercício e direito à diferença, ao pertencimento a distintos grupos juvenis urbanos, ao direito de ocupação do espaço público e de manifestar-se. Em sua dissertação, é analisada a constituição de sentidos atribuídos à Praça Portugal e elaborados entre a Praça e uma comunidade homônima no *Orkut*. Sua pesquisa delimita uma zona que a autora identificou entre a Praça e a comunidade *on-line* do *Orkut*. Tal zona possibilita um relevante processo de comunicação que estabelece vínculos entre frequentadores/usuários e constitui lugares.

3.2 A negação de um “rótulo”

Quando realizei trabalho de campo para compor esse capítulo, ainda na graduação veio a inquietação em descobrir quais grupos juvenis urbanos frequentavam a Praça Portugal.

Quando não, quem tomava conhecimento do meu trabalho já afirmava com muita veemência que a Praça era frequentada apenas por *emos*. Logo percebi que seria necessário desnaturalizar a Praça como um local frequentado apenas por *emos*, mas para isso, eu teria que apontar quais os outros grupos que frequentam ou frequentaram a Praça. A princípio, imaginei que isso seria possível apenas com minhas observações, no entanto, isso se tornou uma dificuldade inicialmente.

Ciente do potencial do referencial teórico e metodológico da Sociologia para superar essa dificuldade, eu poderia confrontar as categorias nativas com a minha compreensão como pesquisador, portanto, eu precisava apreender primeiramente tais categorias. Porém, o meu espanto, nos primeiros contatos com o campo, foi perceber as interseções das categorias por meio dos grupos e alguns indivíduos que não se enquadravam ou não se identificavam com qualquer classificação aparente. Algumas vezes, em entrevistas, cheguei a confrontar alguns jovens com as classificações que outros frequentadores faziam deles, quando havia consonância com as conclusões de minhas observações;

Pesquisador: Você se considera *otaku*?

Entrevistado: Depende do que você acha que é ser *otaku*.

P: Admiradores e consumidores da cultura pop japonesa.

E: Eu admiro, mas não chego a consumir tanto assim. Só vou até onde não pese demais no meu bolso. *Otaku*, *emo*, *roqueiro*, *head-banger*... Pra mim, tudo isso são só palavras. Uma palavra não seria o suficiente pra definir algo tão complexo quanto um ser humano [...] Eu acho que as pessoas que aceitam acabam se limitando.

P: Então os frequentadores da Praça Portugal não são *emos*, *otakus*, *roqueiros* e etc?

E: Acho que a maioria nem se considera isso, mas como o ser humano tem aversão ao diferente, eles precisam ser tachados de alguma forma. [...] As pessoas também tem necessidade de autoafirmação. É mais divertido pensar "ah! eu sou *otaku*" do que "ah! eu sou Joãozinho da Silva". É mais ou menos como brincar de super herói.

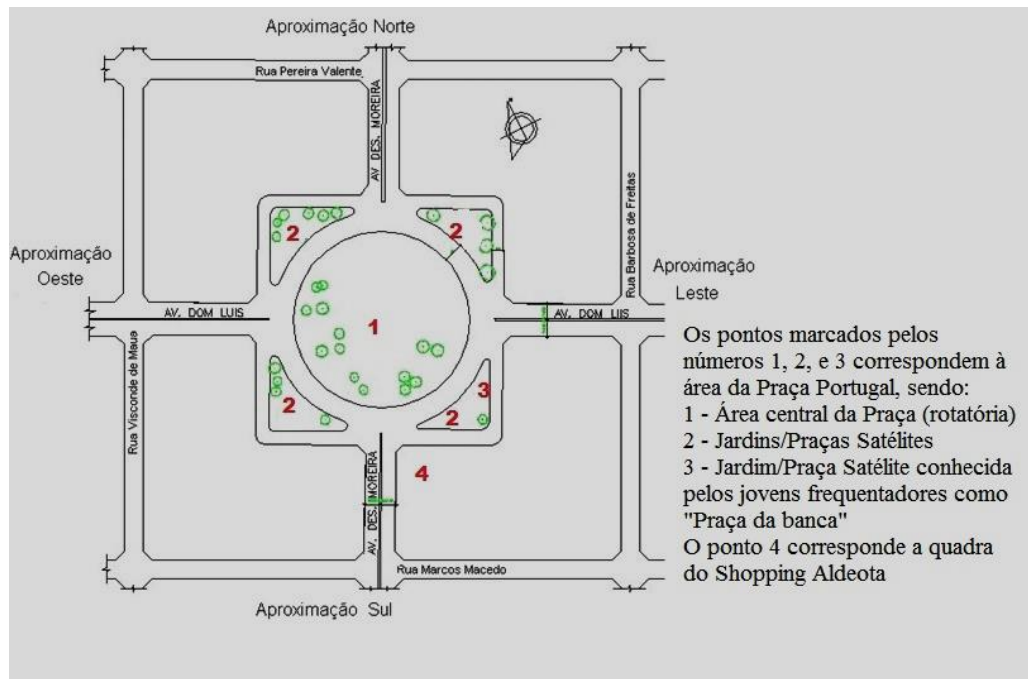
(17 anos, estudante, sexo masculino, morador do bairro Jurema – zona metropolitana de Fortaleza).

Certa vez, olhando para um jovem e observando suas roupas, acessórios, corte de cabelos, gírias, entre outros códigos, eu poderia tê-lo identificado simplesmente como pertencente de algum grupo juvenil urbano, no caso, um *skatista*. Afinal, o garoto estava com um skate praticando suas manobras na fonte que existia no centro da Praça, já desativada na época. Então, assim como quem cataloga um livro em uma biblioteca, eu catalogaria aquele jovem e ainda identificaria a fonte desativada como a “estante” que agrupa todos os outros *skatistas*. Eu seria acometido por uma falsa sensação de parte do dever cumprido, pois ainda restariam os outros grupos de jovens a serem identificados.

Continuei a observar o garoto durante o resto da noite. Embora eu não deixasse de observar outras coisas, eu sempre voltava a observar aquele garoto, especificamente. Em meio a tantos jovens circulando, estava certo que minha observação não daria conta de todos,

portanto, naquele dia, elegi aquele garoto como o meu “observado privilegiado”⁴² e adotei essa prática em minhas visitas ao campo. Com isso, naquela noite, pude perceber que o garoto que eu observava não estava ali apenas para andar de skate e socializar com os outros praticantes do esporte. No decorrer das horas, ele foi comprar vinho com alguns amigos no supermercado, no subsolo do Shopping Aldeota, prática bastante comum entre os jovens que frequentam a Praça. Em seguida, juntou-se com os *quebra garrafas*⁴³ embaixo do obelisco que fica no centro da Praça. Pouco antes de ir embora, saiu do centro da Praça e foi para baixo da copa de uma árvore, lugar um pouco mais escuro, e deu uns beijos em outro rapaz que, em seguida, o acompanhou até a borda da Praça onde se despediram e meu “observado privilegiado” do dia foi embora pegando o ônibus em um ponto próximo à Praça. Para melhor situar o leitor, segue a planta baixa da Praça, com as referências de como os espaços vão ser tratados neste trabalho:

Figura 11 – Planta baixa da Praça Portugal



Fonte: Feita pelo autor.

⁴² Em alusão ao “informante privilegiado” (GEERTZ, 1978), tomei como prática de campo em minhas visitas eleger um jovem aleatoriamente e observá-lo durante toda a minha permanência na Praça. Embora às vezes eu pudesse perder meu “observado privilegiado” por alguns instantes, por dar atenção a outras coisas. Ao observar mais atentamente um jovem, era possível notar a sua movimentação pela Praça e sua relação com os outros jovens, além de ajudar na memória fotográfica, pois eu passava a reconhecê-los mesmo fora da Praça, longe da rotina do sábado, em outros pontos da cidade. Em outro momento forçava uma proximidade para conversar, já o tendo observado minimamente e elaborado alguns questionamentos.

⁴³ Fala nativa designada a jovens que fazem o uso de bebidas alcoólicas na Praça. O termo determina mais uma prática do que um grupo específico. A prática não se limita apenas a consumir bebida, mas também em quebrar as garrafas vazias, sejam elas de cerveja, vodka ou cachaça. Certa vez, eu perguntei a um jovem o motivo do ato e ele respondeu: *A gente quebra pra ver o chão da Praça brilhar*. Apontando para o chão, mostrou-me os cacos de vidro refletindo a luz dos postes de iluminação pública. Geralmente, o barulho da garrafa quebrando no chão é seguido por gritos e vaias até mesmo de quem não está próximo ao grupo. Os gritos ecoavam pela Praça por alguns segundos, assustando ou simplesmente chamando a atenção de quem estava de fora.

Como enquadrar o jovem citado anteriormente em um dos grupos de frequentadores da Praça? Em uma única noite, ele transitou entre os skatistas, os “*quebra garrafas*” e os gays. Nessa altura da pesquisa, eu já sabia da existência de distintos grupos, e o meu desafio era identificá-los. Nessa noite, contudo, pude observar um garoto “borrando essas fronteiras” entre os grupos e em meio a essa “confusão” veio a necessidade de refletir sobre a categoria Juventude.

A noção de juventude deste trabalho não se limita ao recorte etário, por considerar pertinente a crítica de Bourdieu (1983) em *A “juventude” é apenas uma palavra*. Tal crítica é fundamentada no fato das faixas etárias serem repletas de pré-noções construídas socialmente, “manipuladas” e “manipuláveis”. De acordo com o autor, o problema do recorte etário para as pesquisas sociais é considerar os jovens como uma unidade social, subentendendo que todos são dotados dos mesmos interesses e que são realizadores das mesmas práticas. Sobre isso o autor afirma:

A idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes (p.113).

Pais (1996), também orientado pela crítica de Bourdieu, repreende as abordagens que consideram os jovens como representantes de “uma cultura juvenil ‘unitária’” (p.22), chegando a considerar tal homogeneização como um “mito” (p.28) que deve ser desconstruído, e percebido como um desafio constante que a categoria *juventude* impõe à Sociologia: “A juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas: uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (p.29). Nesse sentido, o autor aponta para a compreensão da categoria entendida na sua pluralidade, representante não de uma “cultura juvenil unitária”, mas sim de “Culturas Juvenis”.

A Juventude só deve ser considerada como uma aparente unidade quando a intenção é indicar uma fase da vida, ou seja, um processo com vários caminhos, determinada em um intervalo de tempo entre a infância e a fase adulta. Esse intervalo é principalmente definido em termos etários, e pode variar em tempo e no tempo, de acordo com a capacidade, necessidade ou interesses dos pertencentes da geração em atender o que se espera de um adulto. Portanto, a homogeneização da categoria *juventude* só é entendida nesta pesquisa quando comparada a outras gerações.

Desse modo, percebi a diversidade dos jovens frequentadores da Praça Portugal. Meu olhar me permitiu o trânsito pelos dois eixos semânticos da categoria distinguida por Pais (1996) em ideias e conceitos referentes à unidade e à diversidade. O primeiro, quando o termo juventude se refere a uma fase da vida, já anteriormente discutido. Já o segundo considera os atributos sociais que diferenciam as juventudes entre si.

Quando eu perguntava aos jovens diretamente de qual “tribo urbana” eles faziam parte (apesar de eu não considerar o termo “tribo” o mais adequado, usei-o, pois é dessa forma que eles entendiam)⁴⁴, eles respondiam geralmente de forma rápida: *Nenhuma*. Isso também ficou registrado na reportagem “*O coração da Aldeota*”, por Larissa Viegas, em 2007, para a revista **Matéria-Prima**, ao conversar com seis jovens que frequentavam a Praça na época da entrevista:

Eles dizem que não se encaixam em nenhuma tribo, que estão lá “só para curtir”. Frequentam a praça há mais de três anos, quase todos os dias da semana, quase todos os sábados. São moradores da Aldeota. Não seguem estilos e se denominam “grupo restrito” ou “esquadrilha da fumaça”. (p.38)

Simplesmente observar ou perguntar diretamente não seriam os meios mais adequados para descobrir quais eram os grupos de frequentadores da Praça e tão pouco relacionar os informantes a algum grupo específico. Negar o pertencimento, apesar de ser algo mais comum, não era regra para todos, pois alguns assumiam pertencer a determinados grupos. O que eu pude perceber foi a facilidade dos frequentadores de apontar os outros como pertencentes a algum grupo, então eu pensei em uma atividade metodológica utilizando a planta baixa da Praça (Figura planta baixa).

A atividade consistiu em entregar o desenho a um jovem aleatoriamente e pedir para ele riscar o desenho de forma a indicar os locais onde cada grupo costuma ficar na Praça. Depois que o frequentador fazia seu mapeamento, por fim, eu perguntava: E você, onde costuma ficar? Já com o desenho geralmente todo riscado, o jovem se localizava na Praça, às vezes, indicando mais de um ponto. Outra situação curiosa foi quando o frequentador se localizou na Praça identificando seu grupo como sendo o dos *Normais*.

Assim, pude identificar os grupos que frequentavam a Praça e conhecer categorias nativas que constituíam um grupo, como o dos *Quebra garrafas*. Pude também identificar os espaços que os grupos costumavam ocupar na praça, quando sobrepunha os mapas rabiscados

⁴⁴A expressão “tribo urbana” ganhou destaque na Sociologia por meio do livro *O tempo das tribos*, publicado em 1987 pelo sociólogo francês Michel Maffesoli. O termo é bastante difundido por meios de comunicação, talvez por isso, a fácil compreensão entre os jovens frequentadores da Praça. Não pretendo me aprofundar no assunto, mas apenas assinalar a existência da discussão. Para um maior aprofundamento, indico as críticas de Magnani (1992). Dentre as críticas ao termo, destaco o sentido atribuído ao termo “tribo” em contradição aos tradicionais estudos etnológicos de grande importância para as Ciências Sociais.

pelos frequentadores. Atentei onde cada espaço era associado com mais frequência a um grupo. Essa atividade serviu de auxílio tanto para me aproximar quanto para entender a lógica de distribuição dos espaços na Praça. Pude perceber a grande empolgação por parte dos jovens em apontar o outro e a negar a se “rotular”.

3.3 A trajetória de ocupação da Praça Portugal

O trânsito intenso que surgiu em torno da Praça Portugal, ao longo dos anos, reduziu a acessibilidade do pedestre ao logradouro por esta não possuir uma faixa de pedestre ou semáforo, o que impossibilitava antigos hábitos:

Com o pôr do sol, veículos estacionavam em seu perímetro. Mesas e cadeiras se distribuíam sobre o grande piso de pedra, precariamente equilibradas. A instalação elétrica improvisada iluminava o cenário, embebido no cheiro de pastel, paçoca e baião de dois, no compasso de uma babel de sons provenientes de rádios e radiolas em derradeiro volume. Fazia-se o *footing* à luz da lua, como nas mais saudosas pracinhas interioranas (LEAL, 2009, p.68).

O trecho descreve a feirinha na Praça Portugal que acontecia semanalmente, tão ressaltada por Roberto Cláudio como o único momento de ocupação do espaço. A data do seu início não é muito precisa, assim como o seu fim, mas aconteceu durante as décadas de 1970 e 1980⁴⁵. Além das comidas típicas e do artesanato, podia-se encontrar à venda livros, flores e plantas ornamentais durante as noites de quinta-feira a sábado. Em novembro de 1981, começou a transmissão ao vivo de um programa da *Rádio O Povo*, feita no local. Dava a oportunidade aos frequentadores de escolherem músicas e ouvi-las ali. A programação intensificou a frequência no espaço (MARQUES, 2010, p.26), “congregando majoritariamente jovens e turistas” (LEAL, 2009, p.68).

Durante a pesquisa, tive contato com muitos relatos de pessoas que quando crianças frequentaram a Praça com seus familiares. Talvez a programação da *Rádio O Povo* tenha influenciado na transformação do tipo de uso e de público do espaço. Ou talvez a iniciativa tenha sido realizada em detrimento ao potencial de atração do logradouro para o público jovem e, por essas questões, tenha sido dito por Leal (2009) que o público da Praça, na década de 1980, era predominantemente de jovens e de turistas, mesmo com relatos da frequência em família.

⁴⁵ Ana Cesaltina, ao pesquisar arquivos de jornais, encontra uma matéria de 1977, cujo título era: “Livros são a motivação da Praça”, do jornal *O Povo* (MARQUES, 2010, p.26). Assim como a autora, não consigo precisar o início da feira, porém tenho relatos de pessoas que frequentaram a Praça quando criança nos anos de 1973/74 com seus familiares. A data do fim também não é precisa, mas algumas evidências apontam para agosto de 1986 em (LEAL, 2009, p.75) e (MARQUES, 2010, p.26).

O crescimento desordenado da feira trouxe alguns transtornos, como o acúmulo do lixo e a danificação do piso e do gramado. Em outubro de 1984, a Praça foi interditada para a realização de pequenos reparos e a feira continuou após a manutenção. Em 1986, o problema do acúmulo de lixo ainda não havia sido resolvido e sob a justificativa da deterioração do espaço, equipes da Prefeitura passaram a visitar o local diariamente com o intuito de sensibilizar os feirantes a deixarem a área. Sem sucesso. Em consequência, a Prefeitura voltou a interditar a Praça, tendo como justificativa a necessidade de recuperá-la⁴⁶. A reinauguração foi marcada para março de 1987 e a praça só passaria por outra reforma em 1989.

Em meio a uma polêmica, a Praça Portugal foi notícia nos jornais da cidade no ano de 1991. Desta vez, a discussão surgiu a partir da proposta de uma vereadora: mudar o nome da Praça para homenagear um antigo governador⁴⁷. A comunidade portuguesa se mobilizou pela manutenção do nome original e tal vitória motivou uma reforma mais considerável do que as citadas anteriormente, pois as reformas anteriores previam apenas a realização de alguns reparos, mas esta trouxe consideráveis mudanças nos elementos internos da Praça.

A reforma foi realizada em julho de 1992. A antiga caravela em mosaico deu lugar a um arco que do seu ápice descia uma esfera armilar⁴⁸, em referência aos navegantes da Escola de Sagres. Abaixo, um cubo em granito com três símbolos, um em cada face: O brasão português, a estrela de seis pontas e um verso de Camões “E se mais mundos houver, lá chegará”. O espelho d’água foi substituído por uma fonte ao nível do piso, lembrando um lago, em formato de meia lua no centro que reproduzia, por meio do reflexo, o desenho do pórtico e da esfera armilar.

⁴⁶ A reforma contou com o apoio da iniciativa privada, por meio do Grupo J. Macêdo. Ao Grupo caberia a recuperação da parte elétrica e hidráulica e a reforma dos jardins. Em contrapartida, o Departamento de Turismo reorganizaria as barracas e tentaria diminuir o número de feirantes, além de cobrar mais segurança da Polícia Militar (LEAL, 2009, p.75). Curioso é observar que a Praça já era assunto do Departamento de Turismo, nos remetendo a relevância do local para o setor.

⁴⁷ A proposta da até então vereadora Gorete Pereira, na época do PFL, foi a de homenagear Parsifal Barroso, que havia sido deputado, governador e ministro, falecido cinco anos antes. O ex-governador morou com sua família por muito tempo em frente à Praça. Tal projeto foi levado à Câmara e aprovado em 23 de maio e sancionado em 05 de junho. A comunidade portuguesa reagiu com insatisfação e apesar de aprovado, em 14 de junho foi decidido que a Praça manteria o seu nome.

⁴⁸ Esfera com anéis ou armilas utilizadas como representação do Universo. [...] A esfera armilar tornou-se um símbolo manuelino de poder marítimo, político e econômico associado às navegações. Aparece ainda hoje em vários símbolos lusos, nomeadamente na bandeira nacional (INSTITUTO CAMÕES, 2013).

Figura 12 – Imagens da Praça Portugal na década de 1990



Foto 1: A data da foto não é precisa, mas foi feita entre os anos de 1992 e 2008. Após a reforma de 1992 e antes da inauguração do Shopping Aldeota em 1998.



Foto 2: Na foto é possível ver os elementos introduzidos na Praça após a reforma de 1992. Destaque para a esfera anilar e o reflexo no espelho d'água em formato de meia lua.

Fonte: Edição feita pelo autor

A notícia da reinauguração veio acompanhada do anúncio pela administração municipal⁴⁹ do fim definitivo da feirinha no espaço. No mesmo ano da reforma, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza – (PDDU-FOR) de 1992⁵⁰ proporcionou o aumento do número de construções na Aldeota, como novos shoppings, edifícios de escritórios, além de prédios residenciais com mais andares. Até então a lei que prevalecia era a 5122-A de 1979, que criou um modelo de uso e ocupação do solo por faixas de concentração de funcionalidade, divididas em zonas de comércio/serviços e zonas residenciais. Com a Lei de 1979, não era possível a utilização do espaço com fins comerciais na região próxima a Praça Portugal, mas desde o início da década de 80, vários equipamentos de comércio e serviços como lojas, clínicas, restaurantes, escolas, entre outros, foram instalados de maneira irregular em áreas onde só era possível o uso residencial (DIÓGENES, 2005). Assim, a nova legislação urbana de 1992 contemplou a possibilidade da existência de várias atividades em uma mesma zona, dando uma característica mista e dinâmica ao bairro, além de regulamentar a situação já existente, antes irregular.

⁴⁹ Em pesquisa nos arquivos do Jornal *O Povo*, Marques encontra um anúncio definitivo de que a feirinha não voltaria mais a ser realizada na Praça, com o objetivo de evitar degradação. Tal anúncio foi noticiado no Jornal no dia 27 de dezembro de 1992 (2010, p.28). A inauguração marcada para o dia 24 de dezembro veio a acontecer no dia 28. Para o evento, foi interdita a Avenida Dom Luís, no sentido Leste-Oeste, para a realização do show de Belchior (LEAL, 2009, p.83).

⁵⁰ O Plano foi elaborado por uma equipe coordenada pelo arquiteto Francisco das Chagas do Vale Sales. O PDDU foi aprovado em janeiro de 1992, pela lei 7.061/92. Na época, o censo demográfico apontava uma população de 2,3 milhões de habitantes na Região Metropolitana de Fortaleza, sendo que quase 1 milhão e 800 pessoas residiam na capital. O Município de Fortaleza representava 35% da população do estado (DIÓGENES, 2005, p.82-83).

Foram inúmeras as interferências no bairro. Para potencializar o lucro imobiliário e atender a demanda de quem queria morar e instalar suas empresas na Aldeota, prédios em torno de 24 andares passaram a ser construídos com o aval da nova legislação, objetivando a redução do custo do terreno e o aumento do lucro. Grandes edifícios passaram a ser construídos em locais onde antes havia apenas uma residência, aumentando consideravelmente o número de habitantes/usuários do bairro e, conseqüentemente, causando transtornos para o espaço urbano, pois tal adensamento não foi acompanhado de um planejamento do sistema viário e nem de melhorias do transporte público, gerando problemas de congestionamento, alterações climáticas e impactos ambientais:

O incentivo à verticalização e ao adensamento do bairro contribuiu para a devastação das áreas verdes no interior dos lotes, aumentando a área pavimentada e edificada e, conseqüentemente, a elevação da temperatura do ar, além de não disciplinar nem promover a criação de espaços públicos verdes, prejudicando a qualidade de vida da população (DIÓGENES, 2005, p.87).

Um exemplo que ilustra bem os impactos da verticalização do bairro, há pouco mencionado, foi o que aconteceu na quadra onde é hoje o Shopping Del Paseo. Até o ano de 1995, a quadra era ocupada por apenas uma residência de aproximadamente 1000 m². A casa era construída no centro do lote com uma abundante área verde ao seu redor, porém, tudo foi destruído. Onde antes existia uma residência familiar, passou a existir um shopping, uma torre de escritórios de 15 andares com 360 salas e dois prédios residenciais com 22 andares cada. O shopping passou a funcionar no final do ano 2000, aumentando o fluxo na região (DIÓGENES, 2005).

Nesse contexto, a Praça Portugal ficou ilhada no meio da grande quantidade de carros que passam por ela diariamente. A feirinha de outrora já não existia e assim a Praça estava sem uso público, mas resistindo como espaço verde, embelezando a região e promovendo mais qualidade de vida. As mudanças ocorridas no bairro dificultaram o uso da Praça, porém, a implantação *da internet* no estado iria, despretensiosamente, modificar a condição de isolamento do espaço por existir um ponto de intercessão entre a trajetória da *internet* no Ceará e a Praça Portugal. Em 1992, o Estado do Ceará se lançou à frente para a negociação e implantação da *internet* no país. Sobre a trajetória da *internet* no estado, destaco que:

Em princípio, a Internet por estas bandas tinha razão única de ser: o desenvolvimento de pesquisa e a difusão do conhecimento entre as universidades públicas. Tanto que a primeira rede no Brasil intitulou-se Rede Nacional de Pesquisa (RNP) [...] Era 1992 quando teve início a parceria entre a RNP e a [Universidade Federal do Ceará] UFC, representada pelo Prof. Mauro [Pequeno], então docente do curso de Computação. “Foi acordado que, na Região Nordeste, haveria dois pontos dessa rede: Fortaleza (CE) e Recife (PE)” [...]

O embrião da Internet, segundo Mauro, sedimentou-se em 1991, na Suíça, justamente envolvendo pesquisadores ligados a universidades, numa rede acadêmica. “E veja só como o Brasil é antenado: aqui, esse processo começou em 1992, bem em cima (das experiências europeias)” [...] (Universidade Pública, 2012, p.27).

Porém, há de se questionar: qual a relação da *internet* com a Praça Portugal?

3.4 Reocupação da Praça Portugal

Quando em outra situação de pesquisa comecei a fazer trabalho de campo na Praça Portugal em 2009, ainda era possível encontrar entre os frequentadores da Praça, mas não com tanta facilidade, pessoas que se diziam ser uma das primeiras frequentadoras da “PP”⁵¹. Outras, apesar de não se considerarem das primeiras a frequentar, ao menos se diziam conhecedoras de como os encontros começaram a acontecer. Era como se existisse uma espécie de “mito fundador” da ocupação da Praça. As narrativas atribuíam a ocupação do local aos *otakus* e *rpgistas* como os “descobridores”. Soava-me como se antes o logradouro fosse invisível ou que nunca tivesse sido frequentado por ninguém. Admito que durante algum tempo “comprei” essa ideia, até ser alertado por professores e interlocutores da existência da feirinha nas décadas de 70/80. Porém, percebe-se como é curta a memória de uso dos espaços e a volatilidade da significação.

Nos anos 2000, a Praça Portugal tornou-se um fenômeno de sociabilidade juvenil na cidade, por atrair e abrigar as mais diversas “culturas juvenis”. Em algumas conversas “desinteressadas” com *otakus* na Praça, veio a informação que eles e os *rpgistas* eram os primeiros frequentadores do local. Um deles me explicou que, nos anos 90, quando alguns jovens começaram a ter contato com a *internet*, esses grupos se reuniam em um canal de bate papo do *mIRC*⁵², onde podiam trocar informações sobre os seus interesses. Mas os encontros virtuais⁵³ não foram suficientes para suprir algumas necessidades específicas dos jovens, como: trocar revistinhas, desenhos e vídeos em VHS, além de jogar partidas de RPG. Assim surge a necessidade de encontros presenciais. Porém, esses primeiros encontros não foram na Praça, mas já eram uma espécie de embrião do tipo de ocupação que viria acontecer lá.

⁵¹ Fala nativa que corresponde à abreviatura de Praça Portugal, e surge pelo costume de abreviar as palavras na comunicação via *internet*; passou a ser chamada carinhosamente pelos frequentadores da Praça a partir da década de 90.

⁵² O *mIRC* foi criado em 1995 com a finalidade principal de ser um programa de chat utilizando o provedor do “IRC – *Internet Realy Chat* – protocolo de comunicação bastante utilizado para chat na década de 90” (RECUERO, Raquel, 2009, p.117).

⁵³ “A palavra virtual vem do latim medieval *virtualis*, derivado por sua vez de *virtus*, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato.” (LÉVY, 2001, p.15).

Embora durante a pesquisa não se tenha encontrado nenhum informante que diga ter sido mobilizador desses encontros, tais informações são relevantes para supor o perfil desses jovens, pois quem podia fazer uso da *internet* na década de 1990, sobretudo com a intenção de lazer? Deve-se considerar que durante a década de 1990, o acesso à *internet* era limitado e possível apenas a uma restrita parcela da população com alto poder aquisitivo, por se tratar de uma nova tecnologia de comunicação. A zona leste da cidade atraiu a população de alto poder econômico, ou seja, provavelmente esses jovens eram pertencentes a classes econômicas privilegiadas.

Para Pierre Lévy (2011), a oposição que geralmente é feita do real ao virtual é enganosa, pois o que se opõem ao virtual é o atual. Portanto, quando tais jovens saíram dos encontros mediados pelo computador e passaram a se encontrar presencialmente, percebo o que o autor definiu como atualização: “A atualização aparece então como a solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado. A atualização é a criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades” (p.16).

Os encontros presenciais foram marcados em frente ao Colégio Santo Inácio⁵⁴ e não substituíram os virtuais, pois aconteciam apenas nas tardes de sábado, enquanto os encontros, em salas de bate-papo, continuavam acontecendo durante os outros dias da semana. Ao final do sábado, os encontros se *virtualizavam* em uma volta do *atual* para o *virtual*. “Não mais o virtual como maneira de ser, mas a virtualização como dinâmica. A virtualização pode ser definida como o inverso da atualização. Consiste em uma passagem do atual ao virtual, em uma elevação de potência da entidade considerada” (LÉVY, 2011, p.17), no caso os encontros.

Os encontros semanais foram cada vez mais potencializados pelas sociabilidades desenvolvidas pela *internet*, tornando-se rotina nos sábados desses jovens e alterando o cenário urbano. Com a propagação de shoppings na Aldeota, eles foram atraídos pela oferta de segurança e conforto proporcionados pelos estabelecimentos. O Shopping Avenida foi inaugurado em 1994 e após a fase de encontros em frente ao Colégio Santo Inácio, os jovens passaram a se encontrar no local, mas com o tempo foram “expulsos”⁵⁵. A explicação dada

⁵⁴ O colégio fica na Av. Desembargador Moreira, no bairro Dionísio Torres, no limite com o bairro Aldeota, próximo à Praça. De acordo com relatos de alguns informantes, os primeiros encontros foram mobilizados por alguns alunos da escola em 1996, apesar de não ter sido confirmado nenhuma relação com a instituição; havia também a participação de alunos de outras escolas da região.

⁵⁵ Essa expressão é constantemente utilizada pelos frequentadores da época e também registrada no trabalho de Siqueira (2009, p.66). Tal expressão é usada para explicar os constrangimentos sofridos pelos jovens por parte dos seguranças dos shoppings, muitas vezes narrados com certo orgulho e bom humor. Totalmente diferente dos constrangimentos sofridos em shoppings que eclodiram em “rolezinhos”.

pelos jovens era a de que eles ocupavam a praça de alimentação do local e não consumiam, quebrando a lógica comercial do local.

Em 1998, o Shopping Aldeota foi inaugurado e os frequentadores migraram para o novo centro comercial. Os encontros permaneceram nas tardes de sábado e os jovens passaram a ocupar a rampa e as escadas de acesso a uma das entradas do shopping mais próximas da Praça. Outros ocuparam as mesas, que existiam em uma área externa do *Mc Donald's*, com vista para a Praça Portugal. Mas esse pequeno grupo de jovens da Aldeota e dos bairros vizinhos mobilizaram encontros que viriam a atrair jovens de bairros distantes e da área metropolitana de Fortaleza.

A hipótese levantada por Siqueira (2009) para explicar a popularização dos encontros foi o Primeiro Encontro Regional de *Otaku* – PERO I⁵⁶, realizado em 2001, que ajudou a divulgar o Shopping e a Praça como ponto de encontro dos *otakus*. Outro fator foi a crescente popularização da *internet* nas classes mais populares, sejam em suas residências ou por meio de *lan houses* e *cyber cafés* (p.65). De acordo com a autora, o crescente número de pessoas nos encontros trouxe incômodo para o shopping, mais diretamente ao *Mc Donald's*, pois constantemente era preciso que o gerente pedisse a algum jovem para desocupar as mesas para que seus clientes pudessem ocupá-las. Nessa divergência de interesse entre o shopping e esses frequentadores, *otakus* e *rpgistas* passaram a ocupar a “Praça da banca”, como é conhecida pelos frequentadores a parte da Praça que fica entre o Shopping e a parte central:

Com as mudanças ocorridas na ocupação dos espaços próximos à praça, os que utilizavam o espaço destinado às compras, como ponto de encontro, muitos jogadores de *card game* como *Pokémon* e *yu-gi-Oh!* [jogos eletrônicos inspirados em animes], deslocaram-se para outro *shopping* da região, o *shopping* Avenida, onde há uma loja especializada neste material de diversão; entre aqueles com mais afinidade com animação e seriados japoneses, parte permaneceu na praça da banca e aqueles vindos da periferia (Siqueira, Demócrito Rocha, Bom Jardim, Antônio Bezerra, Parangaba, entre outros) e de cidades da Região Metropolitana atravessaram a rotatória e se instalaram na praça Portugal. (SIQUEIRA, 2009, p.68)

Ao contrário de Siqueira (2009), que começou a frequentar a Praça em 2003, assumindo a postura de pesquisadora em 2007, não pude acompanhar de perto essas transformações dos encontros na distribuição do espaço e nem a do perfil dos frequentadores, sobretudo, o momento que ocorreu a ocupação do centro da Praça, área que o Prefeito inicialmente pretendia demolir.

⁵⁶ Primeiro encontro de *animes* ocorrido no Ceará. Durante o evento foi divulgado que o Shopping Aldeota era o ponto de encontro dos *otakus* nas tardes de sábado.

Por meio de conversas com jovens, pude perceber distinção econômica entre os frequentadores, os incômodos entre os grupos e uma tentativa constante de se reafirmar perante o outro:

[...] tem um lado da Praça que é só de gente muito rica ou classe média alta e é com esse pessoal que ando. Na Praça Portugal mesmo [referindo-se ao centro do local], quem anda todo de preto, com roupas do tipo de banda e etc., geralmente é pobre mesmo. O pessoal que fica aqui na rampinha [rampa de acessibilidade a cadeirantes ao shopping] é só o pessoal de classe média mais alta, que não se mistura tanto. Esse pessoal é o que não dá problema, mas os da periferia, que vem pra beber e que por sinal são os mais abusados, fazem o que querem (16 anos, estudante, sexo feminino, moradora do Dionísio Torres).

A Praça apresentou-se como local possível para o tipo de uso pretendido pelos jovens, porém, a popularização dos encontros tomou proporção que passou a incomodar não apenas os frequentadores e administradores dos Shoppings e de estabelecimentos da região, mas também alguns jovens da Praça. Insatisfeitos com a diversidade dos novos frequentadores, alguns retornaram ao Shopping Avenida⁵⁷, enquanto outros ocuparam a parte central da Praça, que até então estava funcionando primordialmente como rotatória. Despertou a minha atenção ao incômodo ao uso do espaço de um bairro “nobre” por jovens da periferia, porém o incômodo não condiz com a invisibilidade que esses encontros tiveram durante todo o processo do conflito em torno da reforma da Praça, além da citação anterior remeter à ideia de que foram os jovens da periferia que enfrentaram o fluxo de carros e ocuparam o centro da Praça.

3.5 O risco potencializado

É comum, nas tardes de sábado, ver os olhares curiosos e vidrados por meio das janelas dos ônibus que passam pela Praça, porque, depois de uma piscadela, o ônibus já passou, e a Praça ficou para trás. Os olhares que vêm dos carros não são diferentes, mas o motorista que passa pela Praça deve redobrar a atenção, porque, de repente, uma corrente humana, sem ritmada, formada por jovens de braços dados, pode surgir na frente do carro, como se esses jovens viessem do nada, com o objetivo de juntos, atravessarem a rua e chegarem à área central da Praça ou saírem dela.

⁵⁷ O retorno de alguns jovens ao shopping Avenida demonstra o caráter de segregação também entre os frequentadores, além de quebrar a ideia de que havia um baixo potencial de consumo entre os jovens, e que, por isso, eles quebrariam a lógica do shopping, que é, por excelência, um local de consumo. Tal justificativa para a “expulsão” dos jovens nos primeiros momentos não se aplica, porque foi inaugurada uma loja especializada para atender aos interesses dos *Otakus*, explorando o potencial econômico desse público.

Figura 13 – Jovens atravessando a via do centro da Praça Portugal à praça da banca



Fonte: Acervo do autor. Data: 28/03/2009.

Quando chegava a campo, costumava sentar-me por um tempo em um banco na “Praça da Banca”. Por vários momentos, assustava-me com jovens correndo sem nenhuma precaução por entre os carros. O movimento de jovens era constante, pois eles ficavam saindo da Praça e atravessando a rua para comprarem cigarros na banca, comida e bebida no supermercado. Constantemente presenciava motoristas fazendo freadas bruscas, extravasando seus sentimentos com um prolongado aperto na buzina, enquanto os jovens extravasam a adrenalina em gargalhadas e pulos, como se dançassem por entre os carros. Assim atentei que nesse caso:

Um risco toma-se, não surge por acaso. Implica um desafio, uma escolha ativa baseada no cálculo ou na confiança; uma avaliação dos limites que separam o sucesso do insucesso. [...] *Correr um risco* é também fazer correr a capacidade de correr esse risco porque o risco é portador de um poder que valoriza o jovem que se confrontam com ele. A transgressão marca ainda uma vontade de escapar à conformidade, e, neste sentido, a propensão ao risco é também efeito de comportamentos socializados que reproduzem uma resistência rebelde à adversidade (PAIS, 2006, p. 11-12).

Pude perceber um verdadeiro gozo, por parte dos jovens, em enfrentar os carros, como se disputassem o poder da rua e o prazer em desafiar o perigo, pois muitos corriam com bastante velocidade em direção à rua, sem ao menos olhar para os carros que passavam. Alguns jovens passam pulando, girando e desviando dos carros com movimentos quase acrobáticos e sutis, causando aflição a mim e, provavelmente, também aos motoristas que passavam por lá. Os movimentos mais ousados eram comentados por outros jovens e as buzinas mais prolongadas

eram respondidas com gritos e vaias. Após a travessia eram recebidos por colegas como vitoriosos.

O risco da travessia existia pela falta de uma faixa de pedestre e de um semáforo, mas era potencializado pelos jovens como um desafio que contribuía para ganhar destaque e reconhecimento em determinados grupos. É como se a dificuldade de atravessar a rua funcionasse como mais um dos atrativos da Praça, ou, ao enfrentar os carros, os jovens estivessem reivindicando, mesmo sem perceber, a importância do pedestre no espaço público, retomando um espaço que fora perdido para o automóvel nas grandes cidades.

3.6 “De bobeira” na Praça

Durante a semana, a Praça Portugal parecia pouco frequentada, mas nas tardes de sábado, tornava-se um território juvenil. Quem passasse pelo local poderia observar de longe uma massa aparentemente homogênea, todos usando roupas predominantemente pretas. Quem tivesse a oportunidade de se aproximar e observar com mais cuidado, poderia perceber a diversidade entre eles.

Os jovens chegavam caminhando ou de ônibus. Alguns chegavam sozinhos, enquanto outros, em grupo. Ao pôr do sol, iam chegando e preenchendo os espaços da Praça que praticamente permaneceram vazios durante toda a semana. Reunidos em grupos, os jovens se espalhavam pela praça. Alguns em roda, agrupados por um violão; outros, motivados por bebidas alcoólicas. Apesar de o violão ser o instrumento musical mais comum entre os frequentadores da Praça, não era difícil aparecer alguém tocando gaita, flauta ou algum instrumento de percussão. Em um dos sábados, deparei-me com um garoto circulando no centro da Praça tocando flauta e com um rato branco no ombro. Imediatamente aquela imagem me remeteu ao flautista de Hamelin.

Por mais imprevisíveis que fossem as situações e as pessoas com as quais me deparava na Praça, existia algo que era comum em todas as oportunidades nas quais fui lá: jovens paquerando, ficando⁵⁸, gargalhando, conversando, brincando, tirando fotos, conhecendo-se, fazendo amigos ou, como alguns costumavam falar, “de bobeira”, ou seja, “fazendo nada”.

Os encontros, que começavam por volta das 16h, atingiam seu apogeu, em número de pessoas, ao anoitecer. O relógio publicitário que fica na “Praça da Banca” era o que lembrava aos jovens a hora de voltar para suas casas. Era comum ver os jovens no ponto de ônibus preocupados com o compromisso firmado com os pais de estarem em casa na hora combinada.

⁵⁸ “Ficar/Ficar com: Envolvimento passageiro, de curta duração, marcado principalmente por beijo na boca.” (ALMEIDA; TRACY, 2003, p.248).

Muitos certamente não chegavam a tempo. Embora alguns permanecessem na Praça depois das 22h, outros seguiam caminhando para distintos pontos de lazer, como o Fafi bar, a Ponte Metálica ou o Centro Cultural Dragão do Mar. Para esses jovens, a Praça era o começo da noite, funcionando como um “esquenta” do sábado, mas, para a maioria, a Praça era o clímax do final de semana, o único destino.

3.7 Sociabilidade

A princípio, os objetivos dos encontros eram bastante claros para ambos os grupos (*otakus e rpgistas*), no entanto, a partir desses encontros, os frequentadores foram agindo por impulso, deixando aflorar seus sentimentos e criando laços de amizades, paqueras, acontecimentos além do objetivo inicial, ou seja, o tipo ideal de sociabilidade proposto por Simmel (1983), o “social puro”. Uma forma lúdica arquetípica de toda socialização humana, sem qualquer propósito, interesses ou objetivos que não fossem a interação em si mesma, a Praça Portugal serviu de palco para essa atuação.

No início da “ocupação”, a Praça era frequentada por jovens da classe média/alta, moradores do próprio bairro ou de bairros vizinhos e semelhantes. Com o tempo, esse perfil foi mudando. A maioria dos frequentadores passou a ser de jovens vindos da periferia da cidade. Os espaços do local foram divididos por diversos grupos juvenis. Cada um deles carregando as suas especificidades, garantindo seu espaço, ocupando um território delimitado. Alguns jovens tiveram a capacidade de romper as fronteiras entre grupos, mas nenhum grupo invadia o espaço do outro, como se existisse um acordo silencioso. Eles não formavam um grupo unificado, pelo contrário, o gosto de cada grupo diferia dos demais, de forma que cada um deles aglutinava em si e para si aqueles valores que melhor se encaixavam em seus objetivos, as “fachadas do grupo”: “A construção das fachadas nos grupos juvenis assenta, deste modo, em diversos elementos: na imagem (dada pelas roupas, corte de cabelo, adornos); no comportamento (dado pela expressão corporal, o seu porte) e na gíria ou calão” (PAIS, 1996, p.102).

Os pequenos grupos de *otakus e rpgistas* não podiam prever o fenômeno de sociabilidade que se tornaria a Praça Portugal, quando a ocuparam para seus encontros semanais nas tardes de sábado. Certa vez, ao conversar com um frequentador sobre o fato de os *otakus* terem sido os primeiros a ocupar o espaço, ele comentou que o número de frequentadores *otakus* vinha diminuindo, e atribuiu isso ao fato de a Praça estar muito “misturada”⁵⁹. Ele e seus amigos, por exemplo, não gostavam de ser confundidos com os *Emos* e *Gays*. Disse-me que era

⁵⁹ Termo nativo que faz referência aos diferentes tipos de frequentadores de um local, sobretudo, de classes econômicas menos favorecidas.

comum passar carros pela Praça com pessoas gritando xingamentos tipicamente homofóbicos e atirando objetos (principalmente garrafas de cervejas vazias) em direção a eles. O garoto atribuiu essa lamentável atitude à presença dos *Emos e Gays* e se irritou mais com a presença deles do que com a atitude dos agressores que passavam pela Praça, como se as agressões fossem legítimas caso estivessem atingindo o “alvo certo”.

Em outro momento, um jogador de RPG se referiu aos outros frequentadores, assumindo uma postura semelhante à observada por Elias e Scotson (2000) em um estudo feito na comunidade de Winston Parva, onde os *estabelecidos* (moradores antigos) afirmavam sua propriedade, que seria legitimada pelo tempo de residência no local, em oposição aos *outsiders* (recém-chegados), que eram tratados com desdém e preconceito pelos primeiros. Fazendo uma analogia, entendemos como *estabelecidos* os *otakus e rpgistas*, que se apresentavam, nesse contexto, como frequentadores mais antigos e que observavam de maneira hostil os novatos, *outsiders*.

[...] o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsider* as características ‘ruins’ de sua porção “pior” – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo – na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta o grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.22-23).

Talvez o grupo dos *emos* tenha sido o que mais atraiu a atenção, servindo de chacota pelos *estabelecidos* e por quem não costumava frequentar a Praça. O estilo virou moda no Brasil por volta de 2005 e a Praça Portugal foi o principal *point* do grupo na cidade (LIMA, 2007, p.12). Quem geralmente passava pela Praça não conseguia dar conta da diversidade de grupos juvenis que frequentavam o espaço. A tendência, portanto, era unificá-los. Quando, em 2007, comecei a ouvir falar da Praça, o local já era conhecido como a “praça dos emos” e essa compreensão permanece bastante disseminada pelo senso comum. Isso, além de ser um erro, irritava os frequentadores, que não se identificavam com o estilo. A associação da Praça a um local exclusivo de *emos*, em algumas situações, era feita de forma pejorativa por quem não frequentava ou frequentou a Praça. A diversidade cultural juvenil de certa forma subvertia o espaço, mudando o cenário da região, visto por muitos com escárnio.

A região onde está situada a Praça Portugal é considerada como uma das partes nobres da cidade, no sentido econômico, a quem atende às demandas e viabiliza o fluxo de consumo, apresentando um visual asséptico e seguro como atrativo à classe média/alta da cidade, reforçado por *shoppings*, por lojas luxuosas, por restaurantes caros, por colégios e por faculdades particulares, ou seja, por estabelecimentos inacessíveis ao uso e ao consumo das

classes populares, o que confere um caráter visivelmente segregador e socialmente asséptico ao local. Essa região tem o uso público limitado, porque o uso que predomina é voltado para o consumo e destinado a uma pequena parcela da sociedade de Fortaleza. Normas silenciosas existem para disciplinar o uso do espaço, e os “homens de preto”⁶⁰ atuam como garantia da manutenção disciplinar.

A Praça Portugal se tornou destino dos jovens após uma verdadeira peregrinação pelos shoppings da região, marcada por constrangimentos por parte dos “homens de preto”. A Praça se apresentou como opção, como um local inabitado, aparentemente livre de qualquer fronteira simbólica; por isso não é estranha a afirmação de que os *otakus* foram os primeiros a ocupar a Praça. De fato, foram, de acordo com o novo uso e sentido incorporado por eles ao local que ganhou a adesão de outros jovens que apresentavam afinidades culturais distintas.

Em 2009, a Praça Portugal estava integrada às ações da política de requalificação dos espaços urbanos de Fortaleza, que tinha como foco os usos que eram feitos dos espaços públicos, demonstrando assim a preocupação da Prefeitura com os encontros da Praça⁶¹. Se o uso que estava sendo feito do espaço deveria ser requalificado, talvez aquele uso não fosse o adequado ou o esperado para o local. Assim, a proposta de requalificação que aconteceu na Praça Portugal apresentou características semelhantes ao que foi observado por Rogério Proença Leite no Recife Antigo, mais precisamente no polo Moeda, em seu estudo sobre os processos de “revitalização” urbana:

O chamado pólo Moeda foi um caso de ocupação espontânea, numa área do Bairro que ainda não tinha sido “revitalizada”. Seu surgimento radicaliza o que estou chamando aqui de *contra-uso*, exatamente porque pode ser compreendido como uma resposta às fronteiras “enobrecidas” que demarcavam socioespacialmente o pólo Bom Jesus [parte do bairro que havia passado pelo processo de requalificação]. Assim, o pólo Moeda seria um contra-espaço: nele, subvertiam-se quase todas as sociabilidades que não podiam ocorrer em outras áreas do Bairro (LEITE, 2001, p. 127).

⁶⁰ Apelido criado pelos frequentadores da Praça Portugal, atribuído aos seguranças particulares que trabalham nos estabelecimentos comerciais da região. Faz alusão ao filme “MIB – Homens de Preto” de 1997, cujo título original é “*Men In Black*”, estrelado pelos atores Tommy Lee Jones e Will Smith e dirigido por Barry Sonnenfeld. A princípio, pensei que a referência ao filme se limitava ao simples fato de os seguranças, assim como as personagens do filme, usarem preto; no entanto, um garoto me alertou para atentar para o enredo do filme. Neste, a organização governamental MIB tem como função cuidar das atividades alienígenas na Terra e desvendar possíveis ataques extraterrestres, conseqüentemente controlando o trânsito de alienígenas que entram e saem da Terra. Uma analogia bem representativa acerca da relação entre os jovens e os seguranças particulares.

⁶¹ No dia 28 de março de 2009, estive presente a um desfile de moda realizado na Praça, que foi seguido de uma *rave* (festa de música eletrônica). O evento foi organizado pelo Projeto Palco e fazia parte da política de requalificação desenvolvida pela Prefeitura de Fortaleza.

A primeira proposta apresentada pela equipe do PAITT, que demoliria a área central para aumentar as quatro praças laterais teve resistência, pois a proposta de “requalificação”⁶² do espaço previa estabelecimentos particulares nos espaços. O receio seria a limitação do acesso popular à Praça, em uma região que já era carente de espaços realmente públicos e gratuitos que não fossem associados ao consumo da população mais abastada.

3.8 Espaço de iniciação

A Praça Portugal representou para muitos frequentadores do final da década de 1990 e anos 2000 a exposição de muitas práticas ocultadas ou não compreendidas em ambientes familiares, escolares ou de vizinhança. Os relatos da maioria dos jovens eram de rejeição por parte desses espaços que comumente são reconhecidos como acolhedores. Cada grupo apresentava suas reclamações recorrentes, como no caso dos roqueiros, que geralmente relatavam acusações de satanismo ou de uso de drogas ilícitas; os gays ou bissexuais, com relatos de agressões homofóbicas; e os *emos*, constantemente associados a comportamentos depressivos e suicidas. Cada grupo com suas queixas específicas, mas com insatisfações quase generalizadas, com relatos de constante rejeição por parte dos seus ambientes de convivência cotidiana. A Praça representava o distanciamento dessas intolerâncias.

Na comunidade da Praça, no Orkut, era comum ver tópicos criados por jovens que pediam companhia para frequentar o local ou que relatavam a proibição, pelos pais, de frequentar o espaço. A internet foi o meio de se chegar ao local para muitos frequentadores. O convite pessoal era feito apenas a pessoas de confiança, como no caso do jovem que frequentava com um amigo que era seu vizinho:

É uma amizade puxando a outra, entende? A primeira vez que vim aqui foi por causa de uma namorada, nunca tinha nem ouvido falar dessa Praça, ficava só por perto de casa mesmo. Conheci os amigos dela, que conheciam outros e pronto. Já tem dois anos e ando até hoje. Terminei o namoro e chamei esse brother que é meu parceiro e posso confiar que o que acontece aqui morre aqui. (18 anos, estudante, sexo masculino, morador da Parangaba)

O tempo como frequentador era constantemente ressaltado pelos jovens como algo que trouxesse legitimidade. A “camaradagem” era construída por meio da manutenção do segredo, nas “vaquinhas” para comprar o cigarro, o vinho, o lanche; ou nas noites dormidas nos terminais

⁶² Nesse sentido compreendido como: A palavra “requalificação” parece ser mais adequada à experiência das cidades brasileiras, em que as áreas atingidas nem sempre estão estagnadas (“sem vida”), e cuja transformação não leva necessariamente à “gentrificação” ou “enobrecimento” (no sentido de uma nova ocupação para fins habitacionais por pessoas de renda média ou alta), ainda que, via de regra, implique valorização imobiliária e expulsão de usuários pobres (GONDIM, 2016, p.3)

quando perdiam a hora e não conseguiam condução para voltar para casa; ou quando um dos amigos estava de porre e não poderia chegar em casa naquele estado. Em torno de afinidades e dificuldades, os laços de amizade se firmavam e eram narrados com orgulho.

A permanência e a rotatividade de jovens na Praça dependiam de distintos fatores. Enquanto alguns estavam perdendo o interesse pelo local, outros estavam começando a frequentar com empolgação. Certa vez, após uma visita de campo, encontrei um grupo de frequentadores, que havia conhecido na Praça, no Fafi⁶³. Ainda com o caderninho de anotações na bolsa, falei que ainda estava fazendo pesquisa e questionei o “sumiço” deles.

Bem, vou começar a falar o que estou sentindo e vendo em nossa Praça. Infelizmente o lugar onde frequentávamos alegres, e fazíamos, e éramos o que queríamos está acabando aos poucos, não no sentido físico, mas no sentido de frequência. Os encontros na Praça Portugal já acontecem há algum tempo e enquanto o tempo passa fica pior o espírito jovem e as loucuras que vivíamos e fazíamos está acabando e isso me entristece. Infelizmente o que vemos é um bando de pessoas mortas, misturadas, com insegurança e um leve ar de “o que aconteceu aqui?”. Confesso que não sinto mais o prazer de frequentar, me sinto triste por isso, enfim. Espero que todos tenham recordações felizes de sua adolescência lá, pois fez parte da minha e de muitas pessoas. (18 anos, universitário, sexo masculino, morador da Aldeota).

Quando ressalttei que havia acabado de voltar de lá e que a Praça estava cheia de jovens e havia muita gente nova aproveitando o local, ele rebateu:

Essa nova geração acabou com a Praça, isso sim. A Praça já não é a mesma. Na minha época é que foi boa e eles não sabem disso, fato! O mundo anda e dá voltas. Tivemos nossa época, eles tão tendo a deles e agora são dos próximos. Penso em dar um tempo de tudo: PP, Fafi, Dragão do Mar, tudo!

Encontrar jovens que conheci na PP frequentando outros espaços de lazer na cidade, justificando a perda de interesse pela Praça, remete-me a ideia de espaço de iniciação, e como tal, não faria sentido a permanência por longos períodos. Alguns saturam as possibilidades do espaço mais rápido do que outros, porém, a tendência é que o espaço cumpra o seu papel. Muitos entram na faculdade e conhecem outros ciclos de amizades. Existem os que começam a trabalhar, começam a dirigir e passam a ter acesso a outras formas de lazer ou simplesmente conseguem mais credibilidade para chegar mais tarde em casa ou dormir fora de casa e, assim, a Praça deixa de significar o clímax do final de semana desses jovens já iniciados na cidade. A Praça é como a “estaca zero” dos versos de Climério na descoberta das possibilidades da cidade:

⁶³ Por meio do sucesso do Fafi Bar, a Rua Norvinda Pires, no bairro Aldeota, ficou conhecida como a Rua do Fafi ou simplesmente Fafi. A rua possui mais um aspecto de travessa, pois é estreita e não é asfaltada. De tão estreita só passa um carro por vez e com muita dificuldade. A rua é repleta de bares como Bebedouro, Trip Bar, Maria Bonita, entre outros, e passou a atrair muita gente em busca de diversão. Porém, o Fafi Bar, que funcionava desde 2003, fechou as portas no dia 24 de novembro de 2012. Uma das justificativas para o fechamento do estabelecimento foi a falta de segurança e a desleal concorrência com os vendedores ambulantes (TRIBUNA DO CEARÁ, 2012) ;(O POVO ONLINE, 2012).

“Mas faz de conta que sabe/ Que tem um canto da estrada/ Chamado estaca zero/ Onde a gente pode dizer/ O rumo que quer tomar”⁶⁴.

Nesse período a Praça Portugal se tornou um lugar ímpar da juventude urbana de Fortaleza não só por agregar uma diversidade juvenil, mas sobretudo por atrair jovens da periferia a uma zona considerada nobre da cidade, mobilizando e agrupando pessoas. Talvez a Praça tenha sido um dos primeiros espaços de sociabilidade potencializados pela *internet* em Fortaleza. Considerando a falta de acessibilidade ao logradouro, que o torna praticamente sem uso público, e as barreiras de enobrecimento do bairro onde prevalecem os locais privados, pode-se considerar que os encontros romperam as barreiras físicas e simbólicas da região, além de atentarem para a capacidade da *internet* de transformar os espaços físicos da cidade.

Uma relação ambígua apontada pelos jovens foi o fluxo de veículos em torno da Praça, pois, certa vez, um garoto definiu o trânsito, que dificulta a acessibilidade ao local, como um fosso que separa o logradouro do “mundo real”. O intenso tráfego não permite a quem passa em sua volta ter um olhar mais fixo, que facilite a visualização de quem está no local. As árvores também dificultam a visibilidade do centro da Praça. Quem passa vê vultos de quem está lá ou do que está acontecendo. O trânsito, que aparentemente seria um obstáculo, para esses jovens funciona como um aliado, atuando na manutenção da sociabilidade vivida no lugar.

A Praça Portugal tornava-se um local de iniciação. Local onde muitos jovens bebiam o primeiro porre e fumavam o primeiro cigarro, davam o primeiro beijo, – seja ele hétero, homo, duplo ou triplo – entre outras experiências. Aprendiam, também, a tocar algum instrumento musical, conheciam diferentes bandas dos mais variados estilos ou eram inseridos em alguma aventura de RPG. Longe de seus respectivos bairros e dos olhares disciplinadores, paradigmas pessoais poderiam ser quebrados. Os jovens ficavam mais permissivos às experiências que não podiam ser experimentadas em outros locais de sua vivência cotidiana. Os frequentadores encontravam e eram encontrados por pessoas com as mesmas afinidades culturais, com os mesmos desejos, e que, muitas vezes, não eram aceitos em seus ambientes familiares, o que justificava a necessidade de ocultação do que era considerado ilícito vivenciado na Praça. Assim, a falta de acessibilidade ao espaço, até mesmo por olhares que possam lembrar disciplinamento, era propícia para o tipo de sociabilidade existente no local.

Nesse contexto, a Praça também representou uma iniciação à cidade, pois muitos jovens antes de se tornarem frequentadores possuíam uma vida restrita ao bairro, já que moravam, estudavam e vivenciavam práticas de lazer em um único bairro, socializando com as mesmas

⁶⁴ “Estaca Zero”, letra de Climério musicalizada por Ednardo. Gravada no disco LP Ednardo – *Berro*. São Paulo: RCA, 1976.

pessoas. Assim, ao fazer amizades com pessoas que apresentavam afinidades em comum e eram pertencentes a outros bairros, surgia a oportunidade e companhia para se espalharem por outros pontos da cidade que se alinhassem mais aos seus interesses. Como o espaço é de iniciação, a rotatividade de frequentadores era muito grande, como se a frequência na Praça tivesse um prazo de validade. Constantemente, encontrava jovens que eu havia conhecido enquanto frequentavam a Praça, em outros pontos da cidade e, quando questionava a sua ausência nas tardes de sábado, muitos diziam que a PP tinha perdido a graça, enquanto outros jovens estavam começando a frequentá-la, empolgados com as possibilidades do lugar.

Durante a pesquisa, a Praça Portugal apresentou-se como um objeto atraente para discussões dentro e fora da academia. Pude ouvir e perceber a compreensão do uso do espaço nos mais variados contextos. Constantemente lembrava da resistência que a maioria dos frequentadores tinha com relação aos rótulos e, ao mesmo tempo, percebia por parte deles a necessidade de afirmação de grupo. Nesse sentido, pensava na metáfora dos rótulos quando presenciava a Praça sendo rotulada por não frequentadores.

Um rótulo sobrepõe o outro, com a possibilidade de não deixar vestígios do que tenha sido anteriormente. Não permite interseção e limita a compreensão. Talvez por isso a Praça Portugal não possa e não deva ser rotulada como a Praça dos *emos* ou até mesmo dos *otakus* e *rpgistas*. Cada uso traz para ao espaço um significado que, metaforicamente, em revelia a ideia de rótulo, pode ser pensado como um carimbo. Alguns carimbos são almejados e buscados com certo esforço e imprimem orgulho. Um carimbo pode tanto validar quanto negar algo, mas estou certo de que um não se sobrepõe ao outro, mas sim forma uma terceira coisa imprevisível, com traços do primeiro e do segundo carimbo. Percebo que cada uso específico realizado pelos diversos grupos juvenis atraiu para a Praça os mais variados carimbos que borraram a compreensão do transeunte, e promoveram, assim, a sensação de permissividade longe do disciplinamento que possibilitou a sua configuração como um espaço relevante de sociabilidade juvenil na cidade de Fortaleza.

Esse capítulo revela a potencialidade da Praça Portugal como espaço de lazer, traz à tona dois momentos relevantes na história do espaço. Porém o mais recente, no caso a ocupação dos jovens a partir do final dos anos 1990 e aproximadamente até 2010, que se tornou invisível durante o conflito em torno da reforma do logradouro, sobretudo pelo discurso da gestão municipal, em detrimento à feirinha que acontecia nas décadas de 1970/1980, negou não só uma geração de jovens como também deslegitimou o seu uso do espaço.

O capítulo seguinte tratará de outra estratégia de invisibilidade adotada pelo executivo municipal, nesse caso, da Praça em quanto praça. Elucidará como o bairro ao longo do tempo

foi se afirmando como um *locus* da elite econômica local ao ponto de não ser legitimado o uso do espaço para fins recreativos por uma juventude da periferia de Fortaleza, além de uma contextualização história da ocupação do bairro.

4. O LUXO DA ALDEIA: O BAIRRO ALDEOTA E A PRAÇA PORTUGAL

“Do meu aéreo parapeito, vislumbro este esparso lugarejo, pedaço disputado desta Fortaleza onde nem tudo que reluz é ouro. Reduto (refúgio?) da elite local pós-Jacarecanga fabril e operária. Antes, mostruário de mansões e ruas arborizadas; hoje, paisagem composta de áridos canyons de torres batizadas com nomes estrangeiros. Calçadas vazias, jardins despovoados, shoppings e academias de ginástica lotadas. Vadio, o olhar vagueia nas vias engarrafadas, nas veias abertas do dia banal” (DUARTE, 2013).

O termo “Aldeota” tem o mesmo significado que “Aldeola”, que por sua vez significa Aldeia pequena. Em Fortaleza, Aldeota é o nome de um bairro “emblemático” no Estado do Ceará, por ter seu nome associado a um *status* promovido pelo poder econômico⁶⁵. Apesar dessa característica, como adverte Azevedo (2015): “Engana-se quem pensar que o bairro Aldeota, em Fortaleza, tem sido muito citado por escritores da terra” (p.9).

João Brígido (2011), ao discorrer sobre os edifícios mais antigos de Fortaleza, entre eles o Forte Nossa Senhora da Assunção, que teve o nome de Schonenborch em homenagem ao governador holandês de Pernambuco, descreve que a água do mar chegava até a faixa leste do Forte: “As águas do oceano lambiam as encostas do planalto, hoje *Outeiro*, abaixo do qual agora se encontra todo o bairro da praia” (p.212). O “hoje” que o autor se refere é 1919, ano da primeira edição do livro.

Mais ao leste do Forte, às margens do rio Pajeú, havia uma povoação indígena conhecida como Aldeota, que provavelmente deu nome ao atual bairro de Fortaleza. Próximo ao leito do Rio Pajeú no Centro, existia uma igreja construída pelos índios da Aldeota. Para essa igreja foram transferidas imagens de uma capela da região da Barra do Ceará, também conhecida na época como Vila Velha, lugar de onde vieram os índios da Aldeota: “Quando os índios se passaram de Vila Velha para o seu novo domicílio de Aldeota, conduziram nos ombros o pelourinho que era, naquele tempo, uma decoração das vilas, se não o sinal de categoria do povoado, e colocaram-no a 50 passos ao lado da igreja”⁶⁶ (BRÍGIDO, 2011, p.213).

A planta elaborada pelo arquiteto Aldolfo Herbster, em 1859, aponta os sinais de ocupação da zona leste da cidade, pois já existia, além dos índios da Aldeota, o prédio onde

⁶⁵ “A Secretaria-Executiva Regional II, para efeito de cartografia, assim delimita oficialmente o bairro da Aldeota: Ao Norte, a Rua Pereira Filgueira e a Av. Dom Luís; ao Sul, as ruas Padre Valdevino e Beni de Carvalho; ao Leste, a Rua Frei Mansueto e a Via Férrea Parangaba-Mucuripe e a Oeste, pela Rua João Cordeiro, que configura um retângulo de aproximadamente 3,88 km²” (FORTALEZA, 2013).

⁶⁶ Duas coisas não ficam evidentes no relato de Brígido (2011): primeiro o ano em que isso aconteceu. Sabe-se que a igreja da Barra do Ceará foi demolida no início do século XIX e parte da madeira foi aproveitada em 1825, na Igreja do Rosário catedral da cidade na época. A Igreja do Rosário é o mais antigo templo religioso de Fortaleza, construída por pessoas escravizadas em 1730, foi feita de taipa e coberta por palhas. Foi a catedral da cidade de 1821 a 1854. O segundo ponto que não é esclarecido são os motivos do deslocamento dos índios da zona Oeste da Cidade, às margens do Rio Ceará, para o leste.

hoje é o Colégio Imaculada Conceição⁶⁷, na época conhecido como Casa de Educandos (DIÓGENES, 2005, p.26). A Aldeota dos anos 80 do século XIX é narrada no romance *A normalista*, do escritor Adolfo Caminha, que foi publicado em 1893; a trama é encerrada em 1889, com a Proclamação da República. Há um trecho que diz:

A tia Joaquina, conhecida no mercado pela *velhinha dos cajus*, e mais o mestre Cosme, eram um pobre casal que moravam na Aldeota, cerca de um quilômetro da cidade, numa casinhola de taipa, dentro de um largo cercado de pau-a-pique plantado de cajueiros, todo verde no inverno, com um grande poço no centro, cavado toscamente, e ao fundo do qual sangrava um veio d'água cristalina.

Era aí que viviam, há anos, desde a seca de —77, entre brenhas de camapus e matapasto, à sombra dos cajueiros, felizes, sem filhos. Corria-lhe a vida como um abundante manancial d'águas límpidas em leito de areia (CAMINHA, 1985, p.152).

É por meio do romance que podemos conhecer um pouco sobre como era viver na Aldeota do século XIX. Mestre Cosme saía todos os dias de manhã cedo, montado em seu jumento em direção ao morro do Cocó; de lá extraía madeira da mata para fazer lenha e vender no mercado. Dona Joaquina cuidava dos serviços da casa, mas, no final do ano, também ia à cidade vender os cajus colhidos do Cocó. Um estilo de vida bem rural que ainda permaneceu pelo menos até a década de 1940, pois a narrativa de Adolfo Caminha é bem parecida com as lembranças da infância de Azevedo (2015) e Gomes (1991).

A Aldeota nunca foi uma área exclusiva da elite econômica da cidade. Quando o bairro passou a ser habitado por uma população mais abastada economicamente, “[o]s chamados bangalôs da Aldeota [foram] construídos, muitas vezes, entre casebres e no meio do matagal” (JUCÁ, 2003, p.45). Porém, é reconhecido como lugar de “gente rica” como se no bairro não houvesse pobre. Para compreender como o bairro foi se configurando como *locus* de uma elite economicamente privilegiada, é preciso entender as mudanças que ocorreram na malha urbana de Fortaleza na década de 1930 a meados da década de 1970. Tomo como referência desse período a pesquisa de Gisafran Jucá apresentada no livro *Verso e Reverso do perfil urbano de Fortaleza: (1945-1960)*. O autor destaca o período citado no título da obra como a época de um processo de aceleração da urbanização de Fortaleza, destacando o ano de 1945 como o início desse processo. Para atender ao interesse desta pesquisa, alguns acontecimentos da década de 1930, que serão discutidos nos próximos tópicos desse capítulo, foram relevantes. A dissertação “*A centralidade da Aldeota como expressão dinâmica intra-urbana de Fortaleza*”, de Beatriz Diógenes (2005), aponta a década de 1970 como o período de consolidação do bairro enquanto zona residencial de alta renda e o começo do seu desenvolvimento comercial. Portanto, destaco

⁶⁷ O Colégio está localizado na Av. Santos Dumont, 55 – Centro, Fortaleza.

o período a ser analisado neste capítulo, as décadas de 1930 a 1970, para a compreensão do processo de desenvolvimento do bairro, embora, uma vez ou outra, seja necessário recorrer a períodos anteriores para situar historicamente a formação do bairro. O período destacado, no entanto, serve para a compreensão da formação do status da Aldeota.

4.1 Aldeota no processo de expansão da cidade

O surgimento do Bairro Aldeota, como opção de moradia da elite econômica da cidade, está diretamente ligado ao “ciclo de transformações e modernização”, como descreve Diógenes:

[...] a Cidade passa a se inserir no ciclo de transformações e modernização que o País conhece no século XIX. A segunda metade do século, principalmente as últimas décadas, coincide com a época das realizações que levam Fortaleza para uma posição de importância dentro da Província. O progresso da Cidade foi acentuado a partir de 1866, com a criação de uma linha de navios a vapor para a Europa, ao mesmo tempo que ocorriam melhorias das vias de comunicação para o interior. Fato relevante também foi a construção da estrada de ferro em 1872, que vai consolidar a função comercial da Cidade e conferir-lhe uma hegemonia que cada vez mais aumentará. Fortaleza cresceu comercialmente e passou a atrair fluxos migratórios do interior, intensificando em épocas de seca. (2005, p.26-27).

Para compreender a singularidade do bairro Aldeota na cidade de Fortaleza, busquei a apreensão das possibilidades espaciais onde se constituiu a associação da vida comunitária do bairro, pois:

Em certo ponto, Kant definiu o espaço como a possibilidade de se estar junto. Nos diversos modos da interação dos indivíduos, a sociação gerou outras possibilidades de ser e estar junto – no sentido espiritual. Contudo, algumas dessas possibilidades de estar junto se realizam de um modo tal que a forma espacial na qual isso ocorre, como em geral em todos os casos, justifica uma ênfase espacial, para nossos fins epistêmicos. Assim, no interesse de perscrutar as formas de sociação, inquirimos o significado que as condições espaciais de uma sociação possuem, em perspectiva sociológica, para a sua determinação e desenvolvimento restantes (SIMMEL, 2013, p.76).

É necessário, portanto, compreender o contexto que antecedeu a ocupação até a consolidação da Aldeota como bairro de moradia da elite local. De acordo com Liberal de Castro (1968), o crescimento desordenado da cidade – a “inchação” – começou quando um contingente de pessoas migrou para Fortaleza por causa da seca que assolava o interior do Ceará, em busca de melhores condições de vida na capital. Esse contingente, como refere o autor, era “[...] sem tradições de vida urbana, mas que logo se torna [a população] demograficamente majoritária” (p.228) na cidade.

Em 1877, ano de grande seca, o sertanejo, desamparado por políticas públicas⁶⁸, encontrou na capital uma opção para sobrevivência; tal contingente se concentrava na região central da cidade (NEVES, 2007), e foi neste mesmo ano em que as personagens “tia Joaquina” e “mestre Cosme” do romance *A normalista*, vieram morar em Fortaleza e se instalaram na Aldeota. Nessa época, o bairro ainda permanecia pouco ocupado. Somente na década de 1930 foi que a ocupação da Aldeota pôde ser entendida como processo, pois o que aconteceu antes foram apenas alguns casos isolados de ocupação (DIÓGENES, 2005, p.228).

O fluxo migratório iniciado em 1877 se intensificou com o decorrer dos anos. Os retirantes continuavam a chegar a Fortaleza fugindo das mazelas provocadas pelas secas, sobretudo por questões sociais, que assolaram o estado. A acomodação dessas pessoas na cidade deu-se de forma precária, devido à fragilidade dos equipamentos urbanos, reservando-se a elas as zonas periféricas, segmentando-se os espaços de acordo com a natureza socioeconômica dos seus ocupantes. Segundo Mirtis Freitas (2005), a “segregação social se cristaliza através da malha urbana, determinando claramente as zonas dos ricos e dos pobres [...]” (p.68-69).

O sertanejo, fugido da seca, não encontra na cidade uma estrutura que comporte aquele contingente. De acordo com Gisafran Jucá (2003), a “expansão de Fortaleza desencadeou a miserabilidade urbana, expressa principalmente por meio de mendicância, da prostituição, do latrocínio e do abandono de menores, de velhos e deficientes [...]” (p.24). Essas pessoas ocupavam as áreas gerando um desconforto nos moradores do Centro, época em que o bairro era reduto residencial das famílias mais abastadas, um local de grande circulação e onde aconteciam as atividades econômicas da cidade.

O crescimento urbano de Fortaleza teve influência desse problema de estiagem regional, associado ao fato de que a cidade não possuía condições de absorver a mão de obra oriunda do sertão. A mobilidade, no caso dos retirantes, resulta em inúmeras consequências no espaço e nas interações que nele se realizam. A diferenciação de grupos itinerantes e grupos espacialmente fixados se explicita “quando essa diferença do comportamento espacial formal se torna, então, suporte, instrumento, fator intensificador de um antagonismo latente ou explícito de resto já vigente” (SIMMEL, 2013, p.107).

O estranho, o desconhecido, o forasteiro, por sua forma sociológica, são desprendidos relativamente de todo ponto dado no espaço, opondo-se à fixação, o que gera sentimentos de desconfiança por parte da população fixada. O estrangeiro deixa a condição de itinerante

⁶⁸ Estou ciente da complexidade desse assunto, sem a intenção de ser simplista, mas para situar o leitor sobre a discussão. Maior aprofundamento sobre o assunto ler *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*, Kênia Rios (2014).

quando permanece em um dado local, contudo, permanece sendo um nômade em potencial (SIMMEL, 1983).

Tais antagonismos entre o grupo itinerante e o fixo fizeram com que gradativamente a camada de mais alta renda procurasse outros bairros que fossem condizentes com os seus interesses. Entre os interesses práticos, estavam a segurança e o conforto. Porém, existem outros tipos de interesses com o deslocamento residencial da elite de um ponto a outro da cidade, o que também pode ser interpretado como uma tentativa de “estabelecer uma hierarquia social mediante a segregação espacial promovida pela nova localização” (DIOGÊNES, 2005, p.33).

4.2 Os deslocamentos da elite econômica local

No começo do século XX, a população mais abastada ainda residia no Centro, que na época, era reconhecido como a parte nobre da cidade, já que as políticas de melhorias urbanas eram voltadas para as áreas centrais, quase que exclusivamente. Entretanto, com o aumento das atividades comerciais, surgiram incômodos incompatíveis com o conforto almejado pela população que morava no bairro.

A desvalorização residencial do Centro só iria acontecer a partir dos anos de 1960, porém, antes disso, houve a procura por grandes terrenos, longe do tumulto urbano provocado pelo comércio do bairro:

Observou-se de início uma tendência de valorização das chácaras distantes na periferia da Cidade, principalmente junto às estradas de Soure [onde hoje é a Av. Bezerra de Menezes; importante via de saída da cidade para o Norte cearense], Parangaba e Messejana, prenunciando a origem dos bairros de Alagadiço, Benfica e Joaquim Távora. Essas áreas, no entanto, eram caminhos que conduziam ao interior do Estado, razão pela qual os setores mais abastados decidiram por se fixar nas áreas oeste e leste da Cidade, de certo modo, estanques, onde ficariam mais isolados. Tal fato ocasionou o nascimento dos bairros Jacarecanga, primeiramente, e, mais tarde, da Praia de Iracema e da Aldeota, este até então um grande descampado. (DIOGÊNES, 2005, p.33)

As áreas oeste e leste da cidade possuíam a peculiaridade de não terem vias de acesso que as ligassem ao interior do estado, evitando, assim, o contato indesejado com o fluxo de pessoas vindas do interior por conta do descaso com a seca que constantemente assola o sertanejo. A zona leste, onde se localiza o bairro Aldeota, tinha, na época, o Riacho Pajeú como obstáculo à expansão. Portanto, a região Oeste era a que melhor atendia aos interesses residenciais da elite econômica da cidade, tornando o bairro do Jacarecanga como o *locus* residencial da elite local da época. As famílias mais ricas da cidade passaram a morar no bairro, seus moradores eram pessoas de prestígio comercial, agrário e político em todo o estado.

O Jacarecanga ganha configuração de bairro em torno de 1910. Nessa época é considerado pelos fortalezenses como um lugar de veraneio, um território de chácaras verdes, sombreadas por árvores frutíferas, próximas de um riacho buliçoso (que leva até hoje o nome do bairro) e não distantes do mar. A Partir dos anos 1940, a região passa a receber as famílias abastadas, que deixam de residir no Centro, para abandonar o burburinho das atividades comerciais da Cidade. [...] O lugar é mesmo aprazível, acolhedor e geograficamente bem situado (LEITÃO, 2015, p.16).

As grandes chácaras verdes, sombreadas por árvores frutíferas, longe do burburinho das atividades comerciais da cidade, parecem traduzir bem o estilo de vida desejado pela elite econômica local que gradativamente abandonava o Centro como zona residencial, pois assim como é descrito o Jacarecanga dos anos de 1940, também foi descrita a Aldeota do mesmo período, porém ainda com fortes traços rurais que destoavam da ideia de modernidade almejada da época:

Naquele início da década de quarenta, meu pai já havia adquirido o grande terreno com uma bela chácara na Rua Silva Paulet, na Aldeota. Tornou-se necessário, depois, ampliá-la e transformá-la quase numa mansão, devido sermos uma família numerosa. Como já havia morado aí uma família de holandeses (os Wiemer) encontramos o terreno muito fértil, onde havia um belo pomar com cajueiros, mangueiras, goiabeiras, laranjeiras, gravioleiras e o verde bananeiral. [...] Tínhamos criação de aves: pássaros, galinhas, patos, capotes e no fim do quintal que dava acesso à outra rua, a José Vilar, tínhamos uma vaca mestiça e uma bela novilha (GOMES, 1991, p.20).

Talvez a presença de “hábitos sertanejos” na Aldeota dos anos de 1940, como se refere Azevedo (2015), pois ainda era comum ver boiadas passando pela Rua do Sol, hoje Costa Barros, explique o fato de apenas o Jacarecanga e o Benfica serem denominados por Gisafran Jucá (2003) como “bairros elegantes” da época (p.41), apesar de já existir na Aldeota, em 1921, o Palacete do Plácido⁶⁹. De acordo com o autor, o Jacarecanga era o mais aristocrático⁷⁰. O bairro do Benfica era via de acesso ao Interior do estado, além de o Jacarecanga ser mais próximo do Centro e, talvez por esses motivos, o primeiro considerado mais aristocrático do que o outro.

Porém, alguns fatores promoveram, mais uma vez, o abandono gradativo da população rica de uma região da cidade, dessa vez do Jacarecanga (zona oeste). Entre os fatores dessa nova “migração” podem ser considerados a proximidade com a linha férrea, o aparecimento de indústrias na região e o afluxo de pessoas vindas do Interior do estado atraídos pelas ofertas de trabalho nas indústrias (DIÓGENES, 2005, p. 34). A soma desses fatores, conseqüentemente,

⁶⁹ Tratarei com mais detalhe sobre esse assunto em outro momento do trabalho, mas adianto que foi uma das construções mais imponentes que a cidade já teve.

⁷⁰ De acordo com Jucá (2003), existia uma rivalidade de ostentação entre a família de José Gentil, que morava no Benfica, com a família de Pedro Filomeno Gomes, que residia no Jacarecanga. Tal rivalidade era percebida na ostentação de seus respectivos palacetes. O palacete do primeiro é onde hoje funciona a Reitoria da Universidade Federal do Ceará.

acarretou na formação de inúmeras vilas operárias e favelas no bairro e em seu entorno. Os moradores do Jacarecanga ficaram cercados por vizinhos “indesejados” e, por conseguinte, procuraram uma região longe desses “inconvenientes”, deslocando-se para o leste, em direção à Aldeota, que, desde as primeiras décadas do século XX, já se configurava como novo refúgio da burguesia emergente, com fortes traços rurais e dedicados a atividades comerciais. Esses moradores eram diferentes dos moradores do Jacarecanga; “aristocráticos” de famílias tradicionais, industriais, portanto, considerados modernos. Iniciou-se, assim, um processo de deslocamento residencial das classes mais abastadas do Centro e da zona oeste para a região leste (DIÓGENES, 2005).

Tal deslocamento não pode ser entendido como total e sequenciado. Muitas famílias que se fixaram no bairro Aldeota já haviam morado no Centro, passando antes por outros bairros, como Alagadiço, Joaquim Távora e Jacarecanga (DIÓGENES, 2005, p. 35). Ou seja, uma parcela da elite econômica local se dispersou do Centro para distintos bairros da cidade e, em seguida, dos distintos bairros convergiram para Aldeota e assim, aos poucos, concentrando-se novamente em um bairro específico; porém, não poderemos desconsiderar a heterogeneidade dessa elite econômica que ocupou o bairro.

Há de se fazer a distinção entre os moradores, sobretudo os vindos do Jacarecanga, pois eram de famílias ricas, com prestígio comercial, agrário e político em todo o estado, e a elite econômica emergente que era recém-chegada do sertão, cujos bens pouco se sabia a origem. Estes, ao contrário dos primeiros, foram os precursores na ocupação do bairro, aqueles “Como razão da mudança, apresentavam o clima, que diziam excelente, e a obtenção de status mais elevado.” (DIÓGENES, 2005, p.35).

Aos poucos, a cidade foi “se acomodando às curvas do riacho Pajeú, que ainda hoje corre ora canalizado ora escondido no fundo dos edifícios, em plena zona comercial” (CASTRO, 1968, p. 220-221) do Centro. Assim, o crescimento da cidade foi se intensificando para o lado leste, até então pouco habitado. A proporção do Riacho Pajeú representava um obstáculo para a expansão da cidade para o lado leste, pois como “qualquer fixação de limite é uma arbitrariedade, inclusive no caso de uma situação insular, já que, em princípio, também é possível ‘tomar posse’ do mar” (SIMMEL, 2013, p.80), com esse não foi diferente. Assim, o crescimento da cidade foi se intensificando para o lado leste.

Em 1896, foi inaugurado o bonde da Aldeota, que partia da Praça do Ferreira⁷¹. Mesmo como o meio de transporte urbano, até as primeiras décadas do século XX o bairro era

⁷¹ Praça no Centro da cidade considerada a mais importante simbolicamente. O coração da cidade.

considerado “um grande areal desabitado”, onde existiam apenas algumas chácaras e sítios. O bonde, que tinha como percurso a Av. Santos Dumont, foi fundamental para o desenvolvimento da região que, gradativamente, teve a sua extensão ampliada, dando a função de prestígio à avenida de “principal eixo indutor de expansão do bairro” (DIÓGENES, 2005, p. 37).

Em meio às chácaras mais ricas da cidade, foram erguidas mansões e palácios que, desde o início da sua ocupação, conferiam ao bairro características aristocráticas. As casas ocupavam grandes lotes e, entre as que merecem destaque, cito o “Castelo do Plácido”, construído entre 1918 e 1921 por um comerciante em homenagem à sua mulher italiana. A residência foi construída aos moldes de um castelo florentino, concedendo a noção do poder econômico dos moradores da região. O luxo do bairro atraía curiosos de toda a cidade, que vinham conhecer o Castelo do Plácido e as mansões da Aldeota.

Localizado na Avenida Santos Dumont, entre as ruas Carlos Vasconcelos e Monsenhor Bruno, o Castelo era símbolo do requinte do bairro na época, como descreve Gomes (1991):

[...] o monumental Castelo de Plácido Carvalho com canteiros floridos, lembrando os de Versalhes e o verde palmeiral em leque, ornamentado de postes de ferro que ladeavam a escadaria dupla da entrada, onde refletiam os bojos brancos realçando o verde das menores palmeiras. Era a mais requintada residência da Aldeota, com suas duas largas torres, sacadas nas janelas com finos balaústres. Nas laterais do terreno enfeitavam três garbosos bangalôs.

[...]

Era costume os moradores do centro da cidade virem aos domingos passear de bonde para apreciarem o belo Castelo [...] e as outras bonitas construções da Aldeota mais recente (p.22).

Pode-se observar fotos do Palácio, na década de 1960, na seguinte imagem:

Figura 14 – Palacete do Plácido, também conhecido como Castelo do Plácido



Fonte: blog Conversa Piaba⁷².

⁷² Disponível em: <http://conversapiaba.blogspot.com.br/>. Data do acesso: 09 junho de 2015.

A construção do Palácio do Plácido foi um marco para a ocupação do bairro e para a definição subjetiva dos limites do espaço, além da sua significação por meio da *fixação* definitiva desses limites. O nome do Palácio precede a necessidade de endereço. Era um ponto de referência e tinha implícita a relação do morador com a casa e com o seu entorno, pois ela é *quantitativamente* fixada, proporcionando a sensação de individualidade espacial e de pertencimento a um ponto especial (SIMMEL, 2013). Como exemplo, retomo o diálogo entre as personagens do romance de Jäder de Carvalho: “A Aldeota é uma só. Principia no Castelo do Plácido e vai morrer no palácio do nosso Borrego” (2003, p.354). Com o crescimento do bairro, surge a necessidade de uma *fixação objetiva* dos espaços, pois “A casa *nomeada* não pode ser localizável imediatamente, [sem uma numeração] sua localização não pode ser construída objetivamente [...]” (SIMMEL, 2013, p.88). Em 1923, foi realizado o primeiro loteamento no bairro (DIÓGENES, 2005, p.37), fundamental para uma *fixação objetiva*.

Os grandes lotes atendiam às necessidades de moradia burguesa, uma vez que a elite poderia construir suas mansões e palácios no centro dos terrenos, muitas vezes, ocupando toda a quadra, um tipo de construção que já não era mais possível no Centro e que veio a ser referência de bairro elegante. Tal situação atendeu aos interesses de um grupo que almejou a segregação espacial e a hierarquização dos espaços, com seus limites físicos definidos, porém expandidos pela subjetividade, de quem almeja usufruir do *status* do bairro, mesmo que não esteja dentro dos seus limites físicos, portanto:

O limite não é um fato espacial com efeitos sociológicos, mas um fato sociológico assume sua forma espacialmente. O princípio idealista de que o espaço é a nossa representação – ou melhor: de que ele se origina de nossa atividade sintética, através da qual damos forma ao material sensitivo – se especializa aqui tal modo que a figuração espacial que denominamos limite é uma função sociológica (SIMMEL, 2013, p.81).

O aprofundamento da compreensão de espaço, de território e de seus limites como uma função sociológica de Simmel (2013), certamente permitirá maior compreensão sobre o que é bairro, por meio de uma definição teórica que seja capaz de elaborar critérios de definições. Consequentemente, será possível compreender critérios de classificações de bairros em uma cidade, sobretudo da Aldeota, e sua influência.

4.3 Aldeota ou “só quer ser Aldeota”? - Compreensão de fronteiras de um bairro

É ambígua a compreensão dos limites espaciais do bairro Aldeota, embora haja uma definição oficial. Assim como nos bairros de Alfama e Bica, em Lisboa, estudados, respectivamente, por António Costa e Graça Cordeiro (2006), não existe um consenso sobre as

fronteiras do bairro Aldeota, que “revelam-se ambíguas, plásticas, contextuais e estratégicas, dependentes de quem se pronuncia e das situações relacionais em que está envolvido” (p.72-73).

Um exemplo de estratégias de definição do espaço é a capa de lançamento da revista *Aldeota – onde o ideal não é ideal* (ALDEOTA, 2010), que estampou uma figura representativa da falta de rigidez na compreensão cotidiana dos moradores de Fortaleza sobre os limites do bairro, não somente por uma limitação do entendimento topográfico da cidade, mas também por uma representação do desejo de quem “só quer ser Aldeota” em fazer parte do bairro, como pode ser visualizada na figura 13:

Figura 15 – Mapa da capa da Revista Aldeota, lançada em 20 de fevereiro de 2010



Fonte: Revista Aldeota⁷³

A capa traz um mapa de parte da cidade de Fortaleza, mais especificamente da zona leste, dividido por duas legendas: uma amarela, representando o bairro da Aldeota; a outra legenda, está na cor vermelha, representa quem “Só quer ser Aldeota”. Entre os bairros marcados de vermelho, estão os bairros de Fátima, Joaquim Távora, São João do Tauape, Salinas, Cocó, Papicu, Varjota, Meireles, Praia de Iracema etc. No caso dos bairros Meireles e Praia de Iracema, estes possuem o IDH maiores do que o da Aldeota, remetendo à ideia de que

⁷³ Disponível em <http://revistaaldeota.blogspot.com.br/>. Data do acesso: 15 de março de 2014.

“querer ser Aldeota” não se resume à riqueza de seus moradores⁷⁴. É importante ressaltar no linguajar cotidiano que o “só quer ser” geralmente é usado em tom de deboche para desdenhar o outro que pretende ser algo que não pode.

Tal divisão sinaliza uma postura “bairrista”, que se expressa na rivalidade promovida pelo sentimento de pertença ao *seu bairro* (CORDEIRO; COSTA, 2006, p. 59). Está implícita uma necessidade de definição rígida que se segregue do outro, portanto,

[...] o limite físico estabelecido em determinado momento, ilustra particularmente bem o poder formador do nexos social e a necessidade internamente motivada desse poder. Daí que a consciência mais intensa de se estar cercado por limites talvez não se dê em relação às assim chamadas fronteiras naturais (montanhas, rios, mares, ermos), mais precisamente em relação a fronteiras políticas, que apenas estabelecem uma linha geométrica entre vizinhos. E isso, precisamente porque aqui deslocamentos, ampliações, contrações, fusões estão muito mais próximos; porque a formação, na sua extremidade, vai de encontro a limites vivos, animicamente efetivos, dos quais não apenas partem resistências passivas, mas repulsões bem ativas (SIMMEL, 2013, p.80).

Nesse sentido, há uma negação das fronteiras subjetivas em detrimento das fronteiras objetivamente delimitadas e repulsivas. A caricatura que Romeu Duarte (2013)⁷⁵ faz dos moradores da Aldeota e seus comportamentos auxilia na compreensão dessa “rejeição ao outro”:

“Oh, meu Deus, e agora?”, choraminga a moça fornida, o cabelo liso e longo em mechas loiras, o luxuoso carro do ano importado, rudemente amassado pelo Voyage 1995. “Cada um paga o seu estrago”, pula de lá o invocado dono do calhambeque, “égua que aqui é assim, para dirigir tem que olhar para todos os lados, até para cima”. “O senhor vem de onde?”, quer saber a falsa blondie, olhos faiscando de ódio, Iphone em punho, seguro conectado e garantido. “Lá do Montese, dona”, confessa o pobre intruso. “Por que vocês vêm para cá? É só para dar prejuízo para a gente, né? Deveria era ter uma cancela na Rui Barbosa com a Antônio Sales. Esse povo do subúrbio só presta para isso...”. (DUARTE, 2013)

Na revista *Aldeota*, esse sentimento bairrista aparece com o nome de “aldeotismo”, fala êmica bastante comum para se adjetivar práticas e comportamentos dos moradores do bairro, como a ilustrada na citação anterior. Nesse caso, pensar em “segregação urbana” requer pensar nessas intersecções, pois não livra o contato entre os diferentes, apesar de não poder se negar a “*tendência* à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com

⁷⁴ A Aldeota faz parte da regional que mais concentra renda na capital. Nove dos 10 bairros mais ricos da cidade são da SER II, a exceção é o bairro de Fátima, situado na SER IV, que curiosamente possuiu a menor renda pessoal média entre eles. Para ilustrar a alta concentração de renda em alguns bairros, sobretudo nos da SER II, basta destacar que 7% da população residem nos 10 bairros mais ricos e concentram 26% da renda total da cidade. Para que os bairros mais pobres da cidade cheguem ao mesmo percentual de 26% é preciso juntar a renda de 44 deles, isso significa a renda de 49% da população de Fortaleza (IPECE, 2012). Portanto, do bolo da renda total da cidade, 49% da população, que corresponde aos moradores dos 44 bairros mais pobres, sobrevive com uma fatia do mesmo tamanho que vivem os 7% dos 10 bairros mais ricos.

⁷⁵ Ex-Presidente Nacional do IAB- Instituto de Arquitetos do Brasil, escreve todas as segundas-feiras no caderno Vida e Arte do Jornal O Povo, Fortaleza-CE.

intensa disparidade social entre elas, sendo a disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também de hierarquia” (CASTELLS, 2009, p.250). O que acontece é uma segregação que permite uma convivência hierarquizada. De acordo com um dos informantes de Sá (2010), “[...] existe pelo menos uma favela em cada apartamento do Meireles e da Aldeota. Essa ‘favela’ pode ser a empregada, a cozinheira, a babá, o porteiro [...]” (p.180).

Como já foi dito, a Aldeota não é um bairro exclusivo de gente rica. Apesar do alto IDH que o bairro ostenta atualmente, os dados do Cadastro Único (CADÚNICO)⁷⁶ apontam a existência de 276 famílias inscritas em situação de extrema pobreza (renda per capita média de 0 a R\$ 70,00) e 172 famílias em situação de pobreza (Renda per capita média de R\$ 70,01 até R\$ 140,00). Existem 347 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, programa mais popular do Governo Federal de combate à fome e à desigualdade social (SETRA/2013).

Os números apresentam as contradições da Aldeota, confrontando a ideia de unicidade, pois, para o ideal de unidade, “supõe-se uma experiência comum que identifica os moradores como parte de uma comunidade percebida como uma expressão de um coletivo” (BARREIRA, 2013, p. 201-209). Certamente, os moradores em situação de extrema pobreza ou pobreza estão longe de viverem as mesmas experiências de bairro ou até mesmo de cidade do que os outros moradores, sobretudo, quando a renda pessoal média desse bairro é de R\$ 2.901,57, configurando-o entre os dez mais ricos da cidade.

O nome Aldeota possui potencial um apelo comercial usufruído pela especulação imobiliária até mesmo por bairros que não têm qualquer conexão geográfica, como é o caso do bairro Cidade dos Funcionários⁷⁷, que possui alguns condomínios residenciais⁷⁸ e estabelecimentos comerciais⁷⁹ em cuja denominação se explicita a palavra “Aldeota”.

É antiga a dificuldade de se compreender o que significa “ser da Aldeota”, e talvez essa complexidade não seja exclusiva em relação a esse bairro. Tais dificuldades abrem espaço para

⁷⁶ O Cadastro Único é um banco de dados com informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, criado pelo Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Podem ser cadastradas famílias que ganham até meio salário-mínimo mensal por pessoa, ou que ganham até três salários-mínimos de renda total por mês, para que as famílias sejam beneficiadas por programas do Governo como o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Telefone Popular, entre outros. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Guia de Serviços Públicos**: Governo Federal. Disponível em: <<http://www.servicos.gov.br/repositorioServico/cadastro-unico-para-programas-sociais-do-governo-federal-cadastro-unico>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

⁷⁷ A Cidade dos Funcionários está localizada no sudeste da Cidade. A área foi adquirida pelo Governo do Estado, loteada e vendida para funcionários públicos há mais de 50 anos, por isso o nome. Porém, o bairro também é conhecido como “Aldeota Sul” em referência ao almejado *status* do bairro Aldeota (FUNK JÚNIOR, 2004).

⁷⁸ Um exemplo é o Condomínio Parque Aldeota, localizado na Rua Escrivão Azevedo, 791.

⁷⁹ Em 1983, uma farmácia na Cidade dos Funcionários teve o seu nome alterado para “Aldeota Sul”. Tal farmácia foi o início do que se transformou, após alguns anos, na rede de Farmácia Aldesul, que se espalhou por 12 bairros da capital (FARMÁCIAS ALDESUL, 2013).

disputas simbólicas entre os que são e os que “só [querem] ser Aldeota”. As situações e disputas podem ser representadas por meio da exposição de um diálogo entre as personagens do romance *Aldeota* (1963), de Jáder de Carvalho:

– Não concordo com essa Nova-Aldeota, que já aparece nos jornais. A Aldeota é uma só. Principia no Castelo do Plácido e vai morrer no palácio do Borrego. [...] Em suma: a Aldeota deve ser uma só. A não ser que a distinção se faça pelo estilo dos últimos edifícios. Este, realmente, são de novo estilo e geralmente brancos.

– Dou-lhe toda a razão, disse Borrego – Para todos os efeitos, minha casa fica na Aldeota. Da casa do Plácido à minha, se a arquitetura varia, nota-se, contudo, um mesmo estilo de vida... (CARVALHO, 2003, p. 354).

Sobre a valorização, na “tradição local”, da palavra Aldeota, como destacou Gisafran Jucá (2011):

Interessante que o nome Aldeota foi tão valorizado na tradição local, que ainda hoje os espaços que a cercam, nele são incluídos, como um sinal do reconhecimento que lhe é atribuído. Dionísio Torres, ou mesmo parte do São João do Tauape, este último um bairro a princípio ocupado pela pobreza e atualmente habitado por uma classe média, ainda hoje aparecem nos anúncios de jornais, sob a denominação de “a grande Aldeota” (p.5).

O bairro Aldeota está situado ao leste do Centro da cidade. A zona mais valorizada de Fortaleza tem como característica as suas representações simbólicas, que no caso, estão associadas a um *status* promovido pelo poder econômico de seus agentes sociais, que são identificados por um estilo de vida mais *sofisticado*, atribuindo-lhe o adjetivo de “bairro nobre”. Apresenta perfil residencial caracterizado por uma população de rendas média, média-alta e alta, sendo também conhecida pelo comércio e serviços voltados para a população de mais alto poder aquisitivo da cidade. Embora possam existir outros bairros na cidade com características semelhantes, o nome do bairro por si só atua no imaginário popular como elemento de diferenciação entre ricos e pobres, além de representar ascensão social. Um exemplo desse potencial de diferenciação que o nome do bairro tem é o que acontece em uma comunidade bem diferente da Aldeota:

No Poço da Draga existem espaços denominados pelos moradores, frequentemente, de “Aldeota”, que incluem a rua principal e as ruas paralelas, e outras denominadas de “favela”, que alguns também chamam de “Serviluz”, por conta do alto índice de violência e pobreza semelhante a este bairro. Reproduz-se, assim, a diferenciação que se estabeleceu entre áreas integrantes do lado “nobre” de Fortaleza, e aquelas onde predominam a desordem e pobreza (OLIVEIRA, 2006, p.41).

Por meio da dicotomia Aldeota e Serviluz⁸⁰, ilustrada nesse trecho citado, podemos perceber uma representação de cidade pelo imaginário que se tem dos bairros. O nome do bairro

⁸⁰ Bairro habitado por pessoas que vivem em condições de miséria e de intensa vulnerabilidade civil e socioeconômica (SÁ, 2010).

nem geralmente está associado a uma unidade urbana. No poema “*em passant*” de Nonato Brito, existe uma referência ao bairro no soneto intitulado “Fortaleza – 73”, onde, após exaltar o progresso da cidade, diz o poeta em tom de crítica: “/és linda em teu vestido de Aldeota, / mas teus sapatos são de Pirambu” (BENEVIDES, 1973, p.96). Embora o nome não tenha sido atribuído a um espaço físico, a ideia de distinção permanece. O poeta levanta o lindo vestido da cidade e revela a triste realidade de seus sapatos, marcados pela desigualdade social. A crítica à cidade resvala no bairro Aldeota, parecendo causar certo constrangimento ao seu título de “nobre”, uma cidade que esconde os pés, a pobreza representada pelo Pirambu, por debaixo de um lindo vestido Aldeota.

4.4 A Praça Portugal

Nos anos de 1940, Fortaleza atingiu a população de quase 200 mil habitantes (SILVA, 2007). A aprovação da construção da Praça Portugal surge em um contexto de preocupação paisagística e de manutenção do sistema ecológico da cidade, proposto pelo Plano Diretor para Remodelação e Extensão de Fortaleza do ano de 1947. O plano foi elaborado por Saboya Ribeiro e aprovado pela Prefeitura, porém, não foi aplicado devido a interferências do setor privado, que havia resistido à proposta de desapropriação de alguns espaços para a construção de áreas verdes (DIÓGENES, 2005, p.46).

Além da preservação do leito do Riacho Pajeú, o plano previa, só no bairro da Aldeota, a criação de 20 praças. Nesse caso, o Plano Diretor não foi executado por causa da pressão do setor privado. Já a Praça Portugal só saiu do papel por investimento deste setor. A criação e construção da Praça foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 202, de 23 de maio de 1947, publicado no Diário Oficial do Município em 27/05/1947, porém, a sua inauguração demorou 21 anos para acontecer, em 06 de abril de 1968, e contou com a contribuição financeira da colônia portuguesa da cidade (LEAL, 2009, p.59).

Sobre a criação dessas áreas verdes, Azevedo (2015) destaca o trecho da coluna jornalística de Neno Cavalcante publicada no Diário do Nordeste, com a seguinte denúncia de que “as áreas públicas foram invadidas (no caso, o termo invasão cai bem) por especuladores imobiliários que fizeram fortunas. E as áreas de lazer jamais foram feitas. Hoje, muitas áreas nobres também são invadidas” (p. 63-64).

José Liberal de Castro (1968) chega a parafrasear Heródoto para destacar a relação da cidade com o vento ao afirmar que “Fortaleza é uma dádiva do vento” (p.216). Essa relação com o vento não foi menos importante na ocupação da zona leste da cidade, pois os “mais

abastados passam a preferir a Aldeota, pelo clima, a barlavento [...]” (p. 224) e, assim, o vento da região soprou os primeiros pulsares do novo coração que surge na cidade.

Na transição da década de 1930 e durante toda a década de 1940, aos poucos, a Aldeota foi evoluindo no processo de consolidação como *locus* de moradia da elite econômica local⁸¹. Nos anos de 1940, Fortaleza atingiu a população de quase 200 mil habitantes (SILVA, 2007), época em que a ocupação do bairro Aldeota assume um ritmo acelerado. Nesse período, a moradia no bairro ainda se caracterizava em grandes terrenos arborizados que possibilitavam a formação de sítios e a manutenção de hábitos sertanejos. (DIÓGENES, 2005, p.44).

“Do mar, isto é, do navio, Fortaleza semelha um jardim. Mas, de perto, sente-se que a nota verde é íntima: oculta-se nos quintais aos olhos dos que passam na rua.” (CARVALHO, 2003, p. 296). A Praça Portugal teve sua criação autorizada pelo Decreto-Lei nº 202, de 23 de maio de 1947, publicado no Diário Oficial do Município em 27/05/1947, porém, a sua inauguração demorou 21 anos para acontecer, em 06 de abril de 1968, e contou com a contribuição financeira da colônia portuguesa da cidade⁸² (LEAL, 2009, p.59).

A Praça foi inaugurada com uma área de 13.440 m². Em sua estrutura existia uma plataforma elevada sobre um espelho de água com um monumento no qual existia desenhada em mosaico uma caravela. Em sua inauguração, em uma solenidade que contou com a presença do Prefeito e da comunidade portuguesa, a Praça foi abençoada pelo Padre Amarílio da Paróquia da Paz, vizinha ao logradouro. Na foto a seguir, no ano após a sua inauguração, podemos visualizar o espaço na época.

⁸¹ “Em 1945, o serviço geográfico do Exército fez um levantamento aerofotogramétrico e apontou que a região depois da Av. Desembargador Moreira ainda permanecia desabitada” (DIÓGENES, 2005, p.45).

⁸² A Praça foi inaugurada na gestão do Prefeito José Walter e fez parte de um conjunto de obras realizadas em comemoração ao seu primeiro ano de gestão, que foi noticiado pelos jornais da cidade como “uma série de importantes inaugurações” (LEAL, 2009, p.63).

Figura 16 – Praça Portugal 1969 – vista do sentido praia/sertão



Fonte: Arquivo do Nirez.⁸³

O contato com a fotografia da Praça Portugal de 1969 proporcionou uma mudança na minha compreensão inicial do logradouro como rotatória, pois o cenário hoje é bem diferente do que existia na época de sua construção. Primeiro, compreendi-o como uma rotatória, depois como uma praça construída em cima de uma rotatória e, somente com o auxílio da imagem, pude então perceber a estrutura da Praça como um todo: composta por uma área central circular e outros quatro pontos (jardins) satélites que compõe a Praça. Sobre a foto, Nirez comenta: *A rigor a praça é quadrada, o que é redondo é o espaço reservado aos carros. Os jardins completam o quadrado*⁸⁴. Por qual motivo essa não foi a minha compreensão inicial?

A área central da Praça, que estava prevista para ser demolida, ao longo dos anos se tornou a interseção de duas movimentadas avenidas do bairro, a Desembargador Moreira e a Dom Luís, configurando-se como uma rotatória que permite a cada uma dessas avenidas duas vias de entrada e duas vias de saída. O intenso tráfego, a verticalização do seu entorno e a quantidade de informações publicitárias que existem na região, fizeram-me não perceber, a princípio, a Praça por completo.

Na Avenida Desembargador Moreira, os principais pontos comerciais próximos à Praça Portugal são: os Shoppings Open Mall e Aldeota, lojas e restaurantes em geral, uma agência do Banco do Brasil. Na Avenida Dom Luís, os principais pontos comerciais próximos à Praça Portugal são: Shopping Avenida, o Banco Bradesco, lojas e restaurantes em geral, colégio. Há, também, nas vias secundárias próximas à rotatória, pontos comerciais de grande importância, como o Shopping Del Passeio e o Center Um, ambos na Avenida Santos Dumont.

⁸³ Foto disponibilizada no perfil do *Facebook* de Nirez no dia 22/10/2011.

⁸⁴ Comentário feito no seu *Facebook* a respeito da estrutura da Praça no dia 22/10/2011.

A Praça, ao longo dos anos, foi perdendo as suas características iniciais. Passou a ser bem estruturada com bancos, jardins, gramados, árvores com generosas sombras, tudo à disposição do público, mas durante algum tempo foi pouco frequentada, por ter em seu entorno um grande fluxo de carros, sem a possibilidade de um acesso imediato. Ao longo dos processos de desenvolvimento da região e da popularização do automóvel na vida urbana, a Praça se transformou em uma ilha no mar de asfalto. A ausência de semáforos e de faixas de pedestres que assegurem o acesso dos transeuntes, com segurança, à Praça, faz com que a travessia seja uma atitude de risco, já que chegar à sua margem central significa aguardar durante muito tempo até que não venha nenhum carro (dependendo do horário, isso é praticamente impossível) ou se arriscar, desviando de todos os veículos que passam pelo local.

Sobre esse tipo de dificuldade acarretado pela difusão do automóvel, que promove uma disputa de espaço com os pedestres nas grandes cidades brasileiras, Eugênio Queiroga (2003) comenta: “Algumas praças efetivamente sumiram diante do espaço destinado aos veículos, outras ficaram reduzidas à condição de rotatórias.” (p.2). Talvez por isso a minha compreensão inicial do espaço tenha sido despistada, talvez por isso o Prefeito Roberto Cláudio tenha usado o argumento de que a Praça não era praça, nebulando a compreensão dos fortalezenses sobre o espaço, usando de pretexto para demolir a área central sem aprovação da Câmara dos Vereadores. Quantas pessoas na cidade foram despistadas por terem esse olhar? Leal (2009) sintetiza a compreensão do projeto por meio da análise do arquiteto Fausto Nilo:

A praça em círculo tem em vista o cruzamento de automóveis. É naturalmente excludente, pouco amigável para com os pedestres, sendo até mesmo recomendada que não seja frequentada. A forma pouco usual para o tempo teria nascido, imagina ele, de simples capricho do desenhista. Não seria correto considerar como Praça Portugal somente a área circular no cruzamento das avenidas. Desde as primeiras propostas, havia a previsão de quatro pequenas praças nas laterais, naco quase triangulares removidas das quatro quadras confinantes, ladeando simetricamente a praça – ou rotatória. (2009, p.67)

A Praça, apesar de possuir uma arquitetura “pouco amigável”, resistiu ao longo do tempo à mera condição de rotatória, apesar de também ser utilizada como tal, ao atrair jovens que a transformaram em um lugar de convívio e de vida pública na cidade. O conflito em torno da Proposta da atual gestão esteve pautado na compreensão de que a demolição da área central privilegiaria os carros, quando a requalificação deveria ser para atender aos interesses dos pedestres e para propiciar o bem-estar ambiental, ambos pouco planejados no processo de descentralização de Fortaleza.

4.5 A descentralização comercial da cidade

Na Fortaleza dos anos 1950 aos 1970, a elite econômica estava mais vinculada ao comércio, às atividades liberais e ao desempenho de funções na máquina pública. O Centro, assim, abrigava o poder da cidade:

O Centro da cidade polariza a maioria das atividades, sendo a Praça do Ferreira o **coração pulsante**, por onde transitam as pessoas e para onde converge a sociabilidade da população. Aí se concentram o comércio, os cinemas, os cafés e o burburinho da cidade que cresce, ampliando seus limites e seu número de habitantes, fazendo com que os setores privilegiados reclamem lugares de convívio mais restritos, tranqüilos, com mais estrutura, que levem para longe os “indesejados”, que segreguem em relação aos “diferentes” e congreguem, em relação aos pares, ao mesmo tempo. (FREITAS, 2005, p.67 grifo do autor).

A classe dominante, possuidora de um estilo de vida burguesa, que reclamava por confortos baseados na ostentação e na diferenciação por meio de novos signos, foi gradativamente desprestigiando o Centro como local de moradia, como já foi dito e, a partir da década de 1960, o processo de abandono fica cada vez mais evidente⁸⁵. O centro da cidade já não possuía prestígio residencial, o perfil de seus moradores já não era o mesmo de outrora e o bairro apresentava sinais de abandono:

No centro, apesar do predomínio de prédios comerciais, ainda havia residências, ocupadas por pessoas de classe média, casas recebidas por meio de heranças. Em sua maioria eram conjugadas com instalações nem sempre atualizadas [era comum haver incêndios]. A escritora Rachel de Queiroz [em 1953] impressionou-se como a má administração dos prédios e o desleixo na recuperação dos prédios em Fortaleza. (JUCÁ, 2003, p.42)

Até a década de 1950, a cidade ainda se caracterizava de forma “monocêntrica”, embora já apresentasse os primeiros sinais de descentralização por conta da ocupação do bairro Aldeota, que “consolidava-se como reduto da burguesia, que exercia a sua hegemonia nos diferentes setores da vida urbana. A cidade passou a ser dirigida pelo modo de vida oriundo da cultura das elites, que exerciam um controle sobre a vida urbana” (JUCÁ, 2003, p.40).

No final de década de 1950 e durante a década de 1960, a Aldeota foi se consolidando como bairro residencial da elite, quando, na década de 1970⁸⁶, grandes lojas chegaram ao bairro,

⁸⁵ Durante a década, aconteceram grandes fluxos migratórios do interior do estado devido à seca, e Fortaleza tornava-se cada vez mais atraente a essa população, trazendo incômodos para a população que residia no Centro. A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, criada em 1959, promoveu o desenvolvimento político de industrialização como incentivos fiscais e na primeira década de sua criação vivenciou a população da cidade praticamente duplicar de 270.000 habitantes, na década de 1950, a 500.000 habitantes, na década de 1960 (JUCÁ, 2003).

⁸⁶ De acordo com o levantamento aerofotogramétrico realizado em 1972, com exceção da parte mais ao leste da Aldeota, próxima à linha férrea, o restante do bairro já estava ocupado. A Região, nesse período, ainda apresenta a característica predominante de ser de uso residencial, unifamiliar, horizontal e com apenas alguns indícios de comércio ao longo da Av. Santos Dumont. (DIÓGENES, 2005, p.54).

mais sutilmente na vila de casas onde hoje é o *Shopping Jardins Open Mall* e de uma forma mais imponente com o *Shopping Center Um*, formando, assim, um novo centro comercial na cidade:

A inauguração do “Center Um”, no final de 1974 (06 de novembro) representou um golpe decisivo na hegemonia do centro. O primeiro *shopping Center* da cidade, localizado na Avenida Santos Dumont, induziu à instalação de um grande número de estabelecimentos comerciais e de serviços na zona da Aldeota. Surgiram lojas, lanchonetes, consultórios das mais diversas especialidades, gabinetes de beleza e muitas outras atividades, em função do fluxo gerado pelo shopping, que possuía também cinema, freqüentado pelas platéias mais seletas.

A migração das sedes do poder político e financeiro para aquela área e adjacência, durante a década de 1970, também contribuiu para que os segmentos abastados abandonassem o núcleo central, enquanto local de trabalho e de consumo. (FREITAS, 2005, p.78).

A propaganda de inauguração do shopping *Center Um* dizia: “Saia do Centro e vá ao *Center Um*”, além do jingle, composição de Ednardo, que dizia que mudaram o centro da cidade para Aldeota (AZEVEDO, 2015, p.81). Faixas foram colocadas no Centro da cidade anunciando a inauguração do que representava a modernização da forma de fazer compras, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 17 – Propaganda do Shopping *Center Um* no Centro da Cidade



Fonte: Fortaleza nobre⁸⁷.

A transformação do bairro foi bastante lenta até 1950, e só a partir da década de 1970 aconteceu de forma vertiginosa, coincidindo com a metropolização de Fortaleza⁸⁸ e acentuando a distinção funcional e social da cidade, que tinha o Centro como o local da administração, do

⁸⁷ Disponível em: <http://www.fortalezanobre.com.br/search/label/Center%20Um>. Data do acesso: 23 de maio de 2011.

⁸⁸ Ver *A Metrópole Emergente* de Cleide Bernal (2004).

comércio e do financeiro, tornando-se eixo de dois polos: Zona Leste como *locus* de moradia e lazer dos mais favorecidos e a Zona Oeste como o lado industrial, da moradia de operários e dos menos favorecidos (LINHARES, 1992, p.201)⁸⁹. Porém, com o desenvolvimento da Aldeota como zona comercial e de lazer e que passa a abrigar a sede do poder político, a distinção entre as zonas é reconfigurada.

A partir da década de 1970, pode-se perceber o processo de descentralização e a consolidação de novos centros nas metrópoles brasileiras, marcados pelo deslocamento dos usos de prestígio na direção dos bairros que apresentam a população economicamente privilegiada, o que acentua a segregação espacial (VILLAÇA, 2001, p.2). Fortaleza, nesse período, encontra-se em meio a esse processo, seguindo a tendência das grandes cidades.

O centro perde a sua hegemonia ao reduzir-se, principalmente, à área de comércio para os consumidores pobres⁹⁰. Passa a não oferecer mais os atrativos habitacionais de outrora, esvaziando suas atividades de lazer, tornando-se um local desprestigiado de consumo na cidade. A Aldeota torna-se o *locus* da “elite” local, com suas longas avenidas, e tem o seu nome associado à riqueza, luxo e elegância, que impõem à cidade um novo centro comercial, por meio do anseio de segregação da classe dominante e atribuindo uma ideia de decadência e abandono ao antigo centro.

Diógenes (2005) compara o centro comercial tradicional de Fortaleza e o que surgiu na Aldeota (p. 68), seguindo o exercício de comparação feito por Frúgoli Jr. (2000, p. 137) com o Centro de São Paulo e a av. Paulista, por meio da percepção dos paulistanos. Entre as classes A e B (mais privilegiadas economicamente), o autor percebeu uma dicotomia de oposição entre a região da Paulista e a da Praça da Sé, pois esta é vista como suja, velha e desorganizada, enquanto a outra é apontada como moderna, nova e agradável. Fazendo esse mesmo exercício adaptado à Fortaleza, a autora vê a dicotomia percebida em São Paulo de forma semelhante à que acontece entre a Praça Portugal/Av. Dom Luís na Aldeota com a Praça da Estação no Centro, e discorre:

[...] essa forma de visão confirma a ideologia que a classe dominante (de Fortaleza) tenta inculcar na população de que o verdadeiro centro – novo, moderno, dinâmico – estaria agora na Aldeota, enquanto que o antigo Centro é ligado à imagem de local decadente e deteriorado (DIÓGENES, 2005, p. 68).

⁸⁹ Paulo Linhares, destaca nos anos de 1930, a distinção da zona oeste como “cidade industrial e trabalhadora” (1992, p.201), mas Gisafran Jucá afirma que até os anos de 1940, o Jacarecanga (zona oeste) era conhecido como o mais aristocrático (2003, p.41).

⁹⁰ É importante ressaltar que o Centro não perdeu o seu potencial comercial, portanto, a compreensão de “decadência” é, tão somente, a tomada do local por consumidores de camadas mais populares, fortemente marcada pela concentração do comércio de rua, promovido por vendedores ambulantes.

Adaptando o exercício à situação de Fortaleza, por meio de uma perspectiva sociológica orientada pela observação das práticas discursivas da cidade, não percebo o entendimento da Aldeota como centro, principalmente quando comparado com o caso de São Paulo, sobretudo porque a Zona da Sé é identificada por uma parcela da população como “Centrão” e a Paulista como centro⁹¹. A distinção entre a primeira, como centro comercial ou histórico, e a segunda, como centro financeiro também é bastante comum na capital paulistana. Em Fortaleza, além de não existir uma noção delimitada do Centro histórico da Cidade pela maioria da população, o Centro é entendido como o centro e a Aldeota é a Aldeota, ou seja, a ideia foi de segregar e não substituir.

Em Fortaleza, não percebo uma tentativa de vincular a Aldeota a uma ideia de centro, sobretudo pelo Centro estar ligado à imagem oposta almejada pelos moradores e investidores da região. O que se pode perceber, no caso da Aldeota, é uma reivindicação por parte dos “aldeotenses”⁹² e de seus investidores para se firmarem como referencial de localização na cidade, considerando-se “perto de tudo”, portanto. O “tudo” é a Fortaleza que importa/interessa para a classe dominante, ou seja, o “perto”. O “longe” é o indesejado, o excluído, o motivo da segregação que se mantém distante até mesmo por meio da dominação simbólica.

4.6 O coração da Aldeota

A Aldeota representa um marco no processo de descentralização da cidade, pois o bairro até então era predominantemente residencial e unifamiliar, e passa a abrigar uma área de comércio e negócios compreendida como “centro da Aldeota”:

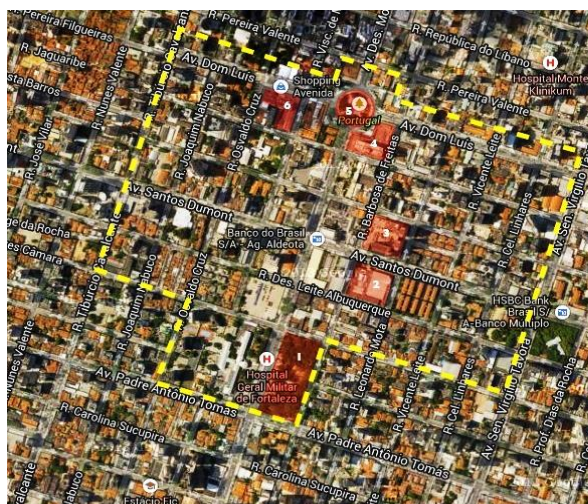
Este centro pode ser identificado como um trecho formado por aproximadamente 54 quadras em torno do cruzamento das avenidas Santos Dumont e Desembargador Moreira, onde a paisagem urbana revela uma nova imagem, através da aparência das edificações, da concentração de atividades comerciais, da presença de inúmeros edifícios de escritórios, do grande fluxo de população nas ruas, do congestionamento e da verticalização [...] (DIÓGENES, 2005, p.69).

A ideia de centro do bairro Aldeota nos remete à relevância do espaço delimitado pela arquitetura. A Praça Portugal está inserida nessa delimitação representada pela imagem a seguir:

⁹¹ Essa discussão foi levada para a apresentação do meu trabalho “*Aldeotas*”: *Estudo da sociabilidade de grupos juvenis na Praça Portugal em Fortaleza*, no XI Graduação em Campo na Universidade de São Paulo (USP), onde tive a oportunidade de discutir essa distinção com alunos/pesquisadores da cidade de São Paulo.

⁹² Fala nativa referente aos moradores do bairro Aldeota.

Figura 18 – Região central do bairro com alguns equipamentos em destaque



Destaquei em vermelho alguns pontos relevantes para a compreensão da região delimitada como "o centro da Aldeota":

- 1 - Bosque Eudoro Correia (conhecido como Praça do Hospital Militar, Praça das Flores e Feira da Flores). O Bosque e a Praça Portugal são as duas praças da região.
- 2 - Shopping Center Um.
- 3 - Shopping Del Paseo.
- 4 - Shopping Aldeota.
- 5 - Parte central da Praça Portugal.
- 6 - Shopping Avenida.

Fonte: *Google*; editado pelo autor.

A instalação do primeiro shopping da cidade, a transferência da sede do Poder Executivo (DIÓGENES, 2005, p.70) para o bairro e a mudança da legislação urbana (1975 e 1979)⁹³ foram fatores que contribuíram para a formação do centro da Aldeota. Apesar de o bairro nunca ter sido exclusivo da elite, o centro do bairro é uma zona voltada para a elite, um local ao qual se convencionou chamar de “o coração da Aldeota”.

No “centro da Aldeota” delimitado por Diógenes (2005) existem apenas duas praças: a Carlos Alberto Studart (Praça do Hospital Militar) e a Praça Portugal, o que nos remete à carência de espaços públicos na região. É interessante destacar a importância simbólica das praças, pois outrora, época em que o Centro de Fortaleza era sinônimo de prestígio, a Praça do Ferreira ficou conhecida como o “coração da cidade”. A cidade se reinventa, suprindo os anseios de uma elite, e toma outro corpo, ao construir novos signos, incorporando uma nova zona de centralidade na cidade, surgindo com ela um novo coração, representado pela Praça Portugal e, assim, tornando Fortaleza uma cidade de/com dois corações.

A representação “Aldeota” vai para além de um limite geográfico da cidade. Seu nome traz implícita, antes de qualquer coisa, a ideia de um *modus vivendi* e de um status social, comercializado por quem faz negócios na região, seja pela especulação imobiliária, seja pelos

⁹³ A Lei 4.486 de 1975 permitiu que em quase todo o bairro fosse possível a construção de prédios de até três andares (predominantemente residencial de média densidade) com taxas de ocupação entre 40% e 50% do uso do solo. A lei também possibilitou o surgimento dos polos de adensamento comercial e residencial no bairro, em uma região que tinha os limites definidos entre as avenidas Santos Dumont e Antônio Sales, Barão de Studart e Desembargador Moreira. Tal região ficou conhecida como “quadrilátero de ouro” por sua valorização. No trecho, foi permitida a construção de prédios até 10 andares, com 70% de ocupação do terreno e com calçadas de no mínimo três metros. Com a Lei 5122-A de 1979, o bairro é transformado em zona residencial unifamiliar e multifamiliar de alta densidade demográfica (250 hab/ha) Nesse período, intensifica-se o processo de demolição das casas que eram construídas no centro de grandes lotes, o que facilitou a construção de prédios” (DIÓGENES, 2005, p.77-79).

comerciantes do bairro ou por qualquer outro tipo de negócio. Um exemplo é o Shopping Aldeota, próximo à Praça Portugal, que tem como slogan: “O shopping do coração”. Em sua página na internet, em sua apresentação, é possível perceber como a imagem do bairro é trabalhada comercialmente em benefício do homônimo shopping:

Inaugurado em dezembro de 1998, o Shopping Aldeota conquistou seu espaço no mercado pelo seu projeto arquitetônico diferenciado, seu mix de lojas e serviços que o tornaram o shopping mais charmoso da cidade.

O Shopping Aldeota fica localizado no coração da Aldeota, região de forte presença de escritórios de grandes empresas e **uma das áreas residenciais de maior poder aquisitivo de Fortaleza.**

São cinco andares climatizados, com 220 lojas das melhores marcas, cinemas, praça de alimentação, supermercado, magazine e estacionamento coberto. Tudo para você fazer suas compras e se divertir com conforto e segurança. (SHOPPING ALDEOTA, 2009, grifo do autor)

O Shopping Aldeota se apresenta no coração do bairro, reafirmando em sua propaganda a ideia de um coração, que subtende a socialização da população. Porém, o uso feito da Praça Portugal possui certa invisibilidade:

[...] a Praça Portugal [...] com uso bastante limitado, não sendo utilizada como local de lazer e permanência, em virtude da sua localização e da “intensidade do fluxo de veículos na área, que impede as pessoas de atravessarem, configurando mais como ‘cartão-postal’ da cidade, com alto investimento público em sua manutenção” (DIÓGENES, 2005, p.70).

É inegável a dificuldade de se chegar até o centro da Praça devido à intensidade do trânsito em torno do local e à ausência de semáforos ou faixa de pedestres que conduzam o pedestre ao lugar, com segurança. Entretanto, em 2005, na perspectiva sociológica, já não se podia mais negar o espaço como um local de sociabilidade e lazer.

Nos anos da década de 2000, a Praça Portugal já estava consolidada como local de destino de dezenas de jovens, vindos de diferentes bairros da cidade e da região metropolitana. Atraídos por diferentes práticas de sociabilidade, os jovens ocupavam a Praça nas tardes de sábado, firmando-se na rotina de lazer do bairro, atraindo não apenas os jovens, mas também reflexões acadêmicas, pois nessa década surgiram alguns trabalhos que problematizaram a juventude que frequentava o local, (apresentados no capítulo 3 desse trabalho). Essas práticas, no entanto, não são percebidas, como, por exemplo, no trabalho de Diógenes (2005) e durante o conflito em torno da proposta do PAITT.

A compreensão de praças do centro das cidades definidas como o “coração da cidade”, por meio da arquitetura, surgiu nas discussões do oitavo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado na cidade de Hoddesdon, próxima a Londres, em julho de 1951 e, sobre isso, Cristina Meneguello (2005) comenta:

Naquele momento, enfim, já se identificava que “centro” não dizia mais respeito à ideia espacial de “centralidade”. Como crescimento das cidades, dilui-se a localização do “centro” como coordenada espacial, vigorando a idéia de centro cívico, comercial e, espacialmente de repositário e expressão física de experiências coletivas. O antropólogo Roberto da Matta (1983) observou outra dimensão desse fenômeno, ao comentar que o centro contém, em si, a própria ideia de cidade: quando um morador de uma cidade vai ao centro resolver alguma questão, diz distraidamente que “hoje vai à cidade” (p.2).

Em Fortaleza, é possível perceber esse tipo de compreensão sobre o Centro. Assim, a Praça do Ferreira continua sendo o coração da cidade, porém esta, por meio da segregação espacial em favor de uma distinção econômica e reforçada por uma especulação imobiliária, toma outro corpo. É atribuída à Praça Portugal a carga simbólica de “o coração da Aldeota”, mas para tal atribuição, deve-se analisar o seu papel na representação cívica e nas experiências coletivas da cidade.

Nesse sentido, forma-se um hiato entre a perspectiva da arquitetura, representada aqui pela pesquisa de Beatriz Diógenes (2005), e esta pesquisa, quando a primeira não identifica o uso da Praça Portugal como um local de lazer, por desconhecimento ou não legitimação, além de não considerar a Praça como um lugar símbolo de manifestações populares e políticas. No exercício de comparar a formação da *nova zona de centralidade* da Av. Paulista com a da Aldeota, a autora pontua as diferenças ao longo do seu trabalho:

[...] a Paulista é considerada espaço-símbolo da cidade, local privilegiado de manifestações populares e políticas. Já a Aldeota não se configura como tal, não conta como espaços públicos marcantes. Na realidade, os espaços ditos simbólicos de Fortaleza ainda guardam estreita relação com o centro principal (DIÓGENES, 2005, p.175).

A ausência, na Aldeota, de espaços públicos e equipamentos culturais, como museus, teatros, galerias de arte, etc, também configura como outra diferença marcante com relação aos centros novos. No caso de São Paulo, um dos marcos mais importantes do Centro Novo foi (e é) o Teatro Municipal. A falta destes elementos foi, portanto, uma das razões que não permitiram a Aldeota substituir o Centro. Enfim, não houve uma força simbólica que conformasse uma imagem de Centro, ainda que seja um centro. (DIÓGENES, 2005, p.177).

Não é de interesse desta pesquisa enquadrar ou não o bairro na categoria de “Novo Centro”, mas sim, problematizar os tipos de uso público feitos da Praça e a não legitimidade desse uso por alguns discursos.

O bairro foi idealizado por/para a elite econômica da cidade, reduzindo ao máximo os espaços públicos e afastando assim os seus possíveis inconvenientes. Porém, a Praça Portugal representa um espaço público símbolo de Fortaleza e não apenas da Aldeota. Embora esteja dentro de um bairro em que a sua gênese veio do desejo de segregação, a ocupação da Praça como espaço de sociabilidade juvenil atribui ao local o caráter público. Os espaços urbanos se tornam públicos a partir das ações de indivíduos que atribuem sentido aos espaços e são por

eles influenciados. Locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente, não sendo necessariamente todo espaço urbano um espaço público (LEITE, 2002).

Se o uso feito pelos jovens que frequentam a Praça, por si só, não representa um “uso cívico”, talvez essa negação não se sustente mais, mediante alguns fatores, como a inauguração do Comitê da Praça Portugal pela coligação “Fortaleza cada vez melhor”, para a campanha de reeleição da então prefeita Luizianne Lins (PT), em 2008⁹⁴. No mesmo ano, a Praça já era o palanque mais corriqueiro das manifestações dos trabalhadores da construção civil⁹⁵, local de disputa das diversas militâncias e candidatos em período eleitoral e mais recentemente das manifestações que eclodiram em todo país no primeiro semestre de 2014. A Praça Portugal é um espaço de contestação na Cidade de Fortaleza⁹⁶.

Já faz muito tempo que a Praça Portugal está no meio da discussão sobre a resolução do problema de trânsito da região. É interessante observar a resistência em reconhecer, legitimar, ou simplesmente perceber a utilização da Praça por aqueles que talvez fossem indesejados no local, usos de lazer ou de contestação pública, por exemplo. Tal invisibilidade da Praça como praça, trabalhado pelo executivo municipal durante todo o processo detalhado no capítulo 2, já ecoava na cidade antes da proposta de demolição da área central, como no caso do jornalista Alan Neto (2013), que sugere ao Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, a implosão da “hedionda Praça Portugal” que, de acordo com o jornalista, “só serve para erguer aquela

⁹⁴ O comitê foi inaugurado no dia 31 de julho de 2008. A solenidade aconteceu na Praça Portugal e foi divulgado pela Coligação que tal inauguração fazia parte da estratégia de descentralizar a campanha. Em nota, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) divulgou em sua página na internet o texto com o título “*Luizianne, Tim e Cid Gomes inauguram o espaço político no coração da Aldeota*”, reafirmando o potencial de palco político da Praça, além de reafirmar a compreensão do logradouro como o coração do bairro (PSB CEARÁ, 2008).

⁹⁵ A seguir, algumas notícias referentes às manifestações dos operários da construção civil na Praça Portugal. No dia 06/05/2008, o texto “Greve da construção civil de Fortaleza conquista reajuste suado”, noticia o fim dos 14 dias de “piquete móvel” nos canteiros de obras espalhados pela cidade. A assembleia da categoria foi realizada na Praça Portugal (CMI Brasil, 2008). O texto de Cipriano Silva cujo título é “Ato público em Fortaleza contra as demissões no PAC”, discorre sobre o protesto que aconteceu na Praça Portugal no dia 27/04/2011, tal ato foi realizado por dois mil trabalhadores da construção civil em greve, no momento também aconteceu uma homenagem a mulher operária (CIPRIANO SILVA, 2011). Em 2012, o Sindicato dos trabalhadores da construção civil convocou seus associados para uma manifestação na Praça Portugal, no dia 29/03, em prol da campanha salarial de 2012. Para o protesto, o sindicato estimava a presença de 3.000 trabalhadores que seguiria em marcha até a Praça da Imprensa (CENTRAL SINDICAL E POPULAR, 2012). No dia 31/05, os trabalhadores já estavam paralisados há 21 dias e bloquearam a Rua Dom Expedito, próxima à Praça da Imprensa e, em seguida, concentram-se na Praça Portugal, onde resolveram manter a greve (TRIBUNA DO CEARÁ, 2012). Em 2013, o sindicato da construção civil mobilizou uma passeata e a concentração aconteceu no dia 18/04, na Praça Portugal (EGÍDIO SERPA, 2013).

⁹⁶ No apêndice, há uma tabela com mais de trinta manifestações durante o período em que eu produzia a dissertação, entre os grupos que se apropriaram da Praça para contestar destaque: operários da construção civil, servidores públicos municipais, garis, vigilantes, Central Única dos Trabalhadores, grupo reivindicando melhores condições de segurança e de caminhada pelas ruas de Fortaleza, grupos em prol do impeachment, “Dias de lutas” e em apoio a Presidenta Dilma.

gigantesca e cafona árvore-de-natal, cheia de redes”. Sobre essa declaração, Rômulo Alexandre Soares⁹⁷ comenta:

Alan Neto, do Jornal O Povo, tem umas tiradas boas, outras imbecis. Essa da Praça Portugal é uma pérola dele recorrente. Salvo melhor juízo, há anos ele propõe a sua destruição. Hoje, diz que só serve para botar a árvore-de-natal. Serve sim, Alan Neto, para colocar uma árvore que já é cartão-postal de Fortaleza, serve também para amenizar o cinzento dos prédios que se erguem à sua volta, serve para homenagear a maior comunidade estrangeira no Ceará, serve como espaço verde bem cuidado, fruto de acordo entre o poder público e a iniciativa privada. Talvez ele esteja se referindo que não serve para o trânsito de Fortaleza. Serve sim, Alan. Ela é uma rotatória, evitando um semáforo. Pior ou melhor que semáforo? Depende da educação de trânsito. Enfim, sim à Praça Portugal e a todas as Praças de Fortaleza. Meu Deus, que a solução do trânsito de Fortaleza não passe por destruir as suas praças! (O POVO ONLINE, 2013).

Percebe-se, por meio da citação anterior, que essa não foi a primeira vez que o jornalista sugere o fim da Praça Portugal; em outro momento, chega a chamá-la de “polvorosa” (ALAN NETO, 2013). Rômulo Soares, ao discordar do jornalista, em nenhum momento adverte que a Praça serve também como espaço de sociabilidade; e mesmo os que lembram, não percebem ou consideram os usos mais recentes, como fica claro em outro texto⁹⁸ :

Os patrícios lusos que moram aqui certamente não irão ficar felizes se a praça que relembra as suas origens vier a desaparecer do mapa da cidade. Quem vivenciou a Fortaleza da gestão do ex-prefeito Lúcio Alcântara também não vai perdoar essa malvadeza perpetrada contra um espaço público, **onde floresceram tantos amores, ao tempo das “feirinhas”**, de saudosa memória [...] Apesar desses percalços, já foi uma praça bonita, cujo pecado mortal, determinante do inverso, repousa, para a gestão atual do município, na sua localização física: o coração da Aldeota. Tal logradouro, por estar situado em uma área nobre da cidade, é relegado a um plano secundário, justo porque entende a nossa alcaidina que, para Fortaleza, o que interessa é a periferia, onde, aliás, também é bem mais fácil garimpar votos (SILVA, 2012 grifo do autor).

O mais recente uso não é mencionado em detrimento às “feirinhas” da década de 1970/1980, como se apenas quem viveu nessa época fosse lamentar o seu fim, como se apenas nessa época florescessem amores na Praça. Alguns questionamentos surgem quase que espontâneos: o uso na época em que foi publicado o texto, quando ainda era intensa a frequência de jovens no espaço, não é mencionado; será isso entendido como degradação como menciona o subtítulo?

O incômodo não é apenas com uma gestão que negligencia os cuidados com a Praça, mas sim com aqueles que são indesejados: os menos favorecidos, os que têm “a mão que

⁹⁷ Membro do Conselho Consultivo da Gestão 2013/2015 da Câmara Brasil – Portugal no Ceará.

⁹⁸ “Solução para a Praça Portugal – A Praça Portugal agoniza, em estado de degradação, e somente é apreciada na época natalina” (INDICAR A FONTE)

aperreia”, como disse Ednardo⁹⁹, encontraram no coração da Aldeota o lugar possível nos *locus* da elite econômica local. A negação do uso da Praça como um espaço de sociabilidade juvenil, na história mais recente do espaço, além de um lugar de manifestação pública, talvez seja consequência da história de segregação espacial almejado na gênese do bairro, apresentado ao longo desse capítulo, apropriado pela atual gestão municipal para demolição da área central Praça.

⁹⁹ Ednardo é um compositor cearense e o trecho citado faz parte da música *Terral* de 1973. Sua música representa um “traço inserido na configuração de uma identidade [que] diz respeito à **relação amorosa entre o artista e o seu lugar de origem**. [...] Sem levantar bandeiras ou apelar para ufanismos ou ‘bairrismos’, o compositor cearense extravasa-se numa lúcida emoção ao mostrar a realidade cearense – Fortaleza, sua cidade – em suas contradições e diversidades culturais. [...] O verbo ‘aperrear’ tem, na região, o sentido de ‘perturbar’, ‘incomodar’” (PIMENTEL, 1994, p. 139-140).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do anúncio da implementação imediata do Binário da Aldeota, que acarretaria na demolição da área central da Praça Portugal, surge um conflito que durou mais de dois anos, sobretudo quando os pronunciamentos anteriores sobre a obra garantiram acesso seguro ao logradouro. A demolição da área central foi compreendida, por integrantes de fóruns de discussão sobre a cidade na internet, que se agruparam e mobilizaram ações de resistência à proposta apresentada pelo executivo municipal. O uso da internet foi fundamental durante o conflito, pois a mobilização de resistência à obra surge quase de imediato ao seu anúncio. As pessoas começaram a se manifestar no *Facebook* e potencializaram o encontro com quem compartilhava da mesma opinião. Entre os integrantes do grupo Direitos Urbanos Fortaleza, se agruparam pessoas que formaram uma frente de resistência, que promoveu ações com o objetivo de pressionar a opinião pública contra a obra. Um movimento que ganhou visibilidade nos meios de comunicação, e apresentou como característica um refinamento teórico pertencente a seus integrantes, fato que propiciou a compreensão técnica sobre o assunto. O uso da internet não apenas potencializou as mobilizações e garantiu a visibilidade da causa, como também tornou mais acessível a produção de material como panfletos, textos, vídeos e imagens de divulgação, facilitando a discussão ganhou abrangência na cidade.

O conflito foi pautado por uma argumentação técnico/teórica da sociedade civil, que buscou diálogo com o executivo municipal na intenção de encontrar uma solução conciliadora que não se concretizou. O diálogo com a gestão municipal não foi viabilizado e a Prefeitura só apresentou respostas durante o processo por meio das intervenções do Ministério Público. Nesse sentido, percebe-se que o conflito se intensificou na busca pelo direito à informação e na reivindicação da sociedade civil em participar das decisões públicas sobre a cidade.

Com a visibilidade do movimento de oposição à decisão da Prefeitura, esta passou divulgar declarações que descaracterizavam a Praça Portugal enquanto praça, e negavam o potencial do local enquanto espaço de lazer; conseqüentemente, negou também seus usos mais recentes, em que os principais frequentadores se constituíam de jovens vindos dos bairros periféricos e da zona metropolitana de Fortaleza. Essas ocupações mais recentes, assim como a mobilização contra a obra, foram potencializadas pela popularização da internet. Os encontros eram marcados em salas de bate-papo e em seguida pelo Orkut, espaço em que jovens encontravam outros com afinidades culturais semelhantes. A Praça Portugal foi o palco desses encontros presenciais. O espaço foi ressignificado por esses jovens, o que tornou o local atraente para as juventudes da cidade por mais de uma década. Sem nenhum investimento público ou

privado em lazer ou atividades culturais, esses jovens passaram a frequentar assiduamente o espaço por se sentirem livres e ilhados de olhares ou normas disciplinadoras.

A recusa em identificar esse período da história da Praça, principalmente por partir do discurso do líder do executivo municipal, usurpa a legitimidade do uso dessas juventudes no local, reforçando o julgamento de quem os marginalizava pelo tipo de apropriação do espaço. Durante o conflito, as manifestações de apoio à obra sempre vinham acompanhadas de comentários pejorativos e homofóbicos sobre seus mais recentes frequentadores. Embora o anúncio da obra tenha sido feito em um período em que a Praça estava sendo pouco frequentada, a demolição acabaria com o potencial desse tipo de apropriação, fato que a Prefeitura se negou a reconhecer.

O bairro Aldeota tem como atrativo uma vasta possibilidade de lazer, porém não é acessível a todas as parcelas da população, por ser voltado para um público com um poder aquisitivo privilegiado. Em meio a shoppings, a Praça Portugal foi apropriada como um lugar possível para jovens de baixo poder aquisitivo, opondo-se à gênese segregadora do bairro que se configurou ao longo da história da cidade como “bairro nobre” em alusão ao poder econômico de seus moradores.

Compreender a Praça Portugal apenas como uma rotatória é desconhecer as transformações urbanas do seu entorno. A Aldeota é um marco no processo de descentralização da cidade, quando na década de 1970, com o desprestígio do Centro, enquanto espaço de consumo e lazer da população mais abastada da cidade, o bairro passou a assumir certa centralidade. Alvo da especulação imobiliária, essa região passou por um intenso processo de verticalização. As mansões foram sendo substituídas por prédios que aproveitaram ao máximo o uso do solo, impermeabilizando o terreno e acabando com a vegetação dos jardins e quintais das residências de outrora, processo que tornou a Praça Portugal um dos poucos espaços arborizados do seu entorno. Com o aumento populacional e comercial do bairro, além da frota de veículos particulares da cidade, o fluxo em torno da Praça foi aumentando, o que inviabilizou um acesso que não foi garantido por nenhuma intervenção municipal. Demolir a área central da Praça, em vez de garantir a sua acessibilidade, é privilegiar os carros em detrimento dos pedestres, não condizendo, portanto, com o que vem sendo discutido na atualidade sobre planejamento urbano, em que o pedestre deve ser privilegiado.

Ao longo do tempo, a Praça Portugal se tornou um símbolo do bairro, reconhecida como o coração da Aldeota, sendo essa ideia explorada comercialmente por investidores da região. Não é difícil encontrar em peças publicitárias frases do tipo “em pleno coração da Aldeota” ou

“No coração da Aldeota”, expressões que fazem alusão à Praça e exploram a proximidade do empreendimento com o logradouro, principalmente por empreendimento da construção civil.

Por ser um espaço símbolo de um bairro que possui centralidade na cidade, a Praça é constantemente apropriada como ambiente de contestação feita pela sociedade civil. Inúmeros protestos aconteceram no espaço durante a pesquisa, não só de seus moradores como de toda a cidade. Demolir ou reduzir a área central da Praça prejudica a possibilidade da concentração de um grande número de pessoas. Além de espaço de contestação, a Praça também funciona como um local de visibilidade política durante o período eleitoral. Nesse período, o espaço é constantemente ocupado com ações de campanhas políticas. Nenhuma dessas características foi considerada na justificativa da decisão que partiu da gestão municipal.

Apesar da permanência da área central da Praça, que não seria “demolida”, mas “reduzida”, segundo a Prefeitura, a ação demolitória não se concretizou devido à não aprovação do investimento pelo Senado. Assim, o principal objetivo do movimento de oposição à obra, que era, na verdade, a participação da sociedade civil nas decisões da cidade, não foi atingido. Cabe lembrar que o cidadão grego, na Grécia Antiga, tinha sua voz legitimada a partir das discussões na *ágora*. Naquela “praça”, eles se reuniam para debater os melhores rumos para a *pólis*, algo que, como visto ao longo dessas páginas, é bem diferente do modelo adotado pela Prefeitura de Fortaleza. Resta-nos a reflexão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; TRACY, Kátia Maria de Almeida. Glossário. *In:* ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; TRACY, Kátia Maria de Almeida. **Noites Nômades: Espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. p. 247-250.

ARANTES, Antônio. **Patrimônio cultural e seus usos, a dimensão urbana**. *In:* Revista Habitus. Goiânia, v.4, n.1, p. 425-435, 2006.

AZEVEDO, Sânzio de. **Aldeota**. Fortaleza: Secultfor, 2015. (Coleção Pajeú).

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **A cidade como narrativa**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013. 269 p.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines: Conflitos urbanos e Cultura Política**. Fortaleza: Rio Fundo Editora Ltda, 1992. 180 p.

BECKER, Howard S.. **Falando da Sociedade: Ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BENEVIDES, Artur Eduardo (org.). **Cancioneiro da cidade de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1973.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov**. *In:* BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 3.ed., 1987.

BERNAL, Cleide. **A metrópole emergente: A ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

BEZERRA, Roselane Gomes. **O bairro Praia de Iracema entre o adeus e a boêmia: Usos, apropriações e representações de um espaço urbano**. 2008. 231 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

BOSI, Alfredo (org.). **Plural, mas não caótico**. *In:* BOSI, Alfredo. Cultura Brasileira: Temas e situações. São Paulo: Ática, 1987. Cap. 1, p. 7-15. (Fundamentos).

BOURDIEU, Pierre. **A “juventude” é apenas uma palavra**. *In:* BOURDIEU, Pierre. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRÍGIDO, João. **Ceará: Homens e fatos**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

CARVALHO, Jáder de. **Aldeota**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003. 427 p. (Clássicos cearenses).

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARVALHO, Jáder de. **Aldeota**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003. 428 p. (Clássicos cearenses).

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4. ed. Santa Ifigênia: Paz e Terra, 2009.

CASTRO, José Liberal de. **Fatôres de Localização e Expansão da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Imprensa Universitária - Ufc, 1968.

CAVALCANTE, João Paulo Braga. **Conexão entre o mundo *online* e a vida "*off-line*": Otakus e cultura de consumo na era da internet**. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CICOUREL, Aaron (org.). **Teoria e método em pesquisa de campo**. In: ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Imprensa no Brasil, 1975. Cap. 4. p. 87-121.

CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, António Firmino da (org.). **Bairros**: Contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto. *Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. Cap. 4, p. 58-79.

COSTA, Mário Sérgio Barbosa. **Viajando pelo túnel do tempo**: memória, patrimônio e cotidiano de Messejana. 2008. – Monografia. (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

COSTA, Mário Sérgio Barbosa. **Nos caminhos da memória**: reflexões sobre Parangaba. 2011. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **A Centralidade da Aldeota como Expressão da Dinâmica Intra-Urbana de Fortaleza**. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Departamento de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FREITAS, Mirtes. **A cidade dos clubes**: Modernidade e glamour na Fortaleza de 1950-1970. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo** – Trajetórias, conflitos e negociação na Metrópole. São Paulo: Cortez, 2000.

FUNCK JÚNIOR, Sérgio César de França. **Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do Município de Fortaleza, Ceará – Brasil**. *Caminhos de Geografia, Uberlândia*, v. 13, n. 5, p.141-157, out. 2004.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. R.J.: Zahar, 1978.

- GOMES, Ione Arruda. **Imagens Indeléveis**: Primeiros contatos com o bairro Aldeota. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.
- GONDIM, Linda M. P.. **O Dragão do Mar e a Fortaleza Pós-Moderna**: Cultura, patrimônio e imagem da cidade. Fortaleza: Annablume, 2006. 240 p.
- GONDIM, Linda M. P.; LIMA, Jacob Carlos. **A Pesquisa como Artesanato Intelectual**: Considerações sobre método e bom senso. São Carlos: Edufscar, 2006. 88 p.
In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- GROULX, Lionel-henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. *In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa*: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 95-124.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HANN, Peter H.. Documentação como fonte de dados. *In: HANN, Peter H.. Métodos de investigação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 61-88.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A Memória Social de Fortaleza, Expressa na Literatura**. São Paulo: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011. 12 p. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1296859187_ARQUIVO_AMEMORIASOCIALDEFORTALEZA.pdf>. Acesso em: 14 set. 2013.
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de Fortaleza: (1945-1960)**. 2ª São Paulo: Annablume, 2003.
- LEAL, Angela Barros. **Praça Portugal**: Um laço entre Portugal e o Ceará. Fortaleza: Terra da Luz, 2009.
- LEITÃO, Cláudia. **Jacarecanga**. Fortaleza: Secultfor, 2015. (Coleção Pajeú).
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. 376 p.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: Notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p.115-134, jun. 2002. Quadrimestral.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p.115-134, jun. 2002. Quadrimestral.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. (Coleção TRANS).

LIMA, Bruno Vasconcelos. **Lágrimas e Sangue**: O emocore como estilo de vida. 2007. 127 f. Monografia (Graduação) - Curso de Publicidade e Propaganda, Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. **Em tudo o que faço, eu procuro ser muito Rock and Roll**: Rock, estilo de vida e rebeldia. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2013.

LINHARES, Paulo. **Cidade de Água e Sal**: Por uma Antropologia do litoral do Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2013.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade e seus elementos. *In*: LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Cap. 3. p. 51-100.

MAGNANI, Jose Guilherme Cantor. Tribos Urbanas: metáfora ou categoria? **Cadernos de Campo**: (USP), São Paulo, v. 2, p.48-51, 1992.

MARCUS, George E. **A estética contemporânea do trabalho de campo na arte e na antropologia**: experiências em colaboração e intervenção. *In*: Barbosa, Andréa, Cunha, Edgar Teodoro e Hijiki, Rose Satiko Gitirana (org.). *Imagem-conhecimento: Antropologia, cinema e outros diálogos*. Campinas: Papyrus, 2009. pp. 12-32.

MARCUS, George E. **O intercâmbio entre Arte e Antropologia**: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode reinformar a pesquisa de campo em Antropologia. *In*: **Revista de Antropologia**. São Paulo, v. 47, n.1, p.133-158, 2004.

MARQUES, Ana Cesaltina Barbosa. **Praça Portugal entre o Material e o Virtual**: Espaços para Vivências Políticas. *In*: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2008, Natal (RN). Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom/UFRN/Uern/UnP/Fatern, 2 a 6 de setembro de 2008.

MARQUES, Ana Cesaltina Barbosa. **A Praça Portugal como lugar**: Negociações de sentidos em encontros presenciais e mediados pelo computador. 2010. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em comunicação, Departamento de Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOS, Geísa. **A favor da Comunidade**: Modos de viver a política no bairro. Fortaleza: Pontes, 2012. 272 p.

MENEGUELLO, Cristina. O coração da cidade: Observações sobre a preservação dos centros históricos. **Patrimônio: Revista eletrônica do IPHAN**, p.1-6, 09 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=6FBBB19C79C05114F57DA50396B3EF21?id=523>>. Acesso em: 17 maio 2010.

MENEZES, Adriano Sarquis Bezerra de; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de (org.). **Perfil Socioeconômico de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: Ipece, 2012. 186 p. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil%20Socioeconomico%20Fortaleza%20final-email.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2013.

MESQUITA, Paula Fabrícia Brandão Aguiar. **Roleplaying Games: O imaginário e a sociabilidade de jovens contadores de estórias.** 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

NEVES, Frederico de Castro. **A seca na história do Ceará.** In: SPUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 4.ed., 2007. Cap. 3. p. 76-102.

OLIVEIRA, Heloísa Maria Alves de. **O Poço da Draga e a Praia de Iracema: Convivência, Conflitos e Sociabilidades.** 2006. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp065444.pdf>. Acesso em: 10 set. 2013.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1996.

PAIS, José Machado. Buscas de si: expressividade e identidades juvenis. In: Almeida, Maria Isabel; EUGENIO, Fernanda (org.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto.** Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 2006.

PAIVA, Luis Fábio Silva. **Contingências da Violência Urbana em um Território Estigmatizado.** 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PAULINO, Antônio George Lopes. **Economia Solidária como Projeto Cultural e Político: a experiência do Banco Palmas.** 2008. 313 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1273>>. Acesso em: 08 set. 2013.

PIMENTEL, Mery. **Terral dos sonhos: O cearense na música popular brasileira.** Fortaleza: Multigraf Editora, 1994. (Coleção Teses Cearenses).

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. Notas sobre algumas “praças” contemporâneas: O *desing* na paisagem. Paisagens em debate: Revista eletrônica da área de paisagem e ambiente, FAU. USP, Vol. 01, 2003.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Inetnet.** Porto Alegre: Editora Salinas, 2009. (Coleção Cibercultura).

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração: Uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz.** 2010. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/1284>>. Acesso em: 6 ago. 2013.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará.** 4. ed. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2007. p. 215-236.

SILVA, Victor Hugo (org.). **Distribuição Espacial da Renda Pessoal em Fortaleza**. In: MENEZES, Adriano Sarquis Bezerra de; MEDEIROS, Cleyber Nascimento de (org.). **Perfil socioeconômico de Fortaleza**. 2. ed. Fortaleza: IPECE, 2012. Cap. 2.4. p. 83-89. Disponível em: <[http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil Socioeconomico Fortaleza final-email.pdf](http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Perfil_Socioeconomico_Fortaleza_final-email.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade: Um exemplo de Sociologia pura ou formal**. In: MORAES FILHO, Evaristo. *George Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. Cap. 11. p. 165-181. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: SIMMEL, Georg. **Fidelidade e Gratidão e Outros textos**. Lisboa: Relógio D'água, 2004.

SIMMEL, Georg. Sociologia do espaço. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 79, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142013000300007&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 21 out. 2014.

SIQUEIRA, Ana Raquel Viana. **A resignificação da cultura pop japonesa em Fortaleza: sentidos e significados de ser um otaku**. 2009. 123 f. Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, v. 1, n. 48, p.27-52, maio 2005. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n48/n48a04>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana: Um estudo de antropologia social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto (org.). **Os mundos de Copacabana**. In: VELHO, Gilberto. **Antropologia Urbana: Cultura e sociedade no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. Cap. 1. p. 11-23.

VIEGAS, Larissa. O coração da Aldeota. **Matéria-prima: Revista do curso de jornalismo da Faculdade 7 de setembro**, Fortaleza, v. 0, n. 0, p.32-38, Não é um mês valido! 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva Vol.2**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

Notícias por meio eletrônico

202 ÁRVORES serão removidas para mudanças no trânsito em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza, 07 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/transito/noticia/2014/03/202-arvores-serao-removidas-para-mudancas-no-transito-em-fortaleza.html>. Acesso em: 09 junho 2015.

ACÇÃO do MP-CE pede que binários sejam feitos com licença ambiental. **G1 CE**, Fortaleza, 21 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/acao-do-mp-ce-pede-que-binarios-sejam-feitos-com-licenca-ambiental.html>. Acesso em: 06 junho 2016.

ANJOS, Samaísa dos; PAIVA, Thiago. Justiça mantém liminar que impede obras na Praça Portugal: Decisão não impede a retirada dos canteiros da avenida Dom Luís. Na última terça, o trabalho na via foi paralisado por algumas horas após um procurador licenciado da Semace solicitar a documentação da obra. **O Povo**. Fortaleza, 13 março 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/03/13/noticiasjornalcotidiano,3219398/justica-mantem-liminar-que-impede-obras-na-praca-portugal.shtml>>. Acesso em: 09 junho 2015.

ANJOS, Samaísa dos. Ato cobra debate e defende praça. **O Povo**. Fortaleza. 27 abr. 2014a. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/04/26/noticiasjornalcotidiano,3242260/ato-cobra-debate-e-defende-praca.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ANJOS, Samaísa dos. Prefeito garante entrega em maio de três obras de mobilidade: No próximo mês, obras importantes devem ser entregues e outras iniciadas em Fortaleza. Também em maio o destino final da Praça Portugal deve ser definido. Prefeitura garantiu prazos em reunião geral ontem. **O Povo**. Fortaleza. 30 abr. 2014b. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/04/30/noticiasjornalcotidiano,3243587/prefeito-garante-entrega-em-maio-de-tres-obras-de-mobilidade.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ANJOS, Samaísa dos. MPE pode entrar com ação de tombamento judicial da Praça Portugal. **O Povo**. Fortaleza. 22 maio 2014c. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/05/22/noticiafortaleza,3254842/mpe-pode-entrar-com-acao-de-tombamento-judicial-da-praca-portugal.shtml>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ARAÚJO, Amanda. Intervenção reabre debate sobre demolição da Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 07 setembro 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/09/07/noticiafortaleza,3500880/pintura-e-pichacao-reabre-debate-sobre-demolicao-da-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 11 novembro 2015.

ATIVISTAS pintam faixas de pedestres que dão acesso à Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza, 11 abril 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/04/11/noticiafortaleza,3234842/ativistas-pintam-faixas-de-pedestre-que-dao-acesso-a-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 14 junho 2015.

ATOS promovem ocupação de praças em Fortaleza. **O Povo**, Fortaleza, 12 janeiro 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/12/noticiasjornalcotidiano,3375608/atos-promovem-ocupacao-de-pracas-em-fortaleza.shtml>. Acesso em: 11 junho 2015.

BRAGA, José Otávio Santos de Almeida. **Sobre a Praça Portugal**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <tiaguaraujo@hotmail.com>. em: 10 jun. 2015.

BRAGA, J. O. S. A.. **Quem faz a cidade?** Uma reflexão sobre memória, planejamento e participação no caso da Praça Portugal em Fortaleza, CE. *In*: 1º Congresso Internacional

Espaços Públicos, 2015, Porto Alegre. Anais do 1º Congresso Internacional Espaços Públicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. v. 128_D. p. 1-10.

BRITO, Thaís. Prefeitura prevê iniciar alterações na Praça Portugal em outubro: Projeto executivo para transformar a Praça Portugal em quatro áreas de lazer deve ser concluído até o fim desta semana. Fases de licitação e execução serão assumidas pela Setfor e os trabalhos devem durar um ano e meio. **O Povo**. Fortaleza. 27 ago. 2014a. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/08/27/noticiasjornalcotidiano,3304602/prefeitura-preve-iniciar-alteracoes-na-praca-portugal-em-outubro.shtml>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

BRITO, Thaís. Prefeitura prevê iniciar alterações na Praça Portugal em outubro: Projeto executivo para transformar a Praça Portugal em quatro áreas de lazer deve ser concluído até o fim desta semana. Fases de licitação e execução serão assumidas pela Setfor e os trabalhos devem durar um ano e meio. **O Povo**. Fortaleza. 27 ago. 2014b. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/08/27/noticiasjornalcotidiano,3304602/prefeitura-preve-iniciar-alteracoes-na-praca-portugal-em-outubro.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

BRITO, Thaís. Prefeitura finaliza novo edital para obras na Praça Portugal: O documento anula o edital publicado anteriormente para selecionar o responsável pelas intervenções na Praça Portugal e deve ser concluído até o fim da semana. Secult recebeu pedido de tombamento do espaço. **O Povo**. Fortaleza. 28 jan. 2015a. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/28/noticiasjornalcotidiano,3383945/prefeitura-finaliza-novo-edital-para-obras-na-praca-portugal.shtml>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

BRITO, Thaís. Técnicos são contra tombamento da Praça Portugal e decisão é adiada: A Coordenadoria de Patrimônio Histórico-Cultural (Copahc) entendeu “não ser cabível” o tombamento da Praça Portugal. Votação sobre processo deve ocorrer na próxima reunião, marcada para 17 de junho. **O Povo**. Fortaleza. 28 maio 2015b. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/05/28/noticiasjornalcotidiano,3444899/tecnicos-sao-contratombamento-da-praca-portugal-e-decisao-e-adiada.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

CÂMARA terá audiência para debater retirada de praça em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza 11 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/camara-tera-audiencia-para-debater-retirada-de-praca-em-fortaleza.html>. Acesso em 09 junho 2015.

CARDOSO, Antonio. **Lula Morais chama praça Portugal de "entulho" e defende intervenção**. 2014. Publicado no dia 11 de mar 2014. Disponível em: <<http://www.cearaagora.com.br/site/2014/03/lula-morais-chama-praca-portugal-de-entulho-e-defende-intervencao/>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

CASAL de artistas posa nu em praça para discutir memória de Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza 19 janeiro 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/01/casal-de-artistas-posanu-em-praca-para-discutir-memoria-de-fortaleza.html>. Acesso em 09 junho 2015.

CINCO ações pretendem requalificar o trânsito de Fortaleza em áreas piloto. **G1 CE**, Fortaleza, 07 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/cinco-aco-es>

pretendem-requalificar-o-transito-de-fortaleza-em-areas-piloto.html. Acesso em: 09 junho 2015.

COMISSÃO dá parecer favorável para demolição da Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 28 maio 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2014/05/28/noticiaspoliticas,3257880/comissao-da-parecer-favoravel-para-intervencao-na-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 09 junho 2015.

CONSELHO nega pedido de recurso do tombamento da Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 03 julho 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/07/03/noticiafortaleza,3276649/conselho-nega-pedido-de-recurso-do-tombamento-da-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 09 junho 2015.

CONSELHO nega pedido de recurso do tombamento da Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 03 julho 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/07/03/noticiafortaleza,3276649/conselho-nega-pedido-de-recurso-do-tombamento-da-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 09 junho 2015.

COUTINHO, Graciano; LEITÃO, Adauto. Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico adia processo de tombamento da Praça Portugal e critica Secretário de Cultura. **O Povo**. Fortaleza, 21 junho 2014. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/portugalsempassaporte/conselho-municipal-de-protecao-ao-patrimonio-historico-adia-processo-de-tombamento-da-praca-portugal-e-critica-secretario-de-cultura/>. Acesso em: 14 junho 2015.

COUTINHO, Graciano. Praça Portugal: casuísmos com tons autoritários. Destruição será até setembro. **O Povo**. Fortaleza. 18 junho 2015. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/portugalsempassaporte/praca-portugal-casuismos-com-tons-autoritarios-destruicao-sera-ate-setembro/>. Acesso em: 03 junho 2016.

DESIÇÃO de abrir processo de tombamento da Praça Portugal é adiada. **O Povo**, Fortaleza 27 maio 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/05/27/noticiafortaleza,3444527/abertura-do-processo-de-tombamento-da-praca-portugal-e-adiada.shtml>. Acesso em: 09 junho 2015.

DIÁRIO DO NORDESTE, MARAPONGA A "NOVA ALDEOTA". **Diário do Nordeste**, 4 ago. 2010. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=826176>. Acesso em: 10 ago. 2010.

DINIZ, Kézya. Para o líder de Roberto Cláudio, demolição da Praça Portugal é apenas "um detalhe". **Política Com K**. Fortaleza. 11 mar. 2014. Disponível em: <http://www.politicacomk.com.br/para-o-lider-de-roberto-claudio-demolicao-da-praca-portugal-e-apenas-um-detalhe/>. Acesso em: 09 jun. 2015.

DINIZ, Kézya. "Improviso": Recuo sobre Praça Portugal gera críticas de vereadores. **Política com K**. Fortaleza, 09 novembro 2015. Disponível em: <http://www.politicacomk.com.br/improviso-recuo-sobre-praca-portugal-gera-criticas-de-veredores/>. Acesso em: 04 junho 2016.

DUARTE, Romeu. Aldeia, Aldeota. **O Povo**, Fortaleza 21 janeiro 2013. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2013/01/21/noticiasjornalvidaarte,2991831/al-deia-aldeota.shtml>. Acesso em: 15 abril 2013.

EGÍDIO SERPA. Diário do Nordeste. **Construção civil do Ceará: Novo confronto.** 2013. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/economia/construcao-civil-novo-confronto/>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

ERRO em licitação adia as obras da Praça Portugal, diz prefeito. **Verdes Mares**, Fortaleza 05 fevereiro 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/erro-em-licitacao-adia-as-obras-da-praca-portugal-diz-prefeito-1.1214077>. Acesso em: 09 junho 2015.

FILGUEIRAS, Isabel. Arialdo pede "não intervenção" até avaliação de conselho: O secretário do Turismo, Arialdo Pinho, pediu que o titular da Secult, Guilherme Sampaio, solicite à Prefeitura para aguardar a decisão do Conselho Estadual do Patrimônio antes de começar obras na praça. **O Povo**. Fortaleza. 25 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/03/25/noticiasjornalpolitica,3412479/aria-ldo-pede-nao-intervencao-ate-avaliacao-de-conselho.shtml>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

FIRMO, Érico. Desprezo pela cidade. **O Povo**. Fortaleza, p. 00-00. 03 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/politica/2014/06/03/noticiaspoliticacoluna,3260901/d-esprezo-pela-cidade.shtml>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

FONTENELE, Neila. Prefeitura descarta túneis na Praça Portugal. **O Povo**. Fortaleza. 21 maio 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/opovoeconomia/2015/05/21/notopovoeconomia,3441146/prefeitura-descarta-tuneis-na-praca-portugal.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

FORTALEZA. CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Lei Orgânica**. 2006. Atualizado pela Coordenadoria-Geral Legislativa (última atualização: 14/03/2012). Disponível em: <http://cmfor.virtuaser.com.br/Leis_Brasil/Lorg.htm>. Acesso em: 13 jun. 2015.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito**: Apresentação UNIFOR – Interação com Universidades. Apresentação PAITT. Fortaleza: 2014. 86 slides, color. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/u2026/apresentacao_paitt.pdf>. Acesso em: 09 junho 2015.

FREIRE, Lérida. Secretário diz que é contra obra na Praça Portugal, mas não intervirá: Conselho abriu os debates sobre o pedido de tombamento que, caso aprovado, impedirá a Praça Portugal de sofrer alterações que a descaracterizem. Secretário nega ingerência sobre parecer e pressão sobre conselheiros. **O Povo**. Fortaleza. 09 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/04/09/noticiasjornalcotidiano,3419925/secretario-diz-que-e-contra-obra-na-praca-portugal-mas-nao-intervira.shtml>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

GALHARDI, Raul. **Futuro da Praça Portugal será decidido nesta semana**: Audiência Pública será realizada hoje na Câmara Municipal de Fortaleza para discutir o projeto da Prefeitura, que acaba com Praça Portugal como hoje existe e altera todo o espaço. Votação está prevista para amanhã. **O Povo**. Fortaleza. 02 jun. 2014a. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/06/02/noticiasjornalpolitica,3260246/futuro-da-praca-portugal-sera-decidido-nesta-semana.shtml>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

GALHARDI, Raul. **Sob pena de multa diária, Justiça barra alterações na Praça Portugal.** O Povo. Fortaleza. 04 jun. 2014b. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/06/04/noticiasjornalpolitica,3261313/sob-pena-de-multa-diaria-justica-barra-alteracoes-na-praca-portugal.shtml>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

GALHARDI, Raul. **Câmara dá aval à Prefeitura para modificações na Praça Portugal.** O Povo. Fortaleza. 06 jun. 2014c. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2014/06/06/noticiasjornalpolitica,3262711/camara-da-aval-a-prefeitura-para-modificacoes-na-praca-portugal.shtml>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

GRUPO protesta contra a demolição da Praça Portugal e remoção de árvores. **G1 CE**, Fortaleza 09 março 2014a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/grupo-protesta-contra-demolicao-da-praca-portugal-e-remocao-de-arvores.html>. Acesso em: 09 junho 2015.

GRUPO de arquitetos entrega-abaixo assinado pedindo tombamento da Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 12 maio 2014b. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2014/05/12/noticiaspoliticas,3249511/grupo-de-arquitetos-entrega-abaixo-assinado-pedindo-tombamento-da-prac.shtml>. Acesso em: 10 junho 2015.

GRUPO é visto tomando banho de sol na Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 06 janeiro 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/01/06/noticiafortaleza,3372724/grupo-e-visto-tomando-banho-de-sol-na-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 09 junho 2015.

GONÇALVES, Raquel. Uma ilha no meio da aldeia. **O Povo**. Fortaleza. 02 maio 2009. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/vidaearte/874566.html>>. Acesso em: 02 maio 2009.

IGUATEMI Fortaleza realiza 2ª edição do food park neste fim de semana. **O Povo**. Fortaleza, 22 dezembro 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/12/iguatemi-fortaleza-realiza-2a-edicao-do-food-park-neste-fim-de-semana.html>. Acesso em: 28 junho 2016.

INICIADA análise de árvores que serão transplantadas de avenidas. **O POVO**, Fortaleza 10 março 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/03/10/noticiafortaleza,3218061/iniciada-analise-de-arvores-que-serao-transplantadas-de-avenidas.shtml>. Acesso: 09 junho 2014.

JUSTIÇA suspende demolições para obras de trânsito em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza, 10 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/justica-suspende-demolicoes-para-obras-de-transito-em-fortaleza.html>. Acesso: 10 junho 2015.

LIMA, Eliomar. **Ciro Reforça RC.** **O Povo**, Fortaleza 20 junho 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/colunas/vertical/2015/06/20/noticiasvertical,3456925/ciro-reforca-rc.shtml>. Acesso em: 23 junho 2015.

LIMINAR impede início das obras na Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza, 10 março 2014a. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/03/10/noticiafortaleza,3218212/liminar-impede-inicio-das-obras-na-praca-portugal.shtml>. Acesso: 09 junho 2015.

LIMINAR proíbe Prefeitura de demolir Praça Portugal, em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza, 04 junho 2014b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/06/liminar-proibe-prefeitura-de-demolir-praca-portugal-em-fortaleza.html>. Acesso em: 09 junho 2015.

LIMINAR que impedia obras na Praça Portugal é suspensa. **O Povo**, Fortaleza, 17 setembro 2014c. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/09/17/noticiafortaleza,3316170/liminar-que-impedia-obras-na-praca-portugal-e-suspensa.shtml>. Acesso em: 11 junho 2015.

LUIZIANNE critica gestão e diz que Fortaleza está “vivendo uma desgraça”. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 03 de junho de 2014. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/politica/online/luizianne-critica-gestao-e-diz-que-fortaleza-esta-vivendo-uma-desgraca-1.1028588>. Acesso em: 04 junho 2014.

MISTÉRIO Público ajuíza contra a Prefeitura sobre obras na Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 20 março 2014a. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2014/03/20/noticiaspoliticas,3223555/mp-ajuiza-acao-contra-a-prefeitura-sobre-obras-na-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 10 junho 2015.

MINISTÉRIO Público recomenda tombar a Praça Portugal, em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza 20 maio 2014b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/05/ministerrio-publico-recomenda-tombar-praca-portugal-em-fortaleza.html>. Acesso em: 09 junho 2014.

MOURA, Danila. Folha.com. **MMA vira moda e ganha circuito de luxo em SP**. 2011. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/1006484-mma-vira-moda-e-ganha-circuito-de-luxo-em-sp.shtml>. Acesso em: 05 ago. 2012.

MP-CE recomenda suspensão de obras de trânsito em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza 10 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/mp-ce-recomenda-suspensao-da-de-remocao-de-obras-de-transito.html>. Acesso: 09 junho 2015.

MPE pode entrar com ação de tombamento judicial da Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 22 maio 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/05/22/noticiafortaleza,3254842/mpe-pode-entrar-com-acao-de-tombamento-judicial-da-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 10 junho 2015.

“NÃO ouvi nenhuma crítica de conteúdo”, diz Roberto Cláudio sobre o projeto da Praça Portugal. **VERDINHA**, Fortaleza, 11 de março 2014. Disponível em: <http://www.verdinha.com.br/noticias/5607/nao-ouvi-nenhuma-critica-de-conteudo-diz-roberto-claudio-sobre-projeto-da-praca-portugal/>. Acesso em: 09 junho 2015.

NETO, Alan. O Povo Online. **Fumaça & Fogo**. 2013. Disponível em: <http://esportes.opovo.com.br/app/colunas/alanneto/2013/03/02/4169467/fumaca-fogo.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2013

NOVA proposta para Praça Portugal é mérito da pressão popular, defende João Alfredo. **Ecos da cidade**, Fortaleza 05 de novembro de 2015. Disponível em: <http://joaoalfredopsol.com.br/2015/11/nova-proposta-para-praca-portugal-e-merito-da-pressao-popular-defende-joao-alfredo/>. Acesso em: 23 junho 2016.

“NOVO projeto para Praça Portugal deve passar pela Câmara”, defende João Alfredo. **Ecos da cidade**, Fortaleza 17 fevereiro 2016. Disponível em: <http://joaoalfredopsol.com.br/2016/02/novo-projeto-para-praca-portugal-deve-passar-pela-camara-defende-joao-alfredo/>. Acesso em: 23 de maio 2016.

OBRA na Praça Portugal, em Fortaleza, deve ser iniciada em setembro. **G1 CE**, Fortaleza 09 junho 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/06/obra-na-praca-portugal-em-fortaleza-deve-ser-iniciada-em-setembro.html>. Acesso em: 09 junho 2015.

OBRAS do binário das avenidas Dom Luís e Santos Dumont são retomadas. **G1 CE**, Fortaleza 13 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/obras-do-binario-das-avenidas-dom-luis-e-santos-dumont-sao-retomadas.html>. Acesso: 09 junho 2015.

OLIVEIRA, Sara. Conselho votará sobre tombamento em 15 dias: A decisão será tomada pela maioria dos membros do Conselho Municipal de Proteção ao Patrimônio Histórico- Cultural de Fortaleza. Prefeitura pretende transformar Praça Portugal em cruzamento e em quatro áreas de lazer. **O Povo**. Fortaleza. 21 junho 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/06/21/noticiasjornalcotidiano,3270357/conselho-votara-sobre-tombamento-em-15-dias.shtml>. Acesso em: 11 junho 2015.

PLANO prevê túnel na Praça Portugal. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 11 dezembro 2013. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/plano-preve-tunel-na-praca-portugal-1.792184>. Acesso em: 30 junho 2015.

PRAÇA Portugal será reformada e terá galerias subterrâneas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 31 julho 2013. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/praca-portugal-sera-reformada-e-tera-galerias-subterraneas-1.850536>. Acesso em: 09 julho 2013.

PRAÇA Portugal dá lugar a cruzamento e a quatro novos espaços de lazer. **O Povo**, Fortaleza, 07 março 2014a. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/plano-preve-tunel-na-praca-portugal-1.792184>. Acesso em: 10 junho 2015.

PRAÇA... Portugal de Fortaleza será substituída por outras quatro no local. **G1 CE**, Fortaleza, 07 de março de 2014b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/praca-portugal-de-fortaleza-sera-substituida-por-outras-quatro-no-local.html>. Acesso em: 09 junho 2015.

PREFEITO diz aguardar financiamento para retomar ação na Praça Portugal. **G1 CE**, Fortaleza 10 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/03/prefeito-diz-aguardar-financiamento-para-retomar-acoes-na-praca-portugal.html>. Acesso em: 09 junho 2015.

PREFEITO de Fortaleza recua e a Praça Portugal não vai mais ser demolida. **O Povo**, Fortaleza 26 outubro 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/10/prefeito-de-fortaleza-recua-e-praca-portugal-nao-vai-mais-ser-demolida.html>. Acesso em: 04 junho 2016.

Prefeitura de Fortaleza. **PAITT – Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito:** Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2014. Color. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/sites/default/files/u2026/apresentacao_paitt.pdf>. Acesso em: 09 maio 2015.

PREFEITURA firmará termo com o MP-CE sobre o PAITT, em Fortaleza. **G1 CE**, Fortaleza, 21 março 2014a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/prefeitura-firmara-termo-com-o-mp-ce-sobre-o-paitt-em-fortaleza.html>. Acesso: 09 junho 2015.

PREFEITURA de Fortaleza obtém licença para remoção de árvores de avenidas. **G1 CE**, Fortaleza, 09 março 2014b. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/04/prefeitura-de-fortaleza-obtem-licenca-para-remocao-de-arvores-de-avenidas.html>. Acesso: 09 junho 2015.

PREFEITURA estuda a viabilidade de tombamento da Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza, 15 abril 2014c. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2014/04/15/noticiaspoliticas,3236783/prefeitura-estuda-viabilidade-de-tombamento-da-praca-portugal.shtml>. Acesso: 10 junho 2015.

PREFEITURA finaliza novo edital para obras na Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza, 28 janeiro 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/28/noticiasjornalcotidiano,3383945/prefeitura-finaliza-novo-edital-para-obras-na-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 09 junho 2015.

PREVISÃO do início das obras é para o próximo mês. **Diário do Nordeste**, 12 fevereiro 2016. Disponível em: <http://diarionordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/previsao-do-inicio-das-obras-e-para-o-proximo-mes-1.1492612>. Acesos em: 04 junho 2016.

PROJETO prevê túnel a Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza, 12 dezembro 2013. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/12/12/noticiasjornalcotidiano,3175825/p-rojeto-preve-tunel-para-a-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 12 dezembro 2013.

RECURSO pede revisão da decisão da Secultfor contra o tombamento da Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza, 28 maio 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/05/28/noticiafortaleza,3257972/recurso-pede-revisao-da-decisao-da-secultfor-contra-o-tombamento-da-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 09 junho 2015.

RETIRADA de meios-fios para binário na Av. Dom Luís segue nesta quarta. **G1 CE**, Fortaleza, 12 março 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/retirada-de-meios-fios-para-binario-na-av-dom-luis-segue-nesta-quarta.html>. Acesso em: 09 junho 2015.

ROBERTO Cláudio diz que enviará à Câmara projeto sobre Praça Portugal. **G1 CE**, Fortaleza, 11 março 2014a. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/03/roberto-claudio-diz-que-enviara-camara-projeto-sobre-praca-portugal.html>. Acesso em: 09 junho 2015.

ROBERTO Cláudio participa de encontro promovido por jovens empresários na CDL Fortaleza. **Prefeitura de Fortaleza**, Fortaleza, 19 junho 2014b. Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/economia/roberto-claudio-participa-de-encontro-promovido-por-jovens-empresarios-na-cdl>. Acesso em: 09 junho 2015.

SECULTFOR veta tombamento da Praça Portugal; oposição recorre. **O Povo**, Fortaleza, 28 maio 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/politica/2014/05/28/noticiaspoliticas,3257960/secultfor-veta-tombamento-da-praca-portugal-oposicao-recorre.shtml>. Acesso em: 09 junho 2014.

VEREADORES de Fortaleza aprovam mudanças na Praça Portugal. **G1 CE**, Fortaleza, 05 junho 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/06/vereadores-de-fortaleza-aprovam-mudancas-na-praca-portugal.html>. Acesso em: 11 junho 2015.

“VIRADA cultural verdade” vai acontecer na Praça Portugal contra retirada de árvores. **O Povo**, Fortaleza, 10 março 2014. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2014/03/10/noticiafortaleza,3218016/virada-cultural-verde-vai-acontecer-na-praca-portugal-contra-retira.shtml>. Acesso em: 09 junho 2014.

VISANDO a preservação, vereador entrega documentação sobre a Praça Portugal. **O Povo**, Fortaleza 10 março 2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/03/10/noticiafortaleza,3405025/joao-alfredo-entrega-documentacao-sobre-praca-portugal.shtml>. Acesso em: 09 junho 2015.

Outros links

ALDEOTA: Onde o ideal não é ideal. Fortaleza: Ricardo Lisbôa, n. 1, 20 fev. 2010. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/0002067473333fded11a6>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA UFC (Ceará). Comissão de Normalização. **Guia de normalização de trabalhos da Universidade Federal do Ceará 2013**. Disponível em: <www.biblioteca.ufc.br/images_stories_arquivos_bibliotecauniversitaria_guia_normalizacao_ufc_2012>. Acesso em: 8 maio 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE (org.). Censo 2010: Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230440>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará (org.). **Perfil Municipal de Fortaleza: Distribuição Espacial da Renda Pessoal**. Ipece: Informe, Fortaleza, n. 42, p.03-11, out. 2012. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/informe%2042-ultimaversao.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2013.

CENTRAL SINDICAL E POPULAR. **Operários da Construção Civil de Fortaleza realizam ato nesta quinta, às 18h**. 2012. Disponível em: <<http://cspconlutas.org.br/2012/03/em-campanha-salarial-operarios-da-construcao-civil-de-fortaleza-realizam-ato-nesta-quinta-as-18h/>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

CIPRIANO SILVA. Liga Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional. **Ato público em Fortaleza contra as demissões no PAC: Protesto reúne mais de 2 mil pessoas; trabalhadores aprovam continuidade da greve após o ato**. 2011. Disponível em: <http://www.litci.org/pt/index.php?option=com_content&view=article&id=2499>. Acesso em: 27 nov. 2013.

CMI BRASIL. **Greve da Construção Civil de Fortaleza conquista reajuste suado**. 2008. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2008/05/419082.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2013.

FORTALEZA. Etufor. Prefeitura de Fortaleza. **Transporte regular:** (ônibus). Disponível em: <http://www.fortaleza.ce.gov.br/etufor/transporte-regular-onibus?option=com_content&task=view&id=70&Itemid=77>. Acesso em: 30 abr. 2010.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. Secretaria Executiva Regional II. **Aldeota**. Disponível em: <<http://www.fortaleza.ce.gov.br/regionais/regional-ii/aldeota>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

INSTITUTO CAMÕES. **Esfera Armilar**. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/d42.html>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

MALL, Jardins Open. **Jardins Open Mall:** O shopping mais verde a charmoso da cidade. Disponível em: <<http://www.jardinsopenmall.com.br/o-shopping>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

NOBRE, Leila. **Praça Portugal:** O coração da Aldeota. 2010. Blogue Fortaleza Nobre. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2010/11/praca-portugal-o-coracao-da-aldeota.html>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

PIABA, Conversa (org.). **Fortaleza sem memória:** O Castelo do Plácido. 2011. Disponível em: <<http://conversapiaba.blogspot.com.br/2011/12/castelo-do-placido.html>>. Acesso em: 13 dez. 2011.

PSB CEARÁ. **Luizianne, Tim e Cid Gomes inauguram o espaço político no coração da Aldeota**. 2008. Disponível em: <<http://www.psbceara.org.br/imprime.asp?id=492&var=&c=>>>. Acesso em: 06 jul. 2013.

SHOPPING ALDEOTA. **Institucional:** Histórico. Disponível em: <<http://www.shoppingaldeota.com.br/historico.asp>>. Acesso em: 07 jun. 2009.

TRIBOS URBANAS. **Coloridos**. 2011. Disponível em: <<http://letribosurbanas.blogspot.com.br/2011/05/coloridos.html>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

UN-HABITAT. **State of the World Cities 2010/2011:** Bridging the Urban Divide. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/documents/SOWC10/R8.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

APÊNDICE A – TABELA DE MANIFESTAÇÕES QUE ACONTECERAM NA PRAÇA PORTUGAL DURANTE A PRODUÇÃO DA DISSERTAÇÃO

09/01/2014	Caminhada Viva Fortaleza que reivindicam melhores condições aos pedestres reuniu cerca de 100 pessoas, teve como ponto de encontro a Praça Portugal
17/03/2014	Servidores protestos na Praça Portugal por melhores condições de trabalho
18/03/2014	Servidores municipais se reuniram na Praça do Ferreira, no Centro, e depois concentraram-se na Praça Portugal
30/04/2014	Protesto de garis por melhores condições de trabalho
22/05/2014	Duas manifestações se concentraram na Praça Portugal: operários da construção civil fizeram caminhada e estudantes pedem passe livre e entrega das carteiras estudantis.
23/06/2014	Operários da construção fazem protesto por melhores condições de trabalho e reajuste salarial
24/06/2014	Trabalhadores da construção civil no segundo dia de protesto
25/06/2014	Operários se concentram na Praça Portugal e fecharam vias de acessos à av. Desembargador Moreira.
30/06/2014	Operários da construção civil se concentram na Praça Portugal e seguem em caminhada à Beira Mar
02/07/2014	Trabalhadores da construção Operários encerram greve após assembleia na Praça Portugal
13/10/2014	Eleitores fazem “Onda Azul” em apoio ao candidato à presidência Aécio Neves se reuniram na Praça Portugal.
13/03/2015	Ato da CUT em defesa dos direitos trabalhistas, reformas política, democracia e a Petrobras, concentração na Praça Portugal
14/03/2015	Manifestação contra o impeachment da presidenta Dilma e contra o ajuste fiscal que altera direitos trabalhistas e previdenciários
15/03/2015	Manifestação contra a presidente Dilma concentra na Praça Portugal
29/05/2015	“Dia de Lutas”: Organizada pelas centrais sindicais e conta com apoio das categorias de

	vigilantes, construção civil e dentistas contra lei das terceirizações, concentração Praça Portugal.
09/04/2015	Passeata de trabalhadores da Construção Civil que reivindicaram avanço nas negociações da campanha salarial 2015 e em prol dos direitos trabalhistas na Praça Portugal
12/04/2015	Protesto anti-Dilma concentração Praça Portugal, com o apoio do Sindicato dos Médicos. Reivindicações pela saída da presidente e o PT, além do combate a corrupção.
09/06/15	Operários da construção civil em campanha salarial concentram na Praça Portugal
10/06/15	Ato cívico-militar em homenagem ao dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas
01/07/15	Paralisação canteiros de obras marcam 1º dia da greve da construção civil com assembleia na Praça Portugal
02/07/15	Segundo dia de greve da categoria da Construção Civil. Reunião na Praça Portugal para sair em passeata
16/08/15	Concentração contra o governo Dilma na Praça Portugal, destino Aterro Praia de Iracema
06/11/15	Protesto de vigilantes na Praça Portugal contra o fim do contrato licitatório das empresas prestadoras de serviço
13/12/15	Manifestação contra a presidente Dilma concentração na Praça Portugal
16/03/2016	Protesto contra o ex-presidente Lula e a presidente Dilma, após a quebra de sigilo e divulgação de áudio da conversa entre os dois petistas, na Praça Portugal
18/03/2016	Grupo de manifestantes voltou a protestar contra a presidente Dilma e o ex-presidente Lula, na Praça Portugal
19/03/2016	Manifestação contra o governo Dilma Rousseff
23/03/2016	Cerca de 40 pessoas se reuniram na Praça Portugal para pedir o <i>impeachment</i> da presidenta
02/04/2016	Manifestantes se reúnem na Praça Portugal em protesto contra o governo Dilma Rousseff

03/04/2016	A Praça Portugal foi ocupada por manifestantes em repúdio a visita do ex-presidente Lula
15/04/2016	Manifestantes preparam um “caixão” para o PT, assim como fizeram com a “chuva” de dinheiro para o deputado José Guimarães na Praça Portugal
16/04/2016	Concentração na Praça Portugal para acompanhar o <i>impeachment</i>
17/04/2016	Boneco inflável do juiz Sergio Moro foi erguido na Praça Portugal, concentram de manifestantes que querem o <i>impeachment</i> da presidenta
18/04/2016	Manifestantes a favor do <i>impeachment</i> comemoraram a votação na Praça Portugal